

Eduardo Luiz Formagi

**A AUTORIDADE PARA FALAR EM NOME DE BLUMENAU:
ENTRE AS IDAS E VINDAS DA GERMANIDADE**

Dissertação submetida ao Programa de
Pós-Graduação em Sociologia Política
da Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do Grau de
Mestre em Sociologia Política
Orientador: Prof. Dr. Ernesto Seidl

Florianópolis
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária
da UFSC.

Formagi, Eduardo Luiz A autoridade para falar sobre
Blumenau : entre as idas e vindas da germanidade / Eduardo Luiz
Formagi ; orientador, Ernesto Seidl, 2019. 187 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2019. Inclui
referências.

1. Sociologia Política. 2. discursos de identificação. 3.
Blumenau. 4. grupos dominantes. 5. elites intelectuais e culturais. I.
Seidl, Ernesto . II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. III. Título.

Eduardo Luiz Formagi

**A AUTORIDADE PARA FALAR EM NOME DE BLUMENAU:
ENTRE AS IDAS E VINDAS DA GERMANIDADE
SUBSTITUIR PELA ASSINADA**

Esta Dissertação/Tese foi julgada adequada para obtenção do Título de mestre e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política

Florianópolis, 18 de março de 2019.

Prof. Ernesto Seidl, Dr.
Coordenador do Curso; Orientador

Banca Examinadora:

Prof. Alexandre Bergamo Idalgo, Dr.^a
Membro da banca
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Rodrigo da Rosa Bordignon, Dr.
Membro da banca
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Luiz Felipe Falcão, Dr.
Universidade do Estado de Santa Catarina

À Louise Gabrieli, a razão de tudo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à orientação compreensiva e eficiente do Dr. Ernesto Seidl, sem a qual esta pesquisa jamais existiria

Também agradeço aos membros da banca de qualificação, Dr. Rodrigo da Rosa Bordignon e Alexandre Bergamo Idargo, pelas valiosas sugestões apresentadas na ocasião.

As funcionárias do Arquivo Histórico Professor José Ferreira, pela ajuda e paciência procurando caixas pesadas nos lugares mais escondidos do acervo, minha gratidão.

À CAPES, pela bolsa concedida, indispensável para a realização da pesquisa.

Agradeço também às pessoas que dispuseram seu valioso tempo para colaborar com um estudante interessado em suas vidas: Marga Holzman, Sueli Petry, Felix Theiss e Rolf Herwig, meu obrigado a vocês!

À meu grande amigo Gustavo, o primeiro a saber de tudo sobre essa pesquisa. A sua terra é fascinante!

Por último, e mais importante, agradeço meus pais por todo o apoio, inclusive financeiro, no período mais difícil do curso, e à Amábili, minha esposa, que me deu o maior presente de todos nesse trajeto!

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar processos de construção de discursos de identificação dominantes na cidade de Blumenau (SC), através de três alicerces, entre os quais pressupomos estejam relacionados entre si: Identificação do perfil social e trajetória dos agentes de maior reputação, no âmbito de discussão destas categorias; Análise da mudanças na configuração dos espaços sociais nos quais as categorias de identificação foram discutidas ao longo do tempo, bem como a identificação das relações hierárquicas e interdependentes entre aqueles espaços e outros que se assentam sobre capitais diversos; Interpretação dos referenciais simbólicos que perpassam os discursos de identificação, suas continuidades e descontinuidades ao longo do tempo. Para tanto, mobilizamos referenciais teóricos da sociologia das elites e grupos dirigentes, com destaque para abordagens de Pierre Bourdieu e autores inspirados pelo esquema teórico proposto pelo francês.

Palavras-chave: Blumenau (SC); Sociologia das elites; grupos dirigentes; discursos de identificação.

ABSTRACT

This research aims to analyze processes of construction of dominant identification discourses in the city of Blumenau (SC), through three foundations, among which we assume to be related to each other: Identification of the social profile and trajectory of the most reputable agents within the scope discussion of these categories; Analysis of the changes in the configuration of social spaces in which the categories of identification were discussed over time, as well as the identification of hierarchical and interdependent relationships between those spaces and others that are based on different capitals; Interpretation of the symbolic references that permeate the discourses of identification, their continuities and discontinuities over time. To this end, we mobilized theoretical references from the sociology of elites and leading groups, with emphasis on approaches by Pierre Bourdieu and authors inspired by the theoretical scheme proposed by the French.

Keywords: Blumenau (SC); Sociology of elites; leading groups; speeches.

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

Mapa político-administrativo de Santa Catarina em 1907.....	37
Mapa político-administrativo de Santa Catarina em 2015.....	38
População residente por situação de domicílio em Blumenau (SC).....	38
População residente por situação de domicílio em Santa Catarina.....	39
PIB de Blumenau a preços correntes, separados por atividade econômica, em valores relativos (1999).....	41
PIB de Blumenau, separado por atividade econômica, em valores relativos (2015)	42
Brasão de armas de Blumenau (SC).....	97
Restaurante Froshinn.....	118
Imagens da campanha “Que país é esse?”	125
“Castelinho da Moellmann”.....	130
Sede da Prefeitura Municipal de Blumenau.....	135
Entrada da Disneyworld na Califórnia, EUA	141
Antiga sede do Restaurante Zum Weissen Rossel.....	142

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ACIB- Associação Empresarial de Blumenau
ACL- Academia Catarinense de Letras
AIB- Ação Integralista Brasileira
FJFS- Fundo José Ferreira da Silva
IHGSC- Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina
IHGVI- Insituto Histórico e Geográfico do Vale do Itajaí.
JSC- Jornal de Santa Catarina
NSDAP *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei* (Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães)
PFL- Partido da Frente Liberal
PLC- Partido Liberal Catarinense
PRC- Partido Republicano Catarinense
PT- Partido dos Trabalhadores
SAB- Sociedade dos Amigos de Blumenau
SINTEX- Sindicato das Indústrias de Fiação, Tecelagem e do Vestuário
UDN- União Democrática Nacional

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 SOBRE O OBJETO E O PROBLEMA DE PESQUISA	13
1.2 ASPECTOS DA RELAÇÃO PESQUISADOR-OBJETO	19
1.3 TÉCNICAS DE PESQUISA	21
1.4 SOBRE O CAMPO DE DEBATES EM QUE A PESQUISA SE INSERE.....	24
1.5 APRESENTANDO BLUMENAU.....	35
2 PASSEANDO ENTRE EXTREMOS.	45
2.1 O AUGO DO REPUBLICANISMO TEUTO-BRASILEIRO.....	45
2.2 O COMBATE AO "QUISTO ÉTNICO"	58
3. A CENTENÁRIA BLUMENAU	73
3.1 DA ORIGEM HUMILDADE A PREFEITO DE BLUMENAU	73
3.2 AS COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO E SUAS CONSEQUÊNCIAS.....	77
3.3 QUANDO SURGE O TURISMO	89
3.4 A CONSAGRAÇÃO DE FERREIRA DA SILVA.....	92
3.5 O DILEMA DE UMA GERAÇÃO.....	95
4. UMA CIDADE PARA SE VER E FESTEJAR	115
4.1 A CRIAÇÃO DE UMA PAISAGEM TÍPICA: A “FEBRE DO ENXAIMEL”.	115
4.2 A CIDADE ALEMÃ EM FESTA.....	138
4.3 O SESQUICENTENÁRIO DE COLONIZAÇÃO.....	146
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	156
REFERÊNCIAS.	171

1. INTRODUÇÃO

1.1 SOBRE O OBJETO E O PROBLEMA DE PESQUISA Essa

linha de pesquisa começou bem antes do primeiro projeto escrito sobre ela. Na conclusão da graduação, estágio anterior de nossa formação, já apareceu questão semelhante, sob a ótica do processo de construção de discursos de identificação sobre uma cidade. Como foi recomendada a continuação desta linha de pesquisa, não hesitamos em considerar objetos e problemáticas semelhantes. O trabalho, na etapa atual, porém, ganhou contornos mais amplos. Se, naquele momento, tratamos de uma cidade muito pequena e com um espaço no qual não havia disputa capaz de tomar alguma materialidade, configurando uma hegemonia intocável, aqui a questão é diferente. O mestrado, necessariamente, deveria trazer à tona questões mais complexas. A intenção inicial, inclusive, era conduzir um estudo que tivesse certo viés comparativo. Por isso, consideramos várias cidades de Santa Catarina, como Florianópolis, Joinville e Lages e Blumenau. Porém, ao ter um primeiro contato com a pesquisa de campo nesta última, tendo em vista a elaboração de um artigo para a disciplina Sociologia da Arte e da Cultura, mudamos de opinião. Decidimos, portanto, pela capital do Vale do Itajaí.

E isso porque, em Blumenau, há um espaço de construção de categorias de identificação, numa espécie de misto de espaço cultural/intelectual. Existem dominantes, assim como em qualquer campo, espaço ou domínio em disputa. Não existe, porém, algum grupo ou discurso que tenha permanecido intocado ao longo do tempo. Além disso, a cidade é amplamente conhecida por ter algo semelhante a uma “identidade germânica”, num perfil que destoa bastante de outras das maiores cidades de Santa Catarina. Mesmo numa cidade como Joinville, que também foi colonizada majoritariamente por alemães, não há uma ligação tão forte à “cultura alemã”. Portanto, Blumenau gera certo fetiche, certa caricatura- e, como sociólogo, nos interessa investigar a construção das coisas do mundo social. Um dos passos da pesquisa na cidade seria, invariavelmente- de acordo com nossa linha de pesquisa, é claro- o de analisar o processo histórico de construção dessa imagem alemã.

Isto posto, a pesquisa tomou como objeto o conjunto dos principais processos de construção de discursos de identificação. Ou seja, todo o processo de construção de narrativas mais ou menos coesas. Quando nos referimos ao caráter processual, queremos chamar a atenção

para o dinamismo do processo. Nenhuma novidade, mas importante lembrar: discursos de identificação são construídos e reconstruídos continuamente através da interação entre agentes sociais. Por mais isolado que um escritor que se debruçou sobre a história de Blumenau pareça agir, uma análise de seu texto não é nada sem a análise do seu contexto de referência. O processo, portanto, é contínuo- a vida social sempre muda-, e constituído de diversos elementos. O nosso problema central de pesquisa, portanto, consiste em captar e analisar o que faz com que um texto, uma imagem, que possam ser sistematizados em um discurso coerente e eficaz. Em outras palavras, trata-se de compreender os mecanismos e conjunturas que permitiram a criação das narrativas e sua hegemonia durante determinado período histórico. Trata-se, portanto, de compreender as condições de funcionamento do espaço cultural/intelectual local, bem como suas relações de dependência de outros locais de disputa, especialmente a política municipal, tendo em vista identificar qual o lugar dos autores dos discursos consagrados nos manuais de história local nestes espaços.

Do problema central, derivam nossas questões específicas, organizadas em torno de um tripé operacional: os idealizadores das narrativas, as conjunturas espaciais que propiciaram a atuação destes agentes como produtores e a análise interpretativa das próprias narrativas produzidas, que podem ganhar diversos formatos (textos, paisagens e eventos festivos, no nosso caso). Propomos, portanto, uma visão integrada destes processos, buscando analisar as relações de interdependência seus diferentes pormenores. Tivemos, é claro, que nos limitar às possibilidades impostas pelas fontes disponíveis. Não pudemos, por exemplo, determinar a origem familiar de alguns agentes relevantes, pois há um profundo silêncio documental a esse respeito, ainda que, como veremos, este também diz muito. Uma de nossas questões de pesquisa iniciais dizia respeito a identificar uma rede de circulação de motivos simbólicos (PANOFSKY, 2014). Quer dizer, quem constrói algo, o faz de uma maneira específica, de acordo com certos referenciais. Captar a origem destes, bem como seu processo de apreensão por parte dos construtores de discursos, era muito importante para nós. Infelizmente, devido a limitações inerentes ao campo, essa questão foi tratada de maneira mais superficial do que gostaríamos, especialmente entre os agentes mais antigos, já falecidos há décadas.

Não somos os primeiros, é claro, a se interessar pelos processos de construção de categorias de identificação- ou de identidades, como os textos em questão costumam definir. Essa temática foi explorada, principalmente, na história, e, em menor número, na antropologia e na

sociologia. Existem pesquisas sobre a *Oktoberfest*, sobre a arquitetura enxaimel, sobre as indústrias locais. Mas, o grande tema é “identidade germânica” (ou semelhantes, como identidade teuto-brasileira), inclusive relacionada aos assuntos anteriores. Só encontramos uma pesquisa, porém, que se aproxima do nosso objeto, ao não se preocupar com uma temática específica, e sim com um conjunto de narrativas. Méri Frotscher (2003), na sua tese de doutoramento em história, define como objetivo central:

[...] perseguir as ações e estratégias discursivas de membros das elites econômicas de Blumenau, integrantes ou ligados até 1937 ao PRC- e depois de 1945, à UDN- União Democrática Nacional- em meio a jogos de poder, e perceber as mudanças de discurso quanto a questão da ‘integração nacional’, no período mencionado. (FROTSCHER, 2003, p. 03)

É a única pesquisa encontrada que se propõe a estudar como frações de elites locais definem a cidade, principalmente através da imprensa escrita. Apesar das diferenças conceituais, seu objeto e problema central guardam boa semelhança com o nosso. Ela está interessada, afinal, em processos de construção de um tipo bastante específico de narrativas sobre a cidade. Devemos lembrar, que falar em integração nacional em Blumenau significa falar principalmente na integração dos descendentes de alemães.

A principal diferença entre nosso objetivo central e o da autora é que nós não definimos nosso objetivo como analisar os discursos sobre a relação entre Blumenau, cultura germânica e assimilação. Preocupamo-nos, sob outra ótica, em analisar os discursos de identificação dominantes sobre a cidade. Na prática, porém, todos estes são referenciados pela noção de germanismo e cultura alemã. Seguramente, ao longo do século XX, tópicos relacionados ao germanismo compuseram os principais discursos sobre a cidade. Isso esta presente, seja no enaltecimento das origens germânicas narradas pela autora em 1929, a insistência em uma história de sucesso da mistura de “dois elementos”, em 1950, ou a emergência de uma cidade totalmente integrada linguisticamente ao Brasil, mas que canta aos quatro ventos a sua herança alemã, a partir dos anos 1970.

Além disso, existem dois pontos que afastam as pesquisas: o período analisado e o aporte conceitual mobilizado. Enquanto Frotscher (2003) está preocupada com o período que vai do centenário da

imigração alemã (uma data que teve muitos desdobramentos na cidade) até 1950, quando é comemorado o centenário de colonização de Blumenau. O nosso, por sua vez, começa onde este outro termina. Escolhemos começar o nosso recorte por alguns motivos, nenhum deles, contudo, ligado ao trabalho de Frotscher (2003). Cinco anos após o término do Estado Novo, a nova geração da antiga elite política ligada ao PRC (agora à UDN), havia restabelecido sua influência na cidade, que desde meados dos anos 1930 havia sido encoberta pelo PLC e pela AIB. E, já nos seus primeiros anos, havia o centenário da Colônia iniciada por Hermann Blumenau. Foi dada grande atenção àquela data. Foram feitos desfiles, escrito um grande compêndio sobre a colônia/cidade, em festividades que duraram por mais de uma semana. Além disso, na comissão dos festejos veio à tona a ideia de criar um grupo dedicado a tratar, entre outros, de assuntos relativos à construção simbólica de Blumenau. Ou seja, foi o primeiro momento no qual a discussão de categorias de identificação sobre a cidade ganhou contornos institucionais, organizados, delineando narrativas próprias do período em questão. É certo, porém, que já havia discursos de identificação sobre Blumenau anteriormente. Ao menos, desde 1914, quando José Deeke publicou um livro sobre a história do Vale do Itajaí, que, naquela época, era sinônimo de Blumenau. Contudo, além de serem iniciativas mais ou menos isoladas, eram, via de regra, escritas em alemão. Essa situação, com hegemonia de agentes que usavam este idioma, perdurou até a ascensão do Estado Novo. A comemoração do centenário é, portanto, o primeiro momento no qual o português é a primeira língua, para elites que não são fruto de um poder político externo à cidade. Mesmo que o nosso objeto central incluísse estes autores isolados, portanto, seria impossível tratar deles com a atenção que a pesquisa em questão exige, pois não dominamos o alemão.

Além disso, o aporte conceitual mobilizado por Frotscher (2003) é distinto do nosso. Apesar de historiadora, ela mobiliza algumas teorias sociológicas, especialmente a de Habermas (1984). Como o subtítulo da tese deixa claro, está preocupada com “ações e discursos das elites locais na esfera pública de Blumenau”. Pressupor a existência de uma esfera pública implica, porém, que essa esfera seja “aberta” a todas as pessoas. Afinal, é público o que é de todos. No nosso aporte teórico, a noção da existência de um espaço aberto de discussão local não faz muito sentido. Preferimos considerar que as assimetrias de distribuição de autoridade e legitimidade tornem inviável falar em publicidade. Ou seja, quase nada é aberto a todas as pessoas, mesmo num âmbito restrito, como uma cidade. Certamente, os discursos de

identificação não são expostos num espaço público que qualquer cidadão possa interpretar, com algum grau igualdade. São discursos que circulam em determinados espaços sociais, que são restritos a determinados agentes. Ou seja, as elites locais são fracionadas, e, nem sempre, sua condição de dominante é legitimada pela atuação nos mesmos espaços. Portanto, não parece apropriado falar em “elites locais”, sem ao menos apoiar tal afirmação em indícios de que estes agentes são dominantes em qualquer espaço no qual atuem. Escolhemos evitar este caminho, preferindo deixar claro sobre qual, ou quais, espaços em disputa estes agentes exerceram suas hegemonias em determinados momentos históricos. Até porque, pelas dimensões da nossa pesquisa, não pudemos analisar todos os espaços sociais locais nos quais estes agentes participavam, sem o que não poderíamos afirmar uma espécie de poder que esteja acima das fronteiras espaciais locais. A discussão de categorias de identificação, acreditamos, não é nada pública, no sentido de aberta à contestação ou mesmo apreciação pela maioria da população. E isto porque -pressuposto básico do modelo teórico por nós adotado-, os capitais são assimetricamente distribuídos. Ou seja, a capacidade de decodificar a informação, a possibilidade de acesso e mesmo o interesse dificilmente seriam disponíveis, todos eles, para setores marginalizados da população blumenauense. E é este o pressuposto que defenderemos, ao contrário de Frotscher (2003).

A pesquisa foi dividida em dois períodos históricos com características distintas, para fins de apresentação didática. Ou seja, é necessário considerar que, dado o dinamismo com o qual os fenômenos objetos da pesquisa se desenrolam, a passagem de um período para outro é algo gradual, impossível de ser marcado por um evento específico. Portanto, tentaremos evitar a referência a um período fechado (1950 a 1966, por exemplo). Ao invés disso, buscaremos referir aqueles através de expressões que remontem à época em questão. Logo, devido as grandes diferenças que existem, não deve haver confusão para o leitor.

A pesquisa, porém, será dividida em três capítulos. No primeiro, trataremos de duas coisas fundamentais para que o leitor “mergulhe” em Blumenau. Apresentaremos, para isso, nossos pressupostos, em duas subdivisões. A primeira discutirá a base teórica de nossos esforços, indispensável para a compreensão completa do objeto e dos problemas que nos propusemos responder. Em seguida, apresentaremos um panorama do processo de construção de discursos de identificação nos primeiros cinquenta anos do século XX, sem os quais É difícil compreender o contexto posterior. Mais precisamente,

pretendemos tratar desde os efeitos da Revolução Federalista em Blumenau, quando um grupo composto de membros do Partido Republicano estabeleceram uma hegemonia na política municipal, passando por 1914, quando é publicado o primeiro livro dedicado a tratar exclusivamente da história do município de Blumenau, pelo centenário da imigração alemã, em 1929, até a repressão contra o discurso de exaltação da germanidade, especialmente de 1937 até 1945, numa conjuntura que reuniu a campanha de nacionalização em âmbito nacional e o combate a qualquer coisa que lembrasse os países do eixo, inimigos do Brasil na Segunda Guerra Mundial, entre os quais a Alemanha. Este trabalho, contudo, será apenas uma espécie de contextualização, haja visto que basearemos ele, quase que exclusivamente, na pesquisa anteriormente citada de Frotscher (2003), muito próxima da nossa com relação ao objeto, e indispensável para entender os textos e contextos produzidos no pós 1945. Não devemos, nem pretendemos, apresentar este contexto com o grau de detalhamento dos capítulos seguintes.

O terceiro capítulo engloba o primeiro dos dois grandes períodos por nós analisado a partir de dados de primeira mão. Após o final da Segunda Guerra Mundial, a disputa pelo monopólio de falar sobre Blumenau constituiu um espaço sobre amplo domínio de um grupo restrito. Duas coisas devem ser destacadas. Em primeiro lugar, o número de agentes interessados naquela disputa era pequeno. Num mercado restrito e sem muitas vozes com vontade de subverter a ordem de forças, o domínio foi mantido. Além disso, este momento é caracterizado por uma grande falta de autonomia neste espaço. Era extremamente dependente das disputas políticas municipais, e estas eram do espaço empresarial em questão. Não à toa, o grupo que dominou os discursos de identificação foi o mesmo que dominou os principais cargos públicos.

Já o segundo período, no qual está baseado o quarto capítulo, inicia no final dos anos 1960 e começo dos 1970, e introduz gradualmente uma mudança na hierarquia dos discursos de identificação locais, que será consolidada, de vez, cerca de dez anos depois. Neste segundo momento, os dominantes do espaço político, que substituíram a hegemonia que dominava a política local desde o final do século XIX (com exceção dos anos do governo de Getúlio Vargas) voltam suas atenções para o turismo como alternativa econômica, através do fortalecimento de uma imagem de “cidade alemã” para Blumenau. Ancorados no poder público municipal, criaram duas coisas fundamentais, que existem até hoje, que fortaleceram a imagem turística

da cidade: A paisagem com vários prédios “enxaimel”, e a *Oktoberfest*, festa inspirada a homônima de Munique, no sul da Alemanha, tida como uma das maiores do mundo.

Note-se que, nestes anos, o eixo através do qual gravitavam as categorias de identificação no período passa a ser secundário. Ou seja, o espaço intelectual/cultural foi relegado à posição inferior neste aspecto. As críticas a essa imagem alemã e aos referenciais sobre os quais foi construída começaram a vir deste espaço, já nos anos 1980. Mas foi apenas nos final dos anos 1990, começo dos 2000, quando os espaços já gozavam de uma autonomia maior, que escritores que circulavam pelo espaço intelectual construíram um grande volume de crítica ao processo iniciado três décadas atrás. O nosso recorte temporal, porém, termina nas comemorações do sesquicentenário de colonização da cidade, em 2000. E isso porque essas críticas, apesar de dominantes no espaço intelectual, tem pouca chance de extrapolar tal círculo restrito a acadêmicos e agentes interessados neste universo.

1.2 ASPECTOS DA RELAÇÃO PESQUISADOR-OBJETO

Refletir sobre em que posição se está em relação ao próprio objeto de pesquisa é uma tarefa fundamental para as ciências humanas. Afinal, num sentido amplo, o pesquisador é parte do objeto de estudo da sociologia. Bourdieu (1989), portanto, lembra da importância da ruptura com o conhecimento do senso comum:

Todavia construir um objeto científico é, antes de mais e sobretudo, romper com o senso comum, quer dizer, com representações partilhadas por todos, quer se trate dos simples lugares comuns da existência vulgar, quer se trate das representações oficiais. [...] O pré-construído está em toda parte. O sociólogo está cercado por ele, como o está qualquer pessoa. (BOURDIEU, 1989, p.34)

Apesar da importância de romper com as pré-noções, um conhecimento científico que prescindia completamente de aspectos do senso comum, é, em última instância, impossível. Afinal, até mesmo Durkheim (2002), grande expoente do objetivismo na sociologia, defendia a importância das pré-noções. Preferimos, portanto, uma via que valorize o conhecimento advindo da experiência, mas sempre desconfiando deste, como na proposta de uma “ruptura objetivante”

...a objetivação sociológica possui uma dupla dimensão: a desconfiança em relação à experiência; e o fato de levar em consideração essa mesma experiência. Limitar-se a primeira dimensão conduziria ao “objetivismo”, isto é, a exclusão das significações vividas em nome de uma representação do conhecimento científico que leva a tratá-las como se fossem resíduos inessenciais e ininterpretáveis. Pretender ter acesso direto à segunda dimensão conduziria, na melhor das hipóteses, a uma espécie de explicitação do vivido desprovida dos princípios suscetíveis de lhe fornecerem um fundamento. (PINTO, 1996, p.14)

Utilizar a experiência na construção de hipóteses e questões de pesquisa, portanto, é fundamental. Mas como desconfiar destes conhecimentos, que são marcas da passagem do sociólogo por diversos grupos sociais, que classificam o mundo social de diferentes maneiras? Bourdieu (1989) propõe que seja levada a cabo uma espécie de sociologia do sociólogo. Sabemos que a trajetória e as posições ocupadas por um indivíduo em diferentes espaços são fundamentais para explicar as suas ações. Neste sentido, a proposta consiste em:

Só a sociologia da sociologia – e do sociólogo – pode dar um certo domínio dos fins sociais que podem estar na mira dos fins científicos diretamente prosseguidos. A objetivação participante, sem dúvida, o cume da arte sociológica, por pouco realizável que seja, só o é se se firmar numa objetivação tão completa quanto possível do interesse a objetivar o qual está inscrito no fato da participação, e num por em suspenso desse interesse e das representações que ele induz. (BOURDIEU, 1989, p.58)

É nosso dever, portanto, objetivar a nossa posição para falar sobre Blumenau, procurando controlar nossos interesses, que sempre existem, afinal, nós escolhemos este objeto, o que já demonstra uma relação prévia com ele.

Apesar de ter nascido em Indaial, cidade vizinha de Blumenau, passei poucos anos na região. Contudo, vivi muitos anos em cidades da mesma região (o Vale do Itajaí), que, embora com menos intensidade, vivem o discurso de “ex-colônia” e de “cidade de alemães”. Minha origem social, contudo, pouco tem a ver com a celebração da origem étnica, ainda comum. Apesar de descendente de italianos (tratado como o segundo grupo étnico em importância, na região, de maneira superficial), não havia traços significativos de valorização desse

passado, como o cultivo de um dialeto, por exemplo. Além disso, os progenitores eram todos trabalhadores rurais, com pouca ou nenhuma instrução formal. Viemos, portanto, de famílias que viviam distantes, em vários sentidos, numa posição marginal, na estrutura de poder de grandes centros regionais, como Blumenau.

Portanto, o “mundo” que investigamos é um completamente diferente daquele que nos originou. Mas, apesar de não possuir relação de proximidade com o objeto, ainda assim há um perigo latente, por essa assimetria entre a nossa posição, com uma origem muito marginal em relação aos centros de poder, e a dos agentes que referenciam o objeto (haja vista que buscamos os discursos hegemônicos, que são, por conseguinte, ditados por agentes dominantes; portanto, bem posicionados nos espaços sociais específicos): o deslumbre, o fetiche com a imagem de “cidade europeia”, que, de acordo com nossa experiência, pareceu bastante efetiva. Quer dizer, quando visitamos as principais ruas da cidade, pela primeira vez, justamente durante a *Oktoberfest* (quando ainda não havíamos pensado em construir uma pesquisa ali), Blumenau pareceu uma cidade muito diferente, e, por que não, agradável. O cuidado, contudo, consiste em não misturar esse sentimento de aceitação, de bem-estar que essa imagem nos proporciona, com a construção de um objeto científico. Isso se traduz, na nossa pesquisa, em não aceitar pré-classificações que podem nos soar muito corriqueiras à primeira vista, como o enaltecimento do fundador da colônia, Hermann Blumenau, ou a ideia de que a suposta “grandeza” da cidade é fruto do “trabalho dos alemães”. Nosso esforço, portanto, consiste em determinar a gênese dessas classificações, em questioná-las, jamais a aceitá-las. Essa imagem da rua XV de Novembro, cheia de prédios com fachadas “enxaimel” e com bandeiras da Alemanha penduradas: quem disse que essa rua deveria ser assim, e por quê? Em suma, devemos ter cuidado para não naturalizar categorias e narrativas que são construídas historicamente por agentes determinados.

1.3 TÉCNICAS DE PESQUISA

As técnicas de pesquisa foram combinadas de acordo com a necessidade de cada objetivo específico da pesquisa. Em primeiro lugar, a pesquisa bibliográfica, sendo esta de dois tipos. Parte dela foi de caráter teórico-metodológico, buscando situar a pesquisa nas intersecções de espaços de debate específicos no interior da sociologia. Esta pesquisa aconteceu, especialmente, nas etapas de definição e refinamento do objeto, do problema e do objeto geral da dissertação.

Outra fração foi concentrada em produções bibliográficas sobre o campo prático de investigação. Ou seja, textos sobre Blumenau, que pudessem contribuir de alguma maneira para subsidiar a nossa pesquisa. Estes foram fundamentais para definir objetivos específicos, além de fornecer dados secundários, que dificilmente poderiam ser obtidos de maneira primária. Também foi indispensável, é claro, a consulta a produções bibliográficas que são alicerces de discursos de identificação, como fontes de informação primária sobre tais discursos.

A pesquisa documental, por sua vez, foi decisiva para a construção dos dados de primeira mão, especialmente nos capítulos dois e três. Nessa abordagem, nossa atuação aconteceu numa grande frente: o acervo do Arquivo Histórico Professor José Ferreira da Silva, em Blumenau. Ali, consultamos documentos referentes aos agentes que foram dominantes nos espaços que nos propomos a pesquisar. Ou seja, ali pesquisamos a trajetória de José Ferreira da Silva, Hercílio Deeke e Frederico Killian, por exemplo, bem como os registros das comemorações do centenário e da existência da Sociedade dos Amigos de Blumenau. Também foi relevante a pesquisa referente ao processo de implantação da “arquitetura típica”, a partir dos anos 1970, da *Oktoberfest*, em 1984 e o Instituto Blumenau 150 Anos. Em menor medida, também consultamos os acervos do Arquivo Histórico Municipal Theobaldo Costa Jamundá, no qual pesquisamos a trajetória do intelectual que dá nome à instituição, em Indaial, e do Colégio Catarinense, em Florianópolis, para entender alguns detalhes da passagem de Ferreira da Silva por lá. Abordamos dois tipos de documentos, nesses lugares: arquivos pessoais e dossiês. Nos primeiros, buscamos reconstituir a trajetória e a atuação de determinados agentes, que identificamos como parte dos dirigentes dos espaços engajados na construção de discursos de identificação, através da análise de documentos oficiais e correspondências, bem como documentos relacionados a grupos dos quais o agente era membro. Ou seja, pesquisamos cartas, documentos “oficiais” de identificação, diplomas, certificados, registros de passagens por determinados espaços, etc. Os dossiês, por sua vez, referem-se a uma miscelânea de informações sobre eventos com temporalidade histórica mais ou menos determinada, como a criação da *Oktoberfest*, a adoção do enxaimel como estilo típico, a existência da Sociedade dos Amigos de Blumenau ou o Instituto Blumenau 150 anos. Nestes, encontramos desde reportagens de jornais locais, passando por livros comemorativos, periódicos internos, sem finalidade comercial, até panfletos, selos e comunicações formais, como cartas e atas, por exemplo. Em todos esses documentos, porém, um

cuidado fora fundamental: lembrar que, antes de chegar a nós, estes documentos foram tratados e classificados por uma equipe de arquivistas e historiadores, o qual fabricam uma narrativa biográfica sobre as pessoas e os eventos. Ou seja, é importante considerar que os documentos consultados foram organizados de maneira narrar a vida dos agentes pesquisados de uma determinada maneira, de acordo com determinado paradigma. O que nos cabe, portanto, é fugir disso e não elaborar um caminho, uma biografia, e sim a sucessão de posições, ações e elementos sob os quais se assentam sua legitimidade e autoridade para falar em nome de Blumenau ou apoiar aqueles que o fazem.

Uma última técnica era necessária, porém, para abarcar fenômenos que tiveram a participação de agentes em eventos mais recentes: a entrevista. Partindo de uma estrutura, para conduzir a temática da conversa, mas flexível para não restringir a fluência da exposição do entrevistado, buscamos alguns agentes que tiveram papéis decisivos nos rumos da construção de discursos de identificação sobre Blumenau nas últimas décadas.

Quatro agentes foram entrevistados: Rolf Herwig, filho de Henrique Herwig, escolhido pela proximidade profissional com o pai, já que a HS Arquitetos já existia na década de 1980. Desta maneira, era uma possibilidade grande que Rolf tivesse conhecimento de muitas coisas que aconteceram à arquitetura local naqueles anos e a trajetória de Henrique, bem como o que o direcionou a possibilidade de ser o principal nome associado ao enxaimel na cidade.

Depois disso, entrevistamos Marga Holzman, viúva de Antonio Pedro Pereira Nunes, que foi tratado como o principal idealizador da *Oktoberfest* na mídia local, ao lado do então prefeito Dalto dos Reis (embora fosse nosso desejo ouvir sua narrativa sobre o período, não conseguimos contatá-lo). Marga, que compartilhava a administração da empresa da família com Antonio, nos trouxe uma narrativa muito elaborada sobre a participação do falecido esposo na Prefeitura através da Secretaria de Turismo, numa entrevista com tons muito nostálgicos por parte da narradora, cujo interesse no assunto era muito acentuado. Para falar sobre o processo de implantação de uma “paisagem típica” a partir dos anos 1970, conversamos com Félix Christiano Theiss, ex-prefeito municipal. Ele ocupou o cargo durante o período no qual foi elaborada a primeira lei de incentivo às construções típicas, e pôde indicar elementos dos primórdios do processo mais amplo de re-germanização turística da cidade.

Sueli Maria Vanzuita Petry foi a nossa última entrevistada. Compreender o trabalho de mediação executado por ela é compreender qual a configuração dos processos de construção de discursos de identificação. Muito influente no espaço intelectual/cultural local, sua trajetória mostra (especialmente sua atuação no Instituto Blumenau 150 anos) como estes espaços continuam com uma relação de dependência direta dos espaços político e empresarial, além de demonstrar que a legitimidade do discurso de identificação dominante nestas décadas não está diretamente relacionada a um autor específico.

1.4 SOBRE O CAMPO DE DEBATES NO QUAL ESTA PESQUISA SE INSERE

Gill (2002) afirma que é ponto comum entre analistas de discurso rejeitar que a linguagem seja neutra. Quer dizer, toda narrativa é construída de acordo com os interesses de quem a narra, e estes, por sua vez, estão intimamente relacionados à estrutura dos espaços sociais pelos quais tais circulam. Foucault (2014) é o principal nome associado à perspectiva chamada por Gill (2002) de pós-estruturalista. Um discurso, para o autor, consiste, em linhas gerais, num conjunto de narrativas que se pretendem verdadeiras. O pressuposto mais importante, portanto, é o de que qualquer coisa a qual se atribua, ou se busque atribuir, a característica de “verdade”, precisa ser legitimada e relegitimada constantemente entre os agentes sociais. Quer dizer, elas só existem quando aceitas, em qualquer situação. Os discursos, portanto, carregariam uma “vontade de verdade”, um querer ser aceito como válido. Um discurso, porém, é finito, não pode dizer tudo. Na mesma medida em que classifica determinados elementos como verdadeiros, nega a possibilidade de verdade a muitos mais. Na prática cotidiana, porém, as pessoas tendem a lembrar de apenas o primeiro plano do discurso. Nas palavras do francês: “[...] os nossos olhos só veem uma verdade que é riqueza, fecundidade, força doce e insidiosamente universal. E, ao invés, não vemos a vontade de verdade enquanto prodigiosa maquinaria destinada a excluir.” (FOUCAULT, 2014, p.19). Quer dizer, para que um discurso (ou narrativa, os tomaremos como sinônimos) seja aceito, é indispensável que ele seja também um mecanismo de exclusão. Além disso, ele carrega as marcas da intencionalidade dos agentes que o reconstroem diariamente.

Mas em que consiste a “identificação”? E por que não “identidade”? A grande referência ao tratarmos de teorias de identidade são as ideias expostas em “Beyond Identity”, de Rogers Brubaker &

Frederik Cooper (2000). Os autores defendem que, nas ciências sociais, há basicamente duas maneiras de pensar as teorias da identidade. A primeira são as chamadas teorias “pesadas” da identidade. O que as definiriam seria o uso do termo “identidade” segundo o seu uso comum, dando ênfase na continuidade através do tempo. Estes pontos de vista teriam quatro afirmações problemáticas, segundo os autores. Primeira, “identidade” é tido como algo que todas as pessoas têm, devem ter ou estão buscando. Depois, “identidade” é algo que todos os grupos, ou ao menos grupos de um certo tipo (étnico, racial ou nacional) têm ou devem ter. A terceira é a de que tanto pessoas como grupos podem ter “identidade” sem estarem conscientes disto, além de ser algo a respeito do qual eles podem estar enganados. Por último, as visões “pesadas” ou “fortes” da identidade implicam, segundo os autores, grupos com alto grau de homogeneidade e fronteiras claras entre *insiders* e *outsiders*.

As concepções “leves” de identidade, que ganharam muita força nas últimas décadas, segundo os autores, são destacadas por tentar romper com os usos comuns do termo, e negar o essencialismo das concepções “fortes” de “identidade”. Porém, os pesquisadores destacam três problemas destas teorias, chamadas também de “construtivistas”. A primeira questão é o que os autores chamaram de “clichês construtivistas”. Quer dizer, a “identidade” tem sido qualificada por vários termos: múltipla, instável, negociável, construída etc. Isso faz com que muitas vezes estes adjetivos sejam lidos e escritos de maneira automática, se tornando assim simples lugares comuns. A próxima crítica é a do uso da própria palavra “identidade”. E isto porque, no uso comum, a palavra carrega um significado de permanência. Os pesquisadores se questionam o porquê de continuar a usar a palavra se um significado central do termo é tão fortemente repudiado por estas teorias. A última questão diz respeito à elasticidade de “identidade” nas teorias construtivistas. Segundo os autores, no esforço de se afastar das concepções “fortes”, formularam-se concepções, muito parecidas, que têm uma amplitude enorme. Isto faz com que o conceito perca seu potencial analítico, por se tornar muito vago.

Brubaker & Cooper (2000) chamam a teoria de Stuart Hall de um exemplo de teoria construtivista da identidade. Hall (1998), em “A identidade cultural na pós-modernidade”, afirma que as velhas identidades entraram em colapso, pois novos referenciais surgiram, fazendo com que o sujeito se tornasse fragmentado e contraditório. A esse processo, o autor chama de “crise de identidade”. O sujeito nunca é algo único e estático. Ele é “composto”, por assim dizer, por várias referências sobre o que ele é e qual seu lugar no mundo, ou seja, várias

identidades (que estão sempre mudando), e é perfeitamente plausível que essas referências sejam contraditórias, provocando dilemas e escolhas difíceis para o indivíduo. Isso leva a outra questão a se considerar: na teoria de Hall, as identidades são situacionais. Quer dizer, a manipulação das identidades, para um indivíduo, passa diretamente pelo contexto no qual o indivíduo está inserido. Nestas ideias, podemos perceber que, como dizem Brubaker & Cooper (2000), a identidade está em todo lugar, e, portanto, em lugar algum.

Mas, afinal, qual a solução proposta pelos autores? É a construção de teorias da identidade sem o uso do próprio termo “identidade”. Esta sugestão é justificada pela ambiguidade da palavra, que leva a problemas, passíveis de ser contornados com o uso de outros termos, que definem com maior precisão os diferentes usos que “identidade” pode tomar. Segundo os autores, o uso da palavra “identidade” como categoria da prática não justifica a necessidade de usá-la como categoria de análise.

Os autores sugerem alguns substitutos, como “auto-entendimento” e “comunalidade”. Mas é o termo processual, identificação, que mais nos interessa aqui. Segundo os autores, ela é um componente intrínseco da vida social. Porém, não pressupõe necessariamente grupos com fronteiras coesas. O termo carrega, portanto, todo o dinamismo que podemos observar no fenômeno em casos específicos. Além disso, a identificação pode ser dividida de acordo com o que se identifica. Pode ser relacional, quando o agente é inserido numa rede de relações. Ou pode ser categórica, quando existe um atributo que une as pessoas em seu redor, como a nacionalidade. É esta que nos interessa aqui. Porque identificar a cidade significa criar categorias que a localizem no imaginário dos agentes individuais.

“Discursos de identificação”, ou ainda “discursos de categorização” é um termo cunhado a partir da junção destas duas influências. O discurso é algo amplo, geral, um conjunto de verdades sobre alguma coisa, que, no nosso caso, é a cidade de Blumenau. Em outras palavras, caracterizamos discursos como sendo conjuntos de classificações sobre o mundo social, dotados de algum grau de coerência interna. Isso torna nosso uso muito semelhante a certas noções de “ideologia”. Esses discursos, contudo, não pairam no ar. Eles só podem ser observados quando compõem o conteúdo narrativo de categorias de identificação específicas, como história, memória, tradição, cultura, patrimônio, etc. Numa (complexa) equação que leva estas categorias em conta, temos os discursos que dizem “o que é Blumenau”.

Vamos mostrar, portanto, o que pesquisadores que se dedicaram a alguma destas categorias, para delinear melhor nossos pressupostos teóricos.

Primeiro, é importante definir a memória como uma “propriedade de conservar certas informações” (LE GOFF, 1990, p.423). Mas o autor argumenta que, além de conservar, o “processo da memória coletiva” implica a releitura dos vestígios do passado. Da mesma maneira, a memória implica todo um processo de seleção inconsciente do que será lembrado. Quer dizer, a memória, ou a história, concebida como narrativa sobre o passado (aqui tratada como sinônimo de memória), nunca retratará o passado em sua plenitude. Só é possível, aos indivíduos, recordar fragmentos. Memória, portanto só existe enquanto um tipo específico de discurso.

O autor também lembra de que a memória coletiva sempre foi objeto de disputa:

Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 1990, p. 426)

Portanto, além da incapacidade dos seres humanos de lembrar do passado em sua totalidade, o “esquecimento” seletivo, fruto de manipulações de agentes autorizados, contribuem para tornar a história/memória algo parcial, fragmentos do passado. Os esquecimentos são inerentes ao processo de construção da memória.

Prosseguindo na mesma linha de argumentação, a memória coletiva aparece principalmente, segundo Le Goff (1990), nos “monumentos” e nos “documentos”. O “monumento” é entendido como tudo aquilo que remete ao passado. É, na concepção do termo, a memória coletiva materializada. O “documento”, escolha do historiador, é entendido para a escola positivista, segundo o autor, como o testemunho escrito que serve como “prova histórica”. Neste sentido, é entendido como objetivo, verdadeiro por si mesmo.

Le Goff (1990) contesta essa versão. Segundo ele, o documento é um monumento. Essa afirmação significa que não existe documento que seja totalmente objetivo. O documento é uma produção contextualizada

historicamente. Ou seja, ele foi produzido em um contexto de relações de poder. É fundamental interpretar o documento como instrumento de poder, considerar os aspectos materiais e simbólicos de sua produção. Mesmo que tenha sido escrito de “boa-fé”, e que o autor cite o que ele pensa ser “a verdade”, o documento esconde uma “intencionalidade inconsciente”, um desejo de dizer o que é, e, conseqüentemente, o que não é. Entendido desta maneira, o documento vai além da oposição entre verdadeiro e falso. Todos eles são verdadeiros e falsos. Verdadeiro porque constrói uma realidade. E falso porque mascara uma intencionalidade sempre presente. Como diz o autor, “[...] tendo em conta o fato de que todo o documento é ao mesmo tempo verdadeiro e falso, trata-se de por a luz as condições de produção e de mostrar em que medida o documento é um instrumento de poder.” (LE GOFF, 1990, p. 534). É possível questionar, se, afinal, qualquer documento é um instrumento de poder, tal qual o autor afirma. O que nos interessa como pressuposto, porém, é que o documento é uma possível forma material do discurso, tanto quanto o monumento.

Também convém notar, como lembra Pollak (1992, p. 205), que “a memória é um elemento constitutivo do sentimento de identidade.” E isso porque ela fornece aos agentes “pontos de referência” no qual ele se situa no mundo social.

As teses lançadas por estes autores sobre a categoria “memória” poderiam ser expandidas, ao menos, para os principais termos que identificam Blumenau. Todos são criados socialmente, e são parciais. Quer dizer, todos são frutos de um processo de constante reconstrução, no qual agentes autorizados os manipulam, muitas vezes com a justificativa de que estão preservando aquilo para as gerações seguintes. Quando foi moldada a categoria “cultura popular” na Europa, por exemplo, as pessoas que foram até o “interior” (onde eles acreditavam que “o popular” sobrevivia) justificavam as suas ações como se estivessem salvando um tesouro que estava prestes a se perder, segundo Burke (2010). Segundo o autor, e nós aceitamos a tese, eles estavam construindo a categoria “cultura popular”. Além disso, assim como é impossível lembrar do passado em sua totalidade, é impossível encaixar “tudo” nestas categorias. Quer dizer, o esquecimento está intimamente ligado à construção de cada uma de nossas categorias a serem estudadas. Quer dizer, as “tradições do Brasil”, ou a “cultura popular do estado de Santa Catarina”, representarão apenas uma dentre infinitas possibilidades do que pode ser classificado socialmente como tradição ou cultura popular destas coisas. Podemos perceber, portanto, a flexibilidade teórica proporcionada pela categoria de análise “discurso

de identificação”, haja vista ter sido construída com influências muito distintas entre si. Pudemos perceber, também, que as categorias de identificação, seus desdobramentos, encontram respaldo na obra de vários pensadores. A nossa intenção, portanto, é utilizá-la a partir de esquemas teóricos originados a partir da obra de Pierre Bourdieu, acreditando que nossa principal categoria analítica se acomoda perfeitamente na teoria do autor.

É fundamental lembrar que, assim como qualquer classificação social, todos os termos que entendemos como categorias de identificação estão em permanente disputa. Segundo Bourdieu (1989):

As lutas a respeito da identidade étnica ou regional, quer dizer, a respeito de propriedades (estigmas ou emblemas) ligadas à origem através do lugar de origem e dos sinais duradouros que lhe são correlativos, como o sotaque, são um caso particular das lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer os grupos. (BOURDIEU, 1989, p.113)

Mas os agentes sociais nunca são iguais nessa disputa. A desigualdade de distribuição de capitais específicos é inerente à vida social. Portanto, existem agentes que tem uma posição privilegiada para falar em nome de determinadas categorias. Eles são autorizados (Bourdieu, 1983) socialmente, as suas palavras tem legitimidade. Estes, portanto, detêm o que Bourdieu (1989) chama de “poder simbólico”:

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto, o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que só é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. (BOURDIEU, 1989, p.14)

A autoridade da qual determinados agentes são dotados nos leva a outros desdobramentos. Em primeiro lugar, ela não é eficaz (com exceção, talvez, a casos excepcionais) em qualquer lugar e em qualquer momento. Ela é contextual. E está relacionada, sempre, aos espaços

estruturados de disputa que Bourdieu (2003) chama de campos. Vamos, portanto, fazer algumas considerações sobre a esta importante categoria de análise do sociólogo francês.

Em primeiro lugar, ela é uma reunião de agentes (não necessariamente fisicamente, imprescindível notar) que disputam o capital específico próprio a cada campo. Esse capital consiste em algum tipo de posse, que é escasso e limitado, ou seja, só pode ser acumulado por um número restrito de agentes. Daí vem a desigualdade encontrada em qualquer espaço social. Podem ser de natureza muito variável, como posses materiais, conhecimentos ou competências específicas, uma rede de contatos “bem estabelecidos”, etc.

Normalmente, esse capital só faz sentido enquanto princípio de ordenamento hierárquico dentro do próprio campo. Aos dominantes, que detém a maior parte do capital específico, é atribuído o poder de legitimar como verdadeiras as classificações arbitrárias do mundo social, seja através da própria fala ou da fala porta vozes autorizados. Porém, como lembra o autor, “Se há uma verdade, é que a verdade é um resultado de lutas” (BOURDIEU, 2001, p. 25). Portanto, os “donos do campo” são os agentes dotados de grandes reservas de capital específico.

O estado da relação de forças no campo, porém, não é imutável. Se, num momento de estabilidade, os dominantes detém o conhecimento hegemônico, a ortodoxia, os dominados podem questioná-lo e tentar subvertê-la, levando a um reordenamento das posições, por conta de um processo de redistribuição de capital, acentuada em momentos de crise da doxa.

A noção de campo é muito ampla, e foi usada para analisar diversas configurações, como o “campo científico” (BOURDIEU, 2004), e o “campo artístico” (BOURDIEU, 1996), por exemplo. Mas estes não existem no singular. Só é possível falar em um campo num determinado escopo. Quer dizer, no esquema analítico de Bourdieu, o mundo social é composto de grandes campos, e, no interior de cada um deles, existem subcampos, que são menos amplos. A estrutura dos campos, portanto, não é tão simples, e pode englobar desde milhões de agentes, até pequenas relações de força que englobem algumas dezenas de “jogadores”.

Há ainda outra característica fundamental de “campo” como categoria de análise. Eles possuem determinado nível de autonomia em relação às demandas externas ao próprio campo. Quer dizer, estes espaços em disputa constituem microcosmos “fechados” em si mesmos, em alguma medida. É claro, o autor não parte na noção de que eles

sejam “ilhas”. Existem relações (hierárquicas, inclusive) entre os diferentes campos. Mas o campo deve ter certa dinâmica interna própria, com mais ou menor grau de liberdade em relação a demandas oriundas do mundo social mais amplo.

Nosso trabalho tem por característica tratar, basicamente, de agentes dominantes em seus respectivos espaços de atuação, em determinados momentos de suas trajetórias. A nossa principal influência em termos de vertente teórica é, sem dúvida, a sociologia das elites e dos grupos dirigentes.

Em primeiro lugar, é importante desfazer qualquer tipo de associação entre a chamada teoria das elites, consagrada pela trinca Pareto, Mosca e Michels (SEIDL, 2013), e esta vertente teórica, surgida nas últimas décadas, e com foco radicalmente distinto. Conforme Saint-Martin (2008), as elites são grupos que ocupam o topo da hierarquia social, sendo reconhecidas e privilegiadas de diferentes formas. Inclusive, a autora não se dedica a diferenciar termos que têm sido tratados como sinônimos em pesquisas desta vertente: elite, categoria dirigente, categoria favorecida, grupo dirigente, classe dirigente, classe dominante, etc.

Essa perspectiva, que ganhou força a partir de meados da década de 1970, a partir de pressupostos de Weber e do trabalho de Bourdieu. Sobre a diferença fundamental da proposta na qual nos inserimos, Seidl diz:

O principal deslocamento operado pela perspectiva que chamaremos de sociologia do poder diz respeito à forma de conceber o poder e as “elites”. O ponto de partida segundo o qual o mundo social nas sociedades modernas é composto por diversas esferas sociais dotadas de autonomia relativa- hierarquizadas em função de critérios próprios - escapa, assim, a qualquer concepção substancialista e unitária do poder e de quem o detém. Vale dizer, se os espaços sociais são múltiplos e organizados de acordo com estruturas e lógicas de poder específicas, perde sentido falar em um tipo de poder e em uma elite ou, ainda, em o grupo dirigente. Pelo contrário, o que se tem são diversos grupos de agentes sociais que ocupam posições dominantes em uma ou mais esferas do mundo social, como as elites políticas, jurídicas, religiosas, econômicas, culturais, burocráticas. (SEIDL, 2013, pg. 182-183)

. Embora estes grupos possam se diferenciar dos demais agentes do campo em questão por estilos de vida, gostos e práticas específicas, a fronteira que os delimita não é tão visível:

Essas elites têm frequentemente contornos vagos e mal definidos. A questão mais importante para o sociólogo não é, aliás, traçar as fronteiras, interrogar-se sobre quem incluir ou quem excluir nas pesquisas sobre os diferentes grupos dirigentes ou de enumerar as elites econômicas, administrativas ou políticas em tal ou qual país. As elites não consistem unicamente na soma do conjunto dos grupos ou dos atores que ocupam posições dominantes nos domínios político, econômico e administrativo e não são apenas uma categoria da estratificação social; elas propõem modelos de comportamento, possuem sistemas de valores e interesses, constituem grupos de influência e, à vezes, de pressão. (SAINT-MARTIN, 2008, p. 48-49)

Neste contexto, segundo Saint-Martin (2008), são comuns, principalmente, pesquisas sobre formação, reprodução, modos de ação, recomposição e reconversão de elites, além daquelas focadas nas estratégias discursivas destes grupos. Nós, sem dúvida, temos esta como nossa principal problemática. Isso não significa, contudo, que para analisar tais estratégias não seja indispensável, por exemplo, analisar sob quais bases os grupos (que são um dos alvos empíricos da pesquisa) se estruturam e legitimam sua autoridade, bem como a circulação da autoridade de produção de discursos de identificação de um espaço a outro. Nossa pesquisa, portanto, se utilizará desta matriz teórica de diversos ângulos.

Bourdieu, porém, desenvolveu seu esquema teórico ao longo, principalmente, de pesquisas empreendidas na França. Há de se lembrar, portanto, de algumas questões importantes. A primeira diz respeito às diferenças entre modos de dominação fortemente institucionais, como o francês encontrou, e outros, comuns em países periféricos, como Brasil, fortemente baseado no capital de relações pessoais, no qual, conforme Grill & Reis, “constata-se uma preponderante maleabilidade das linhas e lógicas que separam domínios sociais, mesmo existindo modalidades diversificadas de especialização no exercício das atividades e parâmetros de hierarquização do mundo social” (GRILL & REIS, 2016, p. 29)

É preciso empreender uma flexibilização, portanto, da noção de campo. Embora indispensável, ela deve ser adaptada para este contexto fluido. Grill & Reis (2016) defendem a noção de domínio social para descrever os espaços estruturados de disputa. Essa escolha é justificada pelos autores pela polissemia do termo “domínio”, que pode significar, segundo os autores: “1) território controlado por pessoas ou grupos; 2) esfera de ação; 3) influência ou poder; 4) conhecimento concentrado em uma arte ou ciência; 5) competência em realizar atividades; 6) posse de determinados bens, etc.” (GRILL & REIS, 2016, pg. 35). Essa maleabilidade do termo permite analisar várias dimensões da categoria “campo”, como a luta pelas classificações de categorias de identificação, em contextos com variados graus de institucionalização e autonomização.

O foco da pesquisa que propomos, porém, recai na análise das origens e trajetórias dos agentes que exercem o papel de porta-vozes e de mediadores de um domínio social com contornos imprecisos, aquele que talvez pudesse ser chamado de domínio cultural ou intelectual, no qual estão em jogo os discursos de identificação sobre Blumenau. Os porta-vozes são, portanto, estes agentes autorizados, que reivindicam a legitimidade de produzir bens simbólicos dotados de autenticidade, e, ao falarem, demonstram a sua existência e a de seus pares. Os porta-vozes, porém, falam tanto para o espaço do qual provêm, quanto para fora. Quer dizer, eles são destacados porque sua voz extrapola os limites do campo e reverbera em vários domínios.

A nossa maior preocupação, contudo, não é entender como ou onde essas palavras chegam, mas sim compreender como os porta-vozes exercem o trabalho de mediadores. Nos termos de Seidl (2007):

A lógica da mediação cultural pauta-se pelo fluxo de recursos materiais e simbólicos entre diferentes níveis, esferas e espaços sociais, dinâmica que encontra nos mediadores peça fundamental. Parte das estratégias de legitimação social de determinados grupos sociais, a mediação cultural insere-se entre os esforços de consagração de estilos de vida, práticas sociais e valores culturais empreendida dentro de diferentes esferas, como a intelectual, a acadêmico-científica, a artística, a político-burocrática e a religiosa. Embora não exclusivamente, tal fenômeno está estreitamente associado a contextos históricos e culturais marcados por uma relativa baixa autonomia das esferas sociais (típicos de sociedades periféricas), situações em que as lógicas de

funcionamento, os recursos e os princípios de legitimação próprios a cada espaço social encontram-se fundidos ou se interpenetram. (SEIDL, 2007, p. 78)

Não é preciso ir muito longe para encontrar, na sociologia das elites influenciada por Pierre Bourdieu, quais agentes costumam reivindicar a função de mediadores e de porta-vozes especializados. Sobre uma pesquisa que teve por objetivo analisar a vida de dois religiosos e suas passagens por diferentes esferas sociais, Melo (2013) afirma:

Constituídos como agentes intermediários culturalmente favorecidos e estabelecidos entre os grupos dirigentes e o “povo”, exercendo a função de “porta-vozes”, os “intelectuais” se diferenciam dos demais agentes no espaço de manipulação simbólica pelo desempenho de papéis que exprimem sua “capacidade de definir o social e de explicar as condições de sua organização” (PECAUT, apud MELO, 2013, p.28)

Em que pese a distinção superficial entre duas noções vagas, “grupos dirigentes” e “povo”, é notável que os intelectuais, desde aqueles inseridos no espaço acadêmico (altamente especializado e institucionalizado) até os supostos “autodidatas” com passagens marcantes por instituições nos quais o perfil do “homem de letras” é valorizado, como a Igreja católica, encontram uma conjuntura mais conveniente para assumirem a missão de porta-vozes e mediadores. Chegaram a essa conclusão, por exemplo, Seidl (2007) e Reis (2010), a respeito de pesquisas empreendidas em contextos distintos, a saber, os estados do Rio Grande do Sul e do Maranhão, respectivamente.

Tentaremos compreender, portanto, quais os principais referenciais identitários sobre Blumenau no período temporal analisado, a partir da categoria de análise discursos de identificação. Além disso, mobilizaremos teorias com origem na praxeologia bourdieusiana para compreender o suporte material que possibilitou a concretização destes discursos. Em outras palavras, compreender quais agentes ou grupos apoiaram a iniciativa, proporcionando as condições estruturais e conjunturais que transformaram estes agentes em porta-vozes ou mediadores, além de auxiliar a execução do trabalho de alguma maneira. É indispensável, também, considerar os espaços sociais nos quais os discursos foram criados, bem como aqueles que guardam uma relação

muito próxima com este, compreendendo seus estados em determinados momentos históricos e suas mudanças ao longo do tempo.

1.5 APRESENTAR BLUMENAU

Considerando a nossa proposta, parece questionável apresentar Blumenau através de sua história, já que vamos analisá-la nos próximos capítulos, haja vista que ela é uma das principais maneiras de construir um discurso de identificação sobre a cidade. Mas, se considerarmos detidamente essa questão, talvez isso seja justificável. É isso porque o nosso objetivo não consiste em contestar a validade do conteúdo das versões sobre a história da cidade. Nossa intenção é mostrar como ela foi construída. Exemplificando, não nos interessa questionar o pioneirismo de Hermann Blumenau, apenas mostrar como foi criado o personagem “Dr. Blumenau”. Daí, podemos concluir que apresentar a cidade através de suas versões dominantes é muito importante para que possamos compreender o processo de criação destas. Isto posto, passemos a apresentar aspectos gerais sobre a cidade, a partir de informações oficiais sobre a existência legal de Blumenau, retirados do *website* da Prefeitura Municipal e de dados estatísticos sobre esta, encontrados no *website* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que nos possibilitam delinear algumas características da cidade.

É impossível compreender de Blumenau sem compreender o sistema de colonização implantado no sul do Brasil a partir da independência, em 1822. Naquele momento, havia dois grandes interesses, por parte do governo imperial, que estimularam a imigração de europeus. O primeiro era substituir, gradualmente, a mão de obra escrava pela de imigrantes europeus brancos. Além disso, o sul do país vivia as voltas com o problema da delimitação de fronteiras com os países vizinhos. Para evitar estes problemas, justificando sua autoridade sobre o território, era fundamental para o nascente Império Brasileiro povoar seu extremo sul. Sendo assim, milhões de imigrantes desembarcaram, de diferentes pontos do continente europeu, desembarcaram no litoral brasileiro, fugindo das péssimas condições de vida encontradas em determinados locais daquele. (SEYFERTH, 1999)

Destas, a origem mais significativa é de imigrantes de origem germânica (lembrando que o Império Alemão só foi proclamado no final do século em questão). O sistema adotado foi a fundação de colônias, cujos lotes eram vendidos aos imigrantes por empresas colonizadoras. Assim, foi em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, primeira colônia fundada por imigrantes de origem germânica, em 1824, e em São Pedro

de Alcântara, em Santa Catarina, em 1826. Nestes anos, a então província de Santa Catarina tinha seu povoamento concentrado quase todo no litoral. O extremo oeste pertencia a São Paulo, e, posteriormente, ao Paraná. A região serrana foi anexada no reinado de D. Pedro I. Nesta, Lages era a única vila. No litoral, por sua vez, já existiam seis vilas, até 1833. O vale do Rio Itajaí era uma região com pouco povoamento.

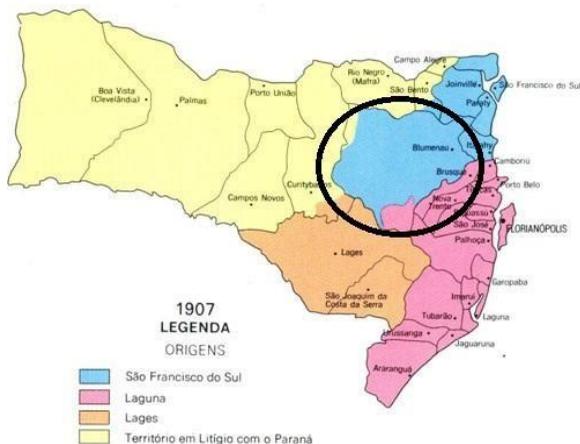
Foi neste contexto que, em 1846, Hermann Bruno Otto Blumenau, germânico de Hasselfelde, na Saxônia, viajou para o Brasil, onde permaneceu, inicialmente, dois anos. Em 1850, retornou para fundar a Colônia São Paulo de Blumenau. Esta foi um dos exemplos de colonização particular. Ou seja: o saxão conseguira uma licença junto ao governo provincial, que lhe permitia explorar duas léguas de terras, tendo em vista a fundação de uma colônia agrícola. Segundo reza a história dominante, em 2 de Setembro de 1850, chegaram as primeiras quinze famílias de origem germânica, na data que posteriormente foi adotada como aniversário da cidade. Em 1860, tendo em vista as dificuldades financeiras para a manutenção, o governo imperial tomou a posse do empreendimento. Blumenau, entretanto, permaneceu como diretor até a elevação à município, em 1880.¹

É importante lembrar que, apesar da imagem de “ex-colônia alemã”, a cidade não foi colonizada exclusivamente por alemães e seus descendentes. Do empreendimento também participaram imigrantes de origem italiana, polonesa, russa, etc. Além disso, é claro, havia luso-brasileiros. Em 1884, o antigo proprietário volta definitivamente para a Alemanha. A partir daí, o nome Blumenau se confunde com Vale do Itajaí, já que a divisão administrativa em questão englobava todo o curso do Rio Itajaí Açú, desde o seu nascimento, onde hoje é a cidade de Rio do Sul, até Gaspar (perfazendo a distância de cento e oito quilômetros), que fica a apenas quarenta quilômetros da foz do rio em questão. Além disso, a extensão do município de Blumenau se estendia, e muito, para a maioria dos afluentes do Rio Itajaí Açú, como o Rio Itajaí do Sul, Rio Itajaí do Oeste, Rio Itajaí do Norte, Rio Hercílio, etc. Ao todo, a área em questão somava 10.610 km².

Mapa político-administrativo de Santa Catarina em 1907
(localização de Blumenau destacada)

¹ História de Blumenau. Disponível em:

<https://www.blumenau.sc.gov.br/blumenau/historia>, acessado em 03/02/2019.



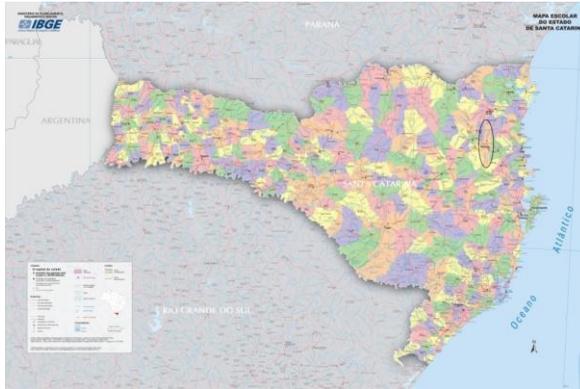
Disponível

em:

<https://www.portalsaofrancisco.com.br/turismo/santa-catarina>

Durante todo este tempo, a colônia foi crescendo, e, embora seja alegada uma maioria de imigrantes de origem germânica, também se reconhece que existiam colonos de outras procedências, sejam nascidos europeus ou brasileiros. Já nas primeiras décadas, a intenção de criar uma colônia agrícola começou a ser frustrada. A companhia Hering, por exemplo, um dos maiores símbolos de um suposto caráter de “cidade industrial” que foi incorporado ao longo do tempo ao imaginário sobre a cidade, existe desde 1880. A sede de Blumenau, portanto, tornou-se uma cidade muito mais industrial do que agrícola, deixando este posto para as várias colônias (e futuros municípios) menores, que integravam seu antigo território.

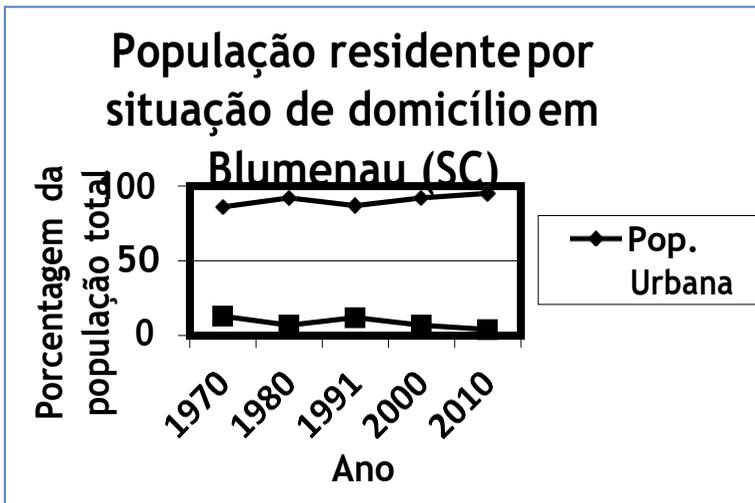
Mapa político-administrativo de Santa Catarina em 2015
(localização de Blumenau destacada)



Disponível em:

ftp://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_estaduais_e_distrito_federal/politico/2015/sc_politico550k_2015.pdf

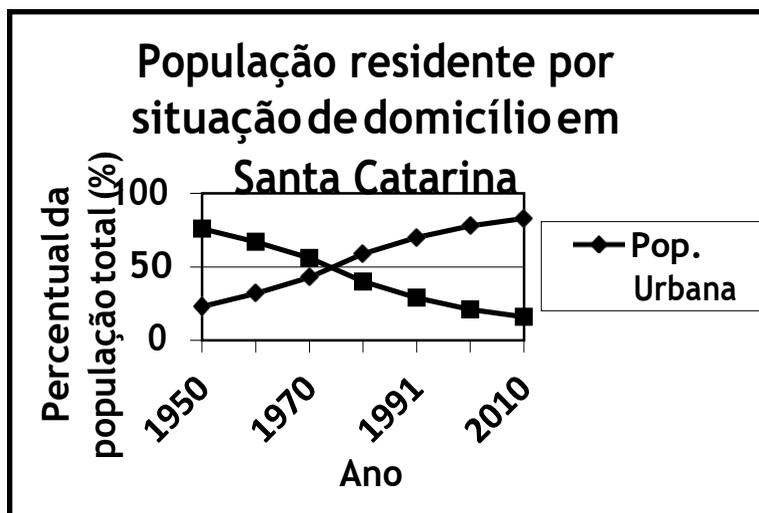
Durante o século XX, apesar de ter seu território reduzido aos atuais 519,8 km², a cidade foi consolidada como o principal centro urbano da mesorregião do Vale do Itajaí, que compreende as cidades pelas quais o rio e seus afluentes passam. A população estimada pelo IBGE, em 2017, foi de 348.513 pessoas, a terceira maior do estado, ficando atrás apenas de Joinville e Florianópolis. O gráfico a seguir, com a população por situação de domicílio deixa bastante explícito como Blumenau é um centro majoritariamente urbano:



Disponível em:

<https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=0&vcodigo=CD91&t=populacao-situacao-domicilio-populacao-presente-residente>.

Desde 1970, primeiro ano no qual o dado estatístico está disponível, podemos perceber que Blumenau é uma cidade na qual apenas uma pequena parcela da população reside na zona rural. Relacionalmente, temos isso mais claro quando a comparamos com o mesmo dado, aplicado a Santa Catarina:



Disponível em:

<https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=CD91&t=populacao-situacao-domicilio-populacao-presente-residente>

Podemos perceber, portanto, que, apesar de vir em queda desde os anos 1950, a população rural catarinense ainda é relativamente maior do que a blumenauense, embora a diferença venha caindo gradativamente, mas não por conta da nossa cidade, aos quais os índices permanecem caindo, mas porque o ritmo da queda catarinense é muito maior. Ainda assim, em 2010 havia mais de 10% de diferença entre os dois indicadores. Além disso, podemos perceber que, em 1970, Blumenau já era uma cidade predominantemente urbana, com um índice de população rural abaixo de 15%, ao passo que Santa Catarina tinha mais de metade de sua população vivendo no campo.

Blumenau é, hoje, uma cidade amplamente conhecida como um local no qual a “cultura alemã” foi preservada. Não podemos, é claro, mostrar com a precisão que gostaríamos o alcance desse reconhecimento. Mas, é seguro afirmar, esse rótulo é muito amplo, circulando em vários suportes distintos. Apenas nas formas que circulam na internet, bastam alguns cliques para perceber o alcance deste discurso de identificação. Buscamos o termo “Blumenau” no “Google”, e a maioria das imagens encontradas são de construções no estilo “enxaimel”, fortemente associado a uma suposta “cultura alemã”. Além disso, encontramos várias imagens de momentos nos quais as pessoas festejam, em circunstâncias que lembram a *Oktoberfest* que é realizada anualmente na cidade (bebendo chope, dançando, usando “roupas típicas”). Se digitarmos “Blumenau cidade alemã”, teremos como resultado muitos *websites*, normalmente relacionados às atividades turísticas, que trazem um perfil da cidade que afirma que ali há um local onde a “herança alemã” foi preservada. O *website* do Governo Federal, numa página dedicada à cidade, diz que:

Ao caminhar pelas ruas, as construções, a culinária típica e a boa cerveja confirmam as raízes germânicas. O marreco recheado, o eisbein (joelho de porco) e do kassler (bisteca de porco, levemente defumada) formam o trio de ferro da culinária local.²

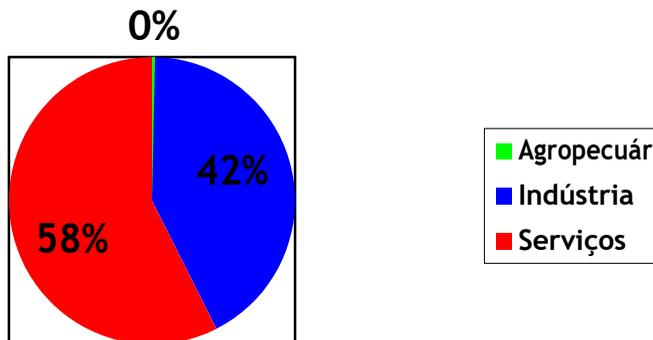
Ou seja, o rótulo de “cidade alemã” é muito lembrado quando se fala sobre Blumenau. Apesar de ter seu uso iniciado pela Prefeitura Municipal, esse rótulo deixou de ser exclusividade desta. Hoje, é seguro afirmar que a maioria dos agentes interessados em falar sobre Blumenau se utilizam dessa caricatura.

A cidade é conhecida por ter tido, ao longo do século XX, um dos principais polos industriais de Santa Catarina, com destaque para as têxteis. Entre estas, podemos destacar a Hering, e Sulfábril, a Empresa Industrial Garcia, a Altenburg, a Artex, a Tecelagem Küenrich, a Cremer, etc. Como veremos posteriormente, a importância econômica destas companhias foi reconvertida, em algumas situações, em importância política. Hoje, contudo, podemos afirmar que o setor

²“Blumenau, cultura e gastronomia alemã em solo brasileiro”. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/turismo/2014/12/blumenau-cultura-e-gastronomia-alema-em-solo-brasileiro>, acessado em 02/04/2018.

industrial é secundário na composição das riquezas produzidas na cidade, conforme o gráfico a seguir:

PIB de Blumenau a preços correntes, separados por atividade econômica, em valores relativos (1999)

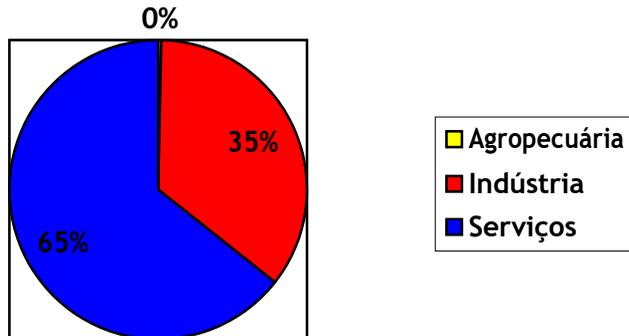


Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/blumenau/pesquisa/38/46996?indicador=47020&ano=1999>.

Já em 1999, primeiro ano no qual temos a composição do Produto Interno Bruto (PIB) blumenauense, separado por atividade econômica, o setor de serviços produzia mais riquezas do que o industrial, pelo qual a cidade ficou tão conhecida. Essa diferença só aumentou nos primeiros quinze anos do século XXI. No caso acima, ela é de 16 pontos percentuais. Vamos comparar com os dados mais recentes disponíveis, de 2015:

PIB de Blumenau, separado por atividade econômica, em valores relativos (2015)



Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/blumenau/pesquisa/38/46996?indicador=47020&ano=2015>.

Aqui, a diferença já salta para trinta pontos percentuais. O valor percentual da atividade agropecuária não alcança um ponto, em nenhum dos dois momentos. Ou seja, a participação da atividade industrial na economia da cidade tem encolhido, em detrimento da ampliação daquela de prestação de serviços, mudando o perfil econômico da cidade.

A mesorregião do Vale do Itajaí tem um histórico de sofrimento com enchentes. Blumenau, cortada pelas curvas do Itajaí-Açu, não é exceção. Um relatório da Secretaria Municipal de Defesa Civil afirma que, desde 1852, houve mais de noventa eventos classificados como enchentes. Há anos em que foram registradas mais de três enchentes em meses distintos. É claro que nem todas tiveram o mesmo potencial destrutivo. Elas vão desde enchentes no qual o Rio Itajaí-Açu chegou a no máximo de oito a nove metros, até as grandes enchentes, que devastaram a cidade, como a de 1852 (16,3m), 1880 (17,2m), 1911 (16,6m), 1983 (15,3m) e 1984 (15,4m). Essa, inclusive, foi uma das justificativas para a criação da *Oktoberfest*, desenhando “o povo blumenauense” como um povo sofrido, mas que não se curva diante das adversidades.

Os primeiros imigrantes a povoarem o stadtplatz (centro) da Colônia Blumenau eram evangélicos luteranos, inclusive Hermann Bruno Otto Blumenau. Os cultos já eram realizados no “barracão dos

imigrantes”. Desde 1857, já havia um pastor fixo no local: Rudolph Oswald Hesse. Além disso, com o primeiro culto realizado por Hesse, foi criada a Comunidade Evangélica de Blumenau, que inclui a fundação da Paróquia Evangélica de Blumenau- Centro. Na década seguinte, após apelos de Hermann Blumenau, o governo imperial aceitou a construção de um templo para os colonos. Convém lembrar que, durante o império, o catolicismo era a religião oficial do Brasil. Este só foi tornado laico após a Proclamação da Republica, em 1889. A pedra fundamental do templo luterano foi lançada em 1868, tendo o mesmo sido inaugurado em 1877. A construção ficou a cargo de Henrique Krohberger, engenheiro local. No primeiro recorte temporal que analisaremos, o período de domínio da UDN na política local, luteranos ocupavam a maioria dos principais cargos políticos e empresariais, e, conseqüentemente, nas discussões culturais/intelectuais sobre categorias de identificação.

Blumenau, porém, foi por pouco tempo uma colônia inteiramente luterana. Porque já em 1854 chegaram os primeiros católicos. Em 1864, a primeira capela católica foi construída, mas só recebia a visita de um padre de tempos em tempos. Somente em 1876, um padre se estabeleceu definitivamente na colônia, o alemão José Maria Jacobs. Em 1878, foi criada a Paróquia de Blumenau. Também neste período foi construída uma nova igreja, dedicada a São Paulo Apóstolo, bem como o Colégio São Paulo, que se tornaria o futuro Colégio Santo Antônio. A partir de 1892, Jacobs deixa Blumenau, já bastante debilitado, e a ordem franciscana assume a direção da paróquia e do colégio. Nas comemorações do centenário, como veremos posteriormente, a participação dos padres franciscanos foi muito relevante.

2. PASSEANDO ENTRE EXTREMOS

Esta seção se dedicará a fornecer um panorama dos processos de construção de discursos de identificação em Blumenau no período que vai de 1917, quando foi publicado o primeiro livro dedicado a tratar especificamente da história da cidade, até 1945, quando o Estado Novo chega ao fim, e, com isso, fica estabelecida a conjuntura que permitirá que a geração da UDN estabeleça sua hegemonia sobre os discursos de identificação locais. Diferentemente dos períodos posteriores, que serão alvo de capítulos específicos e foram construídos, principalmente, a partir de dados obtidos em primeira mão, esta seção foi construída com dados de segunda mão, pois não é o objetivo principal nossa pesquisa.

Para tanto, começaremos por fazer uma pequena introdução sobre o começo da influência republicana em Blumenau, a partir da importância de Hercílio Luz. Depois, falaremos um pouco sobre José Deeke, o primeiro a escrever um livro especificamente sobre a história de Blumenau. Mostraremos, também, como as festividades referentes ao centenário da imigração alemã para o Brasil, em 1929, foram um momento determinante para expor um discurso de germanidade blumenauense. Posteriormente, falaremos de como o governo de Getúlio Vargas modificou este panorama de celebração germânica, além de ampliar o número e modificar o perfil dos novos ingressantes no espaço intelectual local. Por fim, demonstraremos como os herdeiros do PRC, sob a bandeira da UDN, reconstruíram a hegemonia política que seus antecessores tinham antes dos quinze anos do governo Vargas.

2.1 O AUGÉ DO REPUBLICANISMO TEUTO-BRASILEIRO

Depois da Proclamação da República, em 1889, o Brasil enfrentou grande turbulência política. Em vários pontos do país, inclusive, essa instabilidade desembocou em violência. Foi assim nos três estados da região sul. No Rio Grande do Sul, um grupo político federalista, a favor da descentralização do poder nacional, era opositor do governo de Julio de Castilhos, que, por sua vez, era alinhado ao governo nacional. Essa disputa pelo poder no estado deu início a uma guerra civil, que durou até 1895, e se alastrou até Santa Catarina e Paraná, estados vizinhos. (PEREIRA, 1976)

Em 1891, Lauro Muller, então presidente de Santa Catarina, principal agente político republicano local, renuncia ao cargo, em prosseguimento à do presidente do país, Deodoro da Fonseca. Nessa época, Hercílio Pedro da Luz, filho de uma rica família de Itajaí, era

chefe da Comissão de Terras de Blumenau, cargo atribuído diretamente por Lauro Muller. Apesar de bem colocado, tendo em vista a sua profissão de engenheiro (formara-se na Universidade de Liège), ele não havia ocupado cargos políticos, até então. (PEREIRA, 1976)

Com a saída de Muller do governo, assume uma Junta Governativa, composta por três representantes. Blumenau, por sua vez, se tornará a resistência republicana, tendo Hercílio Luz como seu líder, contando com o apoio do intendente, José Bonifácio da Cunha. Essa junta foi substituída ao final de 1892, e Luz continuou a lhe fazer oposição. Em 1893, quando explode a Revolução, ele acusa o governo do estado de colaborar com os federalistas, e os republicanos de Blumenau proclamam esta como capital de Santa Catarina, e Luz governador provisório. Depois disso, este forma um batalhão, ali mesmo, e marcha até Desterro, onde ocorrem conflitos armados com federalistas. Nesse meio tempo, aconteceu em Blumenau um confronto entre republicanos locais e um destacamento policial, enviado de Itajaí para combater e ocupar o maior centro republicano do estado. Desprovido de suas principais lideranças políticas, que acompanhavam Hercílio Luz, o pequeno grupo montou uma trincheira e aguardou a chegada dos “invasores”. Ao abrir fogo, de maneira inesperada, os blumenauenses provocaram a retirada imediata das tropas do governo estadual, que deixou para trás mortos e feridos. (PEREIRA, 1976)

Depois disso, o governo federal esmagaria a Revolução, provocando a morte de muitos opositores. Lauro Muller retornaria a ser a principal força do Partido Republicano Catarinense, com Hercílio Luz na sua sombra, numa disputa que moldou as duas grandes dinastias políticas familiares do estado: de um lado os “Konder”, republicanos herdeiros de Luz, e do outro os “Ramos”, fundadores Partido Liberal Catarinense e sucessores de Muller. Blumenau, por sua vez, consolidou sua reputação como um grande reduto republicano, durante a República Velha. (PEREIRA, 1976)

Neste cenário, os poucos opositoristas dos republicanos, como os monarquistas padre José Maria Jacobs e Fritz Muller logo caíram no esquecimento, e Blumenau, ao se tornar um centro industrial e comercial regional, viu os homens que compunham a elite econômica se reunirem no Partido Republicano Catarinense. Essa elite, que perpassava diferentes espaços, no seu auge, durante as duas primeiras décadas do século XX, investiu sistematicamente num discurso étnico-político. Num local onde as interações coletivas tinham como principal cenário as sociedades de ginástica, tiro e canto, foi criada em 1899 a Volksverein (associação popular). Sob a liderança de Eugen Fouquet,

alemão que desde o ano anterior comandava o periódico *Der Urwaldsbote*, de caráter germanista, a associação tinha atuação política, focando seus esforços em “educar” os teuto-brasileiros para que lutassem por seus direitos. No contexto de sua criação, Bonifácio da Cunha, baiano, vencia a eleição para a superintendência de Otto Stutzer, imigrante, membro do Partido Federalista. Isso intensificou a ação da associação, que, em 1901, resultou na criação do *Volkspartei*, visando a ocupação dos cargos políticos por teuto-brasileiros. Ou seja, tinha como bandeira, para legitimar suas ações políticas, o ideal de defesa de que Blumenau deveria ser dirigida por teuto-brasileiros. Este grupo defendia, portanto, uma “cidade alemã”, com foco na proteção dos valores culturais alemães, conhecidos sob a alcunha de “*deutschtum*”. O primeiro adversário do “*deutschtum*”, Bonifácio da Cunha, estava dentro do próprio PRC, portanto. Em 1902, em nova eleição municipal, o PRC local é dividido, e Alvin Schrader (apoiado pela ala de Pedro Feddersen) concorre com Luiz Altenburg (apoiado pela ala de Bonifácio da Cunha). (FROTSCHER, 2003)

Schrader não só venceu essa disputa, como também as três posteriores, consolidando o grupo filiado ao PRC, e altamente influenciado pelo *Volkspartei* e sua defesa da importância do *deutschtum*, como grupo dominante política e ideologicamente na cidade. Desde 1902 até 1930, os teuto-brasileiros foram hegemônicos na disputa pelo principal cargo político da cidade. A atuação destes agentes, inclusive, se expandiu para além das fronteiras blumenauenses. Se, na virada do século, só havia um deputado estadual teuto-brasileiro, no final dos anos 1920 estes já eram sete. Podemos perceber, portanto, como o contato com agentes que se identificavam de maneira distinta (lusu-brasileiros), é um dos motivos que desencadeiam o processo de constituição de uma elite política blumenauense, fortemente influenciada por um discurso de identificação étnica. O contato com os diferentes, portanto, moldou os próprios blumenauenses e seu *deutschtum*, estabelecendo uma relação de interdependência entre o espaço político e o cultural/intelectual, onde eram manipulados os discursos de identificação até o final dos anos 1960, quando começa o processo de maior autonomização relativa dos espaços locais. (FROTSCHER, 2003)

Era este o cenário político, dominado por teuto-brasileiros, que José Deeke tinha a seu redor quando publicou “O município de Blumenau e a história de seu desenvolvimento”, em 1917. Mas antes de comentar os referenciais discursivos da obra, é preciso entender quem era Deeke, o primeiro autor a sistematizar a história do já município.

José era o filho caçula de Frederico Deeke, prussiano que alternava trabalhos como “batedor do mato” (fazendo o serviço de proteção contra os índios) e de medição de terras, e Christianne Krohberger, nascida na Baviera. Segundo descrição autobiográfica, a mãe teria recebido a chegada de seu caçula com muito desgosto, sentimento ampliado devido à constante palidez e fraqueza do pequeno José. Seu nome teria sido escolhido, inclusive, não pelos progenitores, mas pela tia, Carolina Krohberger, irmã da mãe. Em determinado momento de sua infância, ela propôs a adoção de José para a mãe deste, para criá-lo junto com o irmão, Henrique (ambos solteiros), e transformá-lo no herdeiro destes. Henrique era engenheiro, e foi responsável por grandes edifícios nas primeiras décadas da colônia, como a antiga sede da colônia, prédio localizado no “*stadtplatz*” de Blumenau. (FERREIRA, 1998)

Entre as dificuldades de ser criado pelos tios, e sempre desejando retornar a companhia dos irmãos, José começou a frequentar a Escola São Paulo, futuro Colégio Santo Antonio, mantido pelos católicos, mesmo sendo de família evangélica luterana. Em textos autobiográficos, conforme Ferreira (ano), José Deeke constrói uma narrativa no qual o sofrimento e o abandono predominam na sua infância, tendo inclusive passagens no qual afirma ter considerado o suicídio neste período de sua vida. (FERREIRA, 1998)

O ponto de virada na sua vida começa com a cerimônia religiosa da Confirmação, espécie de marco de passagem para a vida adulta. Neste ponto da narrativa, quando Deeke afirma que a confiança lhe voltava, ele comenta sobre a preparação que o tio lhe dava, tendo em vista que ele aprendesse a profissão de arquiteto. José, ao mesmo tempo em que pensava ter nascido para exercer aquele ofício, considerava que aprendia muito pouco sobre a prática. Após a resistência inicial dos tios, que o viam como inapto e com um futuro pouco promissor profissionalmente, lhe contratam um professor particular, para continuar seus estudos após José ter frequentado todas as classes do Colégio São Paulo, até quatorze anos. (FERREIRA, 1998)

Carl Hertel, portanto, deveria lhe ensinar matemática avançada, trigonometria e geometria. José afirma que, a princípio, o admirava muito, mas que, posteriormente, começaram a surgir atritos entre ambos por conta de uma questão bastante específica: Hertel era defensor da proposta de anexar o sul do Brasil à Alemanha. Deeke, por sua vez, era contrário a isto, por considerar que isto significaria o fim das colônias. O autor demonstra, portanto, ser contrário à ideias germanistas radicais. Isso não significa, contudo, que o autor não tenha construído um

discurso sobre Blumenau orientado por referenciais germanistas, como veremos posteriormente. (FERREIRA, 1998)

Ao terminar os estudos com Hertel, começou a auxiliar o tio em serviços de demarcação de terras no interior de Blumenau. Nesta época, decidiu que desejava seguir carreira como agrimensor, tendo em vista a alta necessidade destes profissionais, naquela época, e a boa remuneração. Depois da experiência adquirida, prestou exames na Diretoria Geral de Terras, em Florianópolis, para exercer a função de agrimensor autônomo. Depois disso, partiu ao planalto, e, na região de Campos Novos e Curitiba, começou a vida “livre” da vigilância dos tios. (FERREIRA, 1998)

Em Campos Novos, conheceu o poeta Georg Knoll, que escrevia em português e alemão. Antes de conhecer Deeke, ele já havia escrito para jornais blumenauenses. Segundo Ferreira (1998), Knoll foi uma grande influência para a futura atuação de Deeke como escritor. É importante lembrar que ele não se restringiu a nosso objeto específico, a pesquisa histórica sobre Blumenau, tendo escrito também poemas e romances, com um perfil intelectual próximo ao de José Ferreira da Silva, que será apresentado no próximo capítulo.

Knoll, por sua vez, é retrado por Ferreira (1998) como um apaixonado pela serra catarinense (região de pouca presença de imigrantes europeus na época) e que buscava fomentar o exercício da cidadania brasileira por parte dos teuto-brasileiros (filhos de alemães, nascidos no Brasil). Além disso, era alguém que considerava o trabalho intelectual como uma tarefa árdua de se executar, devido à incompreensão dos “compatriotas alemães” para com seu esforço em mostrar ideais supostamente mais “nobres” do que a vida cotidiana de um colono da época. Ou seja, Knoll já demonstra sinais que são recorrentes em agentes engajados em espaços intelectuais: a narrativa de dificuldades e sofrimento encarados pelo intelectual e a noção de que a atividade intelectual é superior em algum sentido- Neste caso, que ela é mais “nobre”.

José Deeke, portanto, tem em sua primeira influência declarada um intelectual alemão que defendia a integração destes em solo brasileiro. Desta maneira, ele defendia que a cidadania brasileira era um direito dos descendentes de alemães nascidos no Brasil, como ele, ainda que não falassem o português. Assim, ele se distanciava tanto de argumentos “pan-germânicos”, que defendiam o germanismo exaltado, separatista, e dos chamados “nativistas”, focados em reivindicar para os não imigrantes a exclusividade à cidadania brasileira. Deeke, entretanto, pouco compreendia o português antes de viajar ao planalto.

Entre idas e vindas, entre Blumenau, o planalto serrano, e até o sul de Santa Catarina, Deeke começou a trabalhar como operário na medição das terras da Sociedade Colonizadora Hanseática, no Alto Vale do Itajaí, em 1902. No final de 1903, viaja à Alemanha, e, na Assembleia Geral da Sociedade, ganha uma disputa, marcada por diferentes estratégias de colonização alemã, com um engenheiro, Karl Wettstein. Este defendia que as colônias deveriam ser “vigiadas”, conforme Ferreira (1998), pelos “alemães natos”, para evitar que estas se integrassem e servissem como “adubo cultural” para a América. O grande debate para Deeke, neste momento, é em colocar o descendente de imigrantes (como ele) no mesmo patamar do alemão nato, ao passo que seu adversário preconizava a superioridade destes últimos. Nosso autor, porém, consegue impor seus argumentos, e volta como diretor técnico da Colônia Hansa-Hamônia, limítrofe de Blumenau e, a partir daquele momento, sede da empresa colonizadora em questão. Uma vitória do ideal teuto-brasileiro de Deeke. (FERREIRA, 1998)

Depois de ascender profissionalmente, ele casa-se com a também descendente de alemães blumenauense Emma Rischbieter. A atividade intelectual dos futuros filhos do casal, que será explicitada adiante, não aconteceu por acaso. Além de José, Emma também exerceu atividades literárias. Apesar de não ter se dedicado à escrita da história, tal qual José, escreveu contos, poesias e dirigiu um periódico, segundo Ferreira (1998).

Durante seu período como diretor, que se estendeu até 1929, Deeke publicou “Das munizip Blumenau und seine entwicke lungsgeschichte” (1916). Nessa obra (que na década de 1990 seria traduzida, sob o título de “O município de Blumenau e a história de sua colonização” [1995]), ele afirma a primeira versão escrita e publicada sobre a história da cidade. Isso demonstra que, desde aquela época, existia um espaço intelectual regional, e que a discussão sobre categorias de identificação não era incipiente.

A mitificação da imagem do “Dr. Blumenau” aparece em todas as versões dominantes da história blumenauense. Nos anos 1990, sob a base teórica da “nova história”. Nos pós-guerra, com José Ferreira da Silva e seu culto à personalidade e suas narrativas repletas de heroísmo. E também em José Deeke:

O Dr. Blumenau dedicou-se com toda a sua vontade e afincio à administração da Colônia... Apesar do dinamismo e mesmo do sacrifício a que se submeteu durante tantos anos de árduo trabalho, visando ao

desenvolvimento da Colônia, que fundou com tamanho entusiasmo e carinho, o Dr. Blumenau não recebeu do Governo qualquer menção de agradecimento ao se afastar da direção colonial e regressar à Alemanha... (DEEKE, 1995, p.39)

Ou seja, Deeke investe na ideia, dominante até hoje, de que o grande alicerce da cidade foi a atuação do fundador da colônia, e reveste tal de um caráter heroico, ao caracterizar Blumenau como um abnegado, que lutou pela colônia, e nada recebeu em troca. É, em muitos aspectos, um discurso semelhante àquele muito comum em espaços intelectuais, citado anteriormente, nos quais estes agentes classificam (ou seja, auto atribuem) sua atuação como voltadas à uma “missão de vida”, para o qual dedicam seus melhores esforços, sem esperar receber nada em troca (embora, é claro, o próprio reconhecimento conferido pelos pares já lhe garante uma posição privilegiada e acúmulo do capital específico em questão). Nesse sentido, portanto, é como se Deeke aproximasse o Dr. Blumenau, grande alicerce da cidade, da intelectualidade. Com esse movimento, ele “acha” atividades intelectuais desde a origem da colônia, e busca criar uma história para justificar a existência de um espaço muito incipiente e dependente das lógicas do espaço político, ao mesmo tempo em que não trata a liderança de Dr. Blumenau sobre os colonos sob um aspecto político, mas como um “pai” (num sentido emocional) para estes. Nas próximas décadas, José Ferreira da Silva, que ainda tinha à sua frente um espaço intelectual com contornos vagos, intensificou a sua atuação neste sentido, de buscar a gênese da intelectualidade local nos próprios fundadores, conforme veremos no próximo capítulo.

Segundo Ferreira (1998), a narrativa construída por Deeke é pautada por um discurso que põe o espaço político blumenauense em evidência, em detrimento de outros. Contar a história da cidade, portanto, consistiu, para este autor, em narrar as disputas e tensões entre os grupos (liberais e conservadores, nos seus termos) que se digladiavam pela condição de elite política local.

Dessa maneira, a autora argumenta que José Deeke, na contramão do que veremos nas décadas seguintes (e da própria atuação de seu filho Hercílio, por exemplo), atua de maneira bastante indiferente com relação a então nascente indústria local. (FERREIRA, 1998)

De acordo com Ferreira (1998), Deeke (1995) busca situar o município no contexto brasileiro, ao inserir temas da história brasileira, como o povoamento, queda da monarquia (acontecimentos, inclusive,

anteriores à imigração germânica). Isso nos mostra que o autor tinha alguma preocupação em criar uma narrativa que integrasse Blumenau ao Brasil.

Segundo Seyferth (1982), a suposta “identidade teuto-brasileira” (que nada mais é do que um discurso de identificação moldado por uma nascente elite comercial e industrial) construída no Vale do Itajaí no começo do século XX é baseada numa estrutura ideológica que dissocia nacionalidade e cidadania. Isso, segundo a autora, é uma característica herdada do romantismo alemão, que teria lançado as bases para o nacionalismo alemão do século XIX.

Para tal ideologia construída no Vale do Itajaí, a nacionalidade é um direito de sangue, e, portanto, herdada dos antepassados, e concretizada através de elementos culturais, como o uso da língua ou a participação nas associações de tiro, canto e ginástica, por exemplo. Ou seja, a nacionalidade alemã está diretamente vinculada ao *deutschtum*. Protegê-lo, portanto, é proteger a própria comunidade alemã. A concepção de nação adotada, logo, é uma de caráter cultural. (SEYFERTH, 1982)

O complemento político a isso é a ideia de cidadania. Essa, por sua vez, seria adquirida pelo nascimento, e não herdada. Passada a primeira geração de europeus que imigraram, a partir de 1850, para Blumenau, os seus filhos obtiveram plena cidadania brasileira, ao nascerem no país. Sob essa perspectiva político-legal, portanto, tais descendentes eram brasileiros natos. Como brasileiros, lhes cabia trabalhar em prol da pátria, que garantia sua cidadania. Todo o trabalho empreendido pelos agentes que se assumiam como “teuto-brasileiros”, portanto, visa engrandecer o Brasil, e não a Alemanha, segundo tal ideologia. Nesse sentido, a atuação do *Volkspartei*, por exemplo, consistia em reivindicar lugares que eram vistos como direito dos cidadãos teuto-brasileiros, e usar destas posições políticas para garantir a proteção de seu *deutschtum*: “Nesse sentido, afirmamos que a identidade étnica teuto-brasileira é tecida com fios da cultura alemã e brasileira, construída nos rumos da colonização e moldada num sentimento de pertencimento à comunidade” (FERREIRA, 1998, p.136). Teuto-brasileiro assumido, Deeke, ao mesmo tempo em que defendia o exercício da cidadania brasileira pelos descendentes de alemães, ou seja, era a favor da integração à nação brasileira, defendia uma espécie de “hierarquia intelectual”, na qual os germânicos ficariam no topo, com luso-brasileiros, negros e índios abaixo (Ferreira, 1998). Essa postura, por sua vez, é pouco distinta da adotada pelas elites política, industrial e comercial locais. Deeke promove, então, uma

história que, nos seus pontos nodais, é alinhada com as noções defendidas pelo grupo dominante política e ideologicamente, originado no *Volkspartei*, que tinha na defesa de uma superioridade inerentemente alemã uma de suas principais bandeiras. Desde a ascensão deste grupo, no começo do século XX, até o começo do governo do presidente Vargas, em 1930, o discurso de identificação dominante sobre Blumenau era o teuto-brasileiro, que preconizava união política e segregação (baseada numa hierarquização) cultural. (FROTSCHER, 2003)

De acordo com Frotscher (2003), a historiografia dominante sobre Santa Catarina, no século XX, é oriunda da atuação do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC), sediado em Florianópolis. Contudo, tal instituto ignorou a história do Vale do Itajaí. Durante a primeira fase da revista (instrumento de materialização de sua atuação historiográfica) da instituição, que vai da fundação em 1902 até 1920, só um agente atuante em Blumenau faz parte do quadro de sócios: José Bonifácio da Cunha. Além de prefeito, este foi diretor do jornal *Blumenauer Zeitung*, instrumento de propaganda do grupo chamado de nativista (defensor da “assimilação” teuto-brasileira), que se opunha diretamente ao *Der Urwaldsbote*, de Eugen Fouquet, de orientação germanista e defensor do *deutschtum*. Ou seja, o único representante blumenauense era adversário local do grupo ligado à defesa do germanismo. Apesar de o IHGSC ter sido criado por e apoiado em políticos republicanos (Hercílio Luz foi seu primeiro presidente, por exemplo), é claro que ou não havia espaço para cores germânicas na história pretendida pela instituição, ou os republicanos blumenauenses não tinham interesse em participar daquele espaço. Outra questão relevante é que, de todos os intelectuais dessas primeiras décadas, nenhum deles escrevia em português. Tal cenário, portanto, conduzia a um grande isolamento dos poucos intelectuais blumenauenses em relação ao cenário estadual. A história teuto-brasileira, nesta época, era feita em casa, e em alemão. (FROTSCHER, 2003)

É importante considerar, também, o baixíssimo grau de profissionalização e especialização na divisão do trabalho intelectual. Baixa profissionalização, porque o trabalho intelectual é, para a maioria dos agentes do período, uma ocupação secundária, no qual o investimento é menor do que aquele destinado às ocupações principais. Isso não aconteceu só com Deeke, que era agrimensor, mas também outros agentes que, segundo Frotscher (ano), exerciam tarefas intelectuais, como Paul Aldinger (pastor evangélico), Lucinius Korte e Estanislau Schaette (padres católicos). As exceções, nesta época, eram

três agentes ligados ao *Urwaldsbote*: O editor Eugen Fouquet, o proprietário Gustav Arthur Koehler e o redator Victor Schleiff.

Arelado a isso, o espaço intelectual tinha um baixo grau de especialização. Ou seja, os agentes que se inseriam nesse campo dificilmente concentravam suas atuações num tema ou gênero literário específico, preferindo a estratégia de solidificar suas posições através de um domínio das letras num aspecto geral, os tais “homens de letras”, tão comuns no período em questão, em todo o Brasil (GOMES, 1996). José Deeke, por exemplo, escrevia contos, poesias e textos historiográficos.

Nascida, portanto, do *Volkspartei*, a elite política republicano-germanista da cidade alcançou seu auge durante as comemorações do centenário da imigração alemã em Santa Catarina, que motivaram a escrita de um livro comemorativo em alusão à passagem da data. Nesse momento, Deeke parece ter uma sólida reputação, em nível estadual, como escritor teuto-brasileiro, já que, nesta compilação, tal autor era responsável por cerca de um quarto do volume de texto. Os organizadores do livro (que não eram blumenauenses) o fizeram todo em alemão, o que demonstra que eles buscavam alcançar “alemães”, sem preocupação com o público “lusobrasileiro”, sempre considerando aqueles no sentido de indivíduos pertencentes à “nação alemã”, independente do país ao qual estejam vinculados juridicamente. (FROTSCHER, 2003)

Além deste livro, foram publicados vários artigos em alusão aos festejos, no esforço de construir uma história da imigração e das colônias. Gustav Koehler, por exemplo, publica *Die vor uns waren* (Os que estavam antes de nós), no qual busca falar dos primórdios da imigração alemã em Santa Catarina. Ao fazer isso, diferencia colônias mais antigas (como São Pedro de Alcântara) das da “segunda fase” da imigração, à qual pertenceria Blumenau. As colônias desta fase (entre as quais são incluídas as do Vale do Itajaí) são consideradas as mais prósperas economicamente. Ao justificar o suposto sucesso destas colônias alemãs (Com Blumenau em destaque), Koehler estabelece um vínculo entre desenvolvimento econômico e manutenção do *deutschtum*: “Pois isto tem que ser uma vez acentuado: não foi a assimilação que criou as colônias-modelo nas margens do rio Itajaí, mas a possibilidade da manutenção de sua particularidade que fez dos novos colonos bravos pioneiros...” (KOEHLER apud FROTSCHER, 2003, p. 75). Ou seja, ele atribui diretamente esse suposto sucesso às características intrínsecas dos colonos alemães. Narra, portanto, não só uma história alemã, mas defende um germanismo contrário à assimilação cultural. Um defensor radical do *deutschtum*. Além disso, contribui com a construção da figura

“Dr. Blumenau”, ao elencá-lo, juntamente com esse “isolamento cultural”, como elementos responsáveis pela grandeza das “colônias modelo” do Vale do Itajaí, ou seja, de Blumenau. (FROTSCHER, 2003)

Agentes ligados ao *Urwaldsbote*, aliás, normalmente defenderam esse discurso germanista mais radical, que é um pouco diferente do defendido por Deeke, principalmente na intensidade e maneiras utilizados para defender a especificidade cultural germânica. Eugen Fouquet, que foi definido por Seyferth (1982) como “o maior pangermanista de toda a imprensa teuto-brasileira” (FROTSCHER, 2003), também criticou o processo por ele denominado de “mistura das raças”. No editorial de 15 de novembro de 1929 (dia da proclamação da república brasileira, no ano do centenário da imigração alemã), Fouquet faz duras críticas à esse processo:

Aqui convivem três raças distintas com seus altos valores culturais. A miscigenação certamente trará o declínio para todos, a divisão interna e a desagregação de qualquer comunidade nacional racial (Volksgemeinschaft), tendo como consequência o declínio do Estado. A manutenção e cultivo destes três tipos de existência, procurando cada um a sua perfeição, trará o progresso e uma produção cultural e econômica no mais alto grau, que reverterá em benefício da família, da comunidade nacional racial e do país (FOUQUET, apud FROTSCHER, 2003, p.77)

Combater a miscigenação entre os supostos tipos (ou raças, elementos, etc.), portanto, era a missão proposta por estes agentes, com vista a manter a homogeneidade de tais grupos. Contudo, Fouquet continua operando nos limites do discurso teuto-brasileiro, ao considerar que a manutenção da especificidade era importante para o benefício tanto da comunidade nacional (a nação alemã) quanto para o país (a pátria brasileira).

É importante frisar o apoio político que este grupo de intelectuais dispunha para legitimar suas palavras. De acordo com FrotscHER (2003), por exemplo, havia a intenção, por parte dos organizadores dos festejos do centenário de, em 1929, construir um museu da imigração alemã em Blumenau. A autora questiona o porquê da escolha da cidade em detrimento de outras ex-colônias. Ela não era a mais antiga, este título pertencia a São Pedro de Alcântara, cuja própria fundação, em 1829, remetia ao centenário da colonização alemã no estado. Segundo a autora, naquela época, os dois grandes baluartes do suposto sucesso da

colonização eram Joinville e Blumenau, colônias mais jovens. A explicação que Frostcher (2003) propõe para a escolha da segunda em detrimento da primeira é de que, em 1929, a penetração de agentes próximos da nossa cidade nos espaços políticos estadual e até nacional, como os irmãos Adolfo, Victor e Marcos Konder garantia um papel de destaque para Blumenau entre as ex-colônias, devido a um suposto *lobby* destes agentes políticos em favor da cidade.

Ela apresenta uma relação de causalidade, portanto, entre a representação política e a narrativa de sucesso criada sobre a região. Ainda que tal relação fosse possível, nos parece precipitado tomá-la como dada. Em primeiro lugar, porque a autora não subsidia a afirmação de proximidade entre os Konder e Blumenau. Só o que ela fala é que eles proveem do Vale do Itajaí (de Itajaí, na verdade, que, embora muito mais próxima de Blumenau do que de Joinville, era um lugar com características bastante distintas das duas ex-colônias). A escolha pelo museu em Blumenau pode ser explicada, também, pela possível presença de agentes oriundos da cidade no grupo que preparou os festejos. Froscher (2003), por exemplo, cita o papel de Gustav Koehler, como administrador daquele.

Uma coisa, porém, é difícil de ser questionada: a relação de dependência e, em certa medida, de interdependência entre os espaços político e o intelectual. E isso porque, apesar de serem dois espaços diferentes, com lógicas estruturais distintas, os intelectuais dependem, em algum grau, dos políticos. José Deeke, ao homenagear os três irmãos Konder, num dos livros publicados durante os festejos, demonstra, implicitamente, que os intelectuais precisavam da aprovação de agentes políticos para fortalecer suas posições dentro do próprio ramo de atuação. Deeke, por sua vez, não era político, mas um dos principais mentores de um discurso de identificação, cuja potência era muito maior justamente por ser adotado por agentes políticos, como os Konder, que, por fatores como a origem familiar germânica, tinham maior facilidade em adotar a narrativa em questão. Deeke precisava do reconhecimento dos políticos para fortalecer sua reputação enquanto escritor, e os Konder precisavam do apoio de um intelectual para legitimar a narrativa que adotaram. Os espaços sociais, portanto, se retroalimentam, e os discursos de identificação reverberam por entre essas camadas sobrepostas.

Os festejos de 1929 consolidaram a narrativa que alça Blumenau à posição de principal “cidade alemã” de Santa Catarina:

[...] centrou-se a análise na idéia de como se investiu, durante os festejos de 1929, em Blumenau, na idéia de que este município seria a “colônia alemã modelo” do estado, com base num discurso que ligava progresso econômico à categoria “raça”, afirmando-se uma suposta superioridade do trabalho alemão, num período em que os principais representantes do Estado de Santa Catarina permitiam tais formações discursivas (FROTSCHER, 2003, p.81)

Os discursos de identificação, como narrativas que manipulam categorias sobre o mundo social, definem o que pertence a conceitos específicos. Ao fazê-lo, porém, definem também o que não cabe na sua definição. Dizem o que é e o que não é, em suma. A relação entre o que é incluído e excluído, portanto, é complementar, é uma relação de alteridade, segundo Hall (2003).

A existência deste discurso de uma Blumenau de sucesso por conta de seu caráter germânico só tinha legitimidade e eficácia porque havia um contraponto à Blumenau e Joinville, que compunham a zona de colônias alemãs tidas como de sucesso: O litoral de Santa Catarina, especialmente a capital Florianópolis. Marcos Konder, ao falar sobre projetos relativos ao Vale do Itajaí na Assembleia Legislativa do Estado, em 1919, deixa clara a importância da alteridade para a constituição dos discursos de identificação:

A natureza não é ali [Vale do Itajaí] maior do que o homem, pelo contrário, este procurou imitar senão exceder aquela em sua grandeza. Afora os indefectíveis Jeca Tatus, que em diminuto número se circunscrevem ao litoral; às marinhas, onde gozam beatificamente a sua miséria, pescando nos rios bagres ou siris, extraindo ostras ou mariscos nos recifes da costa, afora estes miseráveis, vítimas da sua ignorância e principalmente das endemias reinantes, a massa geral da população vive devotada ao trabalho, quer na cultura do solo ubérrimo, quer no afã das indústrias agrícolas e pecuárias, quer na lida de suas fábricas de várias espécies. (KONDER apud FROTSCHER, 2003, p.82)

Podemos perceber, claramente, os contornos da narrativa épica que caracteriza o discurso teuto-brasileiro com relação ao tema imigração, prezando pela ideia de que o imigrante europeu se sobrepôs à natureza. Esta é dotada de uma recorrente ambiguidade: é

misteriosamente bela e encantadora, mas descaradamente perigosa. O habitante do Vale do Itajaí (que é quase um sinônimo de imigrante europeu, naquela época), portanto, se impôs sobre estes perigos, ao trazer à mata a civilização. Também age em conformidade com os parâmetros discursivos dominantes quando caracteriza o habitante da região como um indivíduo devoto ao trabalho, seja como agricultor, pecuarista ou operário. O habitante do interior do Vale, portanto, é oposto ao do litoral, mas não a qualquer litorâneo (convém lembrar que os Konder são de Itajaí, povoado localizado no encontro do rio que lhe dá nome à cidade, com o Oceano Atlântico), mas àquele que vive da pesca, tida como atividade econômica inferior, que colabora para a proliferação de um estilo de vida “miserável”.

2.2 O COMBATE AO “QUISTO ÉTNICO”

A partir de 1930, porém, a conjuntura política nacional sofre uma grande reviravolta, com a subida de Getúlio Vargas à presidência da República. A agenda nacionalista do presidente foi sentida desde muito cedo em Blumenau. O canal de comunicação direta da cidade com o governo de Santa Catarina encontrou mais obstáculos do que estava acostumado. Destarte, o cargo de governador estadual foi substituído pelo de interventor, indicado diretamente por Vargas. O PRC, principal força motriz da política estadual desde a proclamação da república, foi preterido pelo presidente, que centrou suas indicações em políticos do recém-criado Partido Liberal Catarinense (PLC), a partir de uma antiga ala do PRC liderada por Nereu Ramos. Logo em seus primeiros meses à frente do governo, Ptolomeu de Assis Brasil, o primeiro interventor do período, nomeia Antonio Candido de Figueiredo, paranaense que residia em Blumenau, como prefeito da cidade. Convém lembrar que o antigo prefeito era Curt Hering. O indicado, portanto, não possuía vínculos com a então elite política da cidade.

Pierre Nora (1993) argumenta que a preservação da memória é intensificada quando é ameaçada por algum fator estranho. Como um tema das narrativas que compõem discursos de identificação, essa característica também está presente nestes. Ou seja, quando o governo varguista promove essa mudança brusca na política nacional, a consequência imediata para Blumenau é o grande enfraquecimento de sua elite político-intelectual vinculada ao PRC, já que esta foi alijada, neste primeiro momento, do principal cargo político da cidade e da influência no cenário estadual. A perda no espaço político, porém, é vista como ameaça no espaço intelectual, e o discurso “teuto-brasileiro”

tem sua sustentação ameaçada. Neste contexto, portanto, os intelectuais mantenedores desde discurso se manifestam, destacando elementos de determinação étnica deste, como a superioridade do habitante do Vale do Itajaí.

Fouquet, por exemplo, publica uma série de artigos em 1932, narrando impressões de uma viagem que empreendera ao sul de Santa Catarina. Segundo Frotscher (2003):

[...] Fouquet deixa a entender que, apesar da existência de algumas propriedades economicamente desenvolvidas, o litoral Sul de Santa Catarina formava uma realidade que muito se distinguia da realidade do litoral Norte do estado, explicando tal estado de coisas através de um discurso étnico.

Em diversos momentos da série de artigos, aparece oposição política do jornal perante o contexto da época, assim como seus laços com o Partido Republicano Catarinense, apoiado pelo jornal, e que havia perdido seus postos no governo do estado de Santa Catarina e do município de Blumenau, em 1930. (FROTSCHER, 2003, p.82)

A narrativa do sucesso etnicamente determinado das colônias alemãs, portanto, é exaustivamente repetido, e começam a aparecer reclamações da postura adotada pelo governo estadual:

Em alguns momentos da série de artigos, o autor revela o descontentamento com relação à situação política estadual, e quando se refere à política de impostos, adverte que o governo deveria proteger “os elementos que realmente produziam”, que deixa subentendido, não seriam os moradores do litoral Sul que criticava. No momento em que escreve, as elites econômicas de Blumenau haviam perdido importantes canais de barganha com o governo estadual e federal, daí aparecer a questão dos impostos em seu texto. (FROTSCHER, 2003, p.83)

Depois do governo de dois militares gaúchos, Aristiliano Ramos assume a interventoria estadual em 1933, dando início à supremacia do grupo familiar Ramos no espaço político estadual, que duraria até o final da presidência de Vargas. Aristiliano teve como grande marca de seu governo, em relação a Blumenau, a decretação de

desmembramento desta. Oriundo de Lages, ele criticava as regiões de colonização estrangeira, notadamente o Vale do Itajaí:

Se eu e meus amigos aqui no estado tivéssemos governado nestas últimas décadas, seguramente não teria acontecido que superfícies de terras frutíferas da nossa região litorânea fossem cedidas a estrangeiros e então vocês hoje saberiam onde assentar seus pés para sair da miséria e da preocupação na qual vocês hoje todos se encontram. (RAMOS, apud FROTSCHER, 2003, p.50)

As eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, em 1934, foram um marco para o aumento das ações interpretadas pela elite municipal como desfavoráveis à Blumenau, ou em outras palavras, do aumento de ações que ameaçavam o discurso teuto-brasileiro. Logo depois destas, quando, de quatro vagas, os políticos do PRC (que ia se desfazendo e necessitando de alianças para sobreviver) conquistaram apenas uma, com Adolfo Konder, surgiram boatos de que o território blumenauense poderia ser desmembrado em novos municípios.

Aristiliano Ramos, então, visitou a cidade, segundo Frotscher (2003), onde foi recebido pelas “personalidades de destaque da cidade”, o que dá a entender, portanto, que ele foi recebido pela antiga elite política local, preocupada com os rumores que surgiam. Nessa visita, o então interventor teria proposto plebiscitos para levar em conta a opinião dos moradores dos distritos a serem desmembrados. Isso, porém, não aconteceu, e depois de um mês, o desmembramento foi decretado por Aristiliano.

O município de Blumenau, que, em 1929, contava 10.375 km² de extensão, se viu drasticamente reduzido, para 1.650 km², com o desmembramento dos distritos de Bela Aliança (este já em 1930; Atual Rio do Sul), Hamônia (hoje Ibirama), Gaspar, Indaial e Timbó. O interventor, portanto, enxergava favorecimento político aos “estrangeiros” do Vale do Itajaí na primeira República. O *lobby* contra Blumenau vinha, portanto, do próprio interventor, que, entre 1930 e 1937, governava à luz dos interesses políticos regionais, com pouca influência federal. A medida, é claro, não passou incólume pela crítica dos apoiadores do discurso “teuto-brasileiro”. Segundo Frotscher:

Logo após o desmembramento, em fevereiro de 1934, houve um movimento de repúdio em Blumenau ao ato do Interventor do Estado. As portas do comércio e das indústrias locais foram fechadas e foram realizadas

parades e comícios sob o slogan "Por Blumenau Unido". O comitê organizador do movimento era composto por diversos representantes da elite comercial e industrial, assim como alguns da classe média de Blumenau. Tanto pessoas ligadas às antigas elites políticas, do PRC, como outras, que foram inclusive prefeitos de Blumenau depois da Revolução de 1930, participaram do comitê. Uma comissão foi enviada a Florianópolis para tentar negociar com o governo, mas não foi recebida, sendo empossado como novo prefeito de Blumenau, um capitão da Polícia do Estado, Antônio Martins dos Santos, na tentativa de apaziguar os ânimos. (FROTSCHER, 2003, p. 52)

O *Urwaldsbote*, como suporte ferrenho do discurso teuto-brasileiro na imprensa, criticou enfaticamente os movimentos para dividir o território blumenauense. Na concepção defendida, Blumenau seria uma pequena pátria alemã, e, portanto, não poderia ser dividida. Frotscher (2003) questiona, porém, porque, durante o processo de desmembramento de Bela Aliança, anos antes, não houve tal mobilização contrária à medida? Porque esta fora orquestrada por lideranças do PRC daquele distrito, e contava com o apoio de grandes republicanos do estado, como Adolfo Konder. O *Urwaldsbote*, como suporte cultural/intelectual deste grupo, não criticou o movimento. A reação foi muito diferente, contudo, quando partiu de Aristiliano Ramos, um político da serra catarinense, crítico da imigração estrangeira e que não teve espaço na elite do PRC. Isso mostra que, tão relevante quanto o conteúdo e o efeito das ações, para sua legitimação, era de quem ela partia. As ações, assim como as narrativas, tem sua legitimidade atrelada à autoridade dos agentes (narradores). Mas, mesmo com a campanha empreendida na cidade contra a divisão, o desmembramento foi executado. O governo de Ramos cerceou os manifestantes e os ânimos se acalmaram, com o passar dos meses. A ideia de que Blumenau era o centro do Vale do Itajaí, porém, se manteve ao longo das décadas, chegando até a concepção atual de "Vale Europeu".

Em 1935, os deputados estaduais tinham que escolher um novo governador para o estado. Os republicanos, que tinham assentado suas campanhas para a Assembleia Legislativa criticando as propostas de "nacionalização escolar", estavam irremediavelmente enfraquecidos. O cargo seria disputado entre o então interventor, Aristiliano Ramos, e seu primo, Nereu Ramos. O primeiro, podemos presumir, não gozava de grande simpatia entre os republicanos teuto-brasileiros de Blumenau,

haja vista a polemica em torno do desmembramento. Nereu, por sua vez, teve o apoio do presidente Vargas, e conseguiu estabelecer alianças com deputados dos outros partidos (os primos eram ambos membros do PLC). Nesta conjuntura, Nereu foi eleito governador em 1935, e seria, com o advento do Estado Novo em 1937, nomeado interventor federal em Santa Catarina.

Em Blumenau, porem, o PLC nunca conseguiu preencher o vácuo deixado pelo enfraquecimento acentuado dos republicanos. A Aliança Integralista Brasileira, partido fundado em 1932, e inspirado em regimes totalitários europeus, surgiu sob a liderança de Plínio Salgado (a nível nacional). Nas eleições de 1934, para a Assembleia Estadual, tirou a hegemonia republicana em Blumenau, ao dividir o eleitorado, o que ajudou a decidir as mesmas em favor do PLC. Os integralistas, portanto, chamaram a atenção das lideranças republicanas, como Pedro Feddersen e Gustav Koehler, que perceberam a tendência que os descendentes de alemães estavam sendo angariados pelo integralismo. Em 1936, quando foram realizadas eleições municipais, os integralistas saíram vitoriosos, confirmando o declínio político da já envelhecida geração capitaneada por Koehler, Feddersen e Curt Hering. (FROTSCHER, 2003)

O discurso teuto-brasileiro, portanto, era ameaçado por duas frentes: os boatos de “nacionalização escolar” (a constituição de 1934 previa que as escolas só poderiam ter aulas ministradas em português), que atingia diretamente um dos cerne da reprodução do *deutschtum*, as “escolas alemãs”, e a ação da AIB, que acabou com o poderio político dos republicanos teuto-brasileiros, grupo que mantinha o discurso. Nesse momento, porém, tudo parecia incerto: Nem Nereu Ramos confirmara que empreenderia a nacionalização, nem os integralistas davam sinais de ameaça efetiva ao discurso de identificação.

De fato, José Ferreira da Silva, na época um político novato, que chegara à presidência da câmara de vereadores pela AIB, ao invés de combater o discurso de seus opositores, tomou a tarefa de defendê-lo para si. Foi ele quem liderou o projeto para a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Alto Vale do Itajaí (IHGVI), em maio de 1936. A primeira coisa que chama a atenção é a aliança que Ferreira da Silva se propôs a fazer com seus adversários políticos. Numa posição política de destaque, a de vereador mais votado, não restavam alternativas a Pedro Feddersen, Curt Hering e Victor Konder, três republicanos de longa data, senão aceitar a aliança com o então integralista, para criar mecanismos de defesa do discurso teuto-brasileiro. Ferreira da Silva, por sua vez, parece ter enxergado ali uma oportunidade de ascender no espaço intelectual, através da reconversão

do seu capital político. Convém lembrar que, antes do Estado Novo, o discurso teuto-brasileiro ainda era dominante no espaço intelectual/cultural. De fato, a estratégia de Ferreira da Silva rendeu frutos no futuro, quando, por muito tempo depois disso, foi o principal intelectual da história blumenauense, durante toda sua vida.

Como salienta Frotscher (2003), a ideia de uma Blumenau unida ainda era bastante influente, dois anos após o decreto de Aristiliano Ramos. E isto porque não foi criada uma instituição relativa à Blumenau, e sim ao Vale do Itajaí. A ideia de unidade regional, portanto, não fora abandonada (ainda) pela elite intelectual/cultural.

Por último, convém notar a relação entre a instituição blumenauense e o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Este, fundado em 1896, não teve atuação sistemática, tendo períodos de maior e menor atividade. Mas, até aquele período, quando houve investimento na construção da memória catarinense através do instituto, os processos foram sempre conduzidos por suportes ideológicos referentes aos lusitanos que habitaram o litoral. Ou seja, o IHGSC, ao menos até aquela altura, buscara construir um passado lusitano para Santa Catarina. Tanto é que, como sublinha Serpa (1996), a revista do instituto, na sua primeira fase (1902-1920) não tinha espaço para a história do Vale do Itajaí, nem de qualquer assunto que não fosse diretamente relativo aos luso-brasileiros:

[a] ausência de artigos que verssem sobre os descendentes e africanos, de alemães e de italianos. As páginas da revista são ocupadas majoritariamente com luso-brasileiros ou com fatos dos quais estes tiveram participação. Pode-se dizer, então, que o discurso da Revista nesta fase estava construindo a identidade catarinense pelo passado de luso-brasileiros ilustres e estabelecidos no litoral. (SERPA apud FROTSCHER, 2003, p.70)

Tal atuação, portanto, não é surpreendente. O IHGSC fora fundado em Florianópolis, e sua base de operações nunca foi outra que não a capital do estado.

A nível nacional, o governo de Vargas adotou uma postura de proximidade e, em certa medida, de tutela para com os intelectuais. Ou seja, os trouxe para perto de si, valorizando a sua mobilização social, aproveitando sua legitimidade para falar sobre o mundo social. Dessa maneira, os tinha sempre perto de si, sob seu controle, constituindo uma

relação de dependência entre os espaços intelectual e político. (VELLOSO, 1997)

Em Santa Catarina, houve alguma demora em seguir o padrão do governo nacional. Os três primeiros interventores do período não fizeram acenos amigáveis aos intelectuais (de nenhum lugar do estado), inclusive confiscando recursos do IHGSC e da ACL. Nesse momento, convém lembrar, o IHGSC se encontrava mais ou menos estagnado, sem publicar sua revista e sem sede própria. Nereu Ramos, por sua vez, foi muito mais amigável aos intelectuais da capital. Trouxe alguns dos mais renomados para trabalhar em postos da administração, num primeiro momento. O IHGSC, por exemplo, voltou a se reunir, ampliando sua atuação, assim como a ACL (FROTSCHER, 2003). Ramos, portanto, investiu numa memória luso-brasileira para Santa Catarina.

Nesse processo de ampliação e revitalização do IHGSC, porém, José Ferreira da Silva havia se tornado sócio do instituto. O que podemos concluir disso tudo é que o IHGVI tem uma relação ambígua com o IHGSC. O primeiro foi claramente inspirado no segundo. O próprio nome (“Instituto histórico e geográfico”), modelo funcionamento (mantido por “sócios”) e objetivos (“juntar, organizar e manter todo documento que tivesse a ver com a história de Blumenau e o desenvolvimento do Vale do Itajaí”) indicam a circulação dos motivos entre as diferentes regiões do estado. E, de certa maneira, também demonstra a existência de uma relação hierárquica entre ambas.

O IHGSC fora uma criação de uma fração da elite intelectual de Florianópolis, que reivindicou para si a autoridade de representar todo o estado. Os intelectuais blumenauenses, que nas primeiras décadas do século se mantiveram afastados do Instituto (pela falta de convites ou de interesse em participar, não sabemos), passam a legitimar sua atuação e autoridade sobre a intelectualidade catarinense a partir do momento em que começam a fazer parte do Instituto. Ou seja, os primeiros acenos no sentido de reconhecer o caráter estadual do IHGSC partem de José Ferreira da Silva. O então vereador, porém, se aliou com os teuto-brasileiros republicanos, que combatiam o discurso lusitano do IHGSC, e que nunca foram ativos nas fileiras do Instituto. Além disso, convém lembrar que o fenômeno da dominação não existe sem resistência por parte dos dominados. O resultado de tudo isso, portanto, foi uma instituição que, embora inspirada e dominada, em algum grau (os blumenauenses não reivindicaram autoridade sobre o estado, restringindo esta à sua região de influência direta), teve em sua criação uma resposta à revitalização do IHGSC, patrocinada pelo governo de Nereu Ramos, apoiado no seu PL. Se, a nível estadual, a tendência era

contar uma história lusitana para Santa Catarina, os blumenauenses tentaram defender a história alemã do Vale do Itajaí. Ancorados na oposição política do governo estadual, formaram a oposição intelectual da intelectualidade defensora da história lusitana.

As conjunturas nacional e internacional, todavia, se desenhavam cada vez mais desfavoráveis ao *deutschum* e a seus defensores. As tensões, nesse período, vão aumentando de maneira gradativa. Os eventos que ficaram conhecidos como “campanha de nacionalização” (investimentos estatais visando a manutenção e ampliação de elementos culturais supostamente “brasileiros”, especialmente em zonas nos quais estes não eram hegemônicos, como o Vale do Itajaí) começaram aos poucos, e foram tomando força com alguns eventos chave, como a atuação do Ministério da Educação e Saúde Pública, sob a gestão de Gustavo Capanema, o começo do autoritário Estado Novo de Getúlio Vargas, em 1937, e, têm como ponto culminante, a declaração do Brasil de guerra contra a Alemanha, em 1942, que marca a entrada do país na Segunda Guerra Mundial, justamente contra os países dos quais se originaram a maioria dos imigrantes que povoaram o Vale do Itajaí (A Itália também foi inimiga do Brasil)

O IHGVI, logo, não conseguiu prosperar nesse ambiente hostil às manifestações culturais tidas como “alemãs”:

A Campanha de Nacionalização influenciou diretamente a produção, circulação e a reprodução de uma determinada memória em Blumenau. Este controle da produção e circulação de saberes, realizado pelas instituições do governo, tratou também de inviabilizar as atividades do instituto histórico e cultural do Vale do Itajaí, que viu seus projetos frustrados. (FROTSCHER, 2003, p. 113)

Em 1936, embora a Guerra não tivesse começado, Hitler já era o chanceler alemão, e o nazismo se espalhava pelo mundo. Segundo Muller (GERTZ, 1996), nesse ponto já havia artigos, na mídia nacional, que ligavam os imigrantes alemães e descendentes à atuação do III Reich no exterior, abordando questões como supostos projetos de expansão territorial da AIB, interesses imperialistas do governo alemão. Nessa época, começa a aparecer uma expressão recorrente no período – perigo alemão. No ano seguinte, 1937, quando o IHGVI ainda não havia cessado completamente suas atividades (isso só iria acontecer em 1938), houve a publicação de um artigo, em setembro (menos de um mês antes das turbulências que desaguararam na implantação do Estado Novo), na

revista norte-americana Times, abordando a atuação de nazistas no Brasil. Segundo Frotscher (2003), o texto, além de recorrer a temas já abordados na imprensa brasileira, trouxe a primeira manifestação pública de Vargas sobre o tema, na qual solicitava a interrupção da atuação do III Reich no Brasil, além de afirmar que o país detinha soberania sobre seus assuntos internos.

Os defensores do discurso teuto-brasileiro, portanto, eram considerados perigosos sob dois aspectos: por um lado, ameaçavam o projeto político nacional proposto por Vargas, que buscava suprimir regionalismos e especificidades culturais, e, por outro, eram ligados ao nazismo e a supostos planos de intervenções do Estado alemão no Brasil.

O grande estopim para a atuação efetiva do governo federal em Blumenau foi, porém, uma reportagem do jornal O Globo, do Rio de Janeiro, sobre os perigos do germanismo no sul do Brasil. Nesta, foram feitas várias afirmações sobre a região, segundo Frotscher (2003), como a de que os descendentes de alemães tinham por característica nata a de resistir ao processo de assimilação, o que levava à formação de “quistos étnicos”, cuja nacionalização encontrava empecilhos, também, na propaganda e formação de grupos nazistas, além das escolas particulares alemãs, que seriam pouco fiscalizadas, e, portanto, não participavam da nacionalização do ensino. A AIB, por sua vez, era tida como perigosa, devido a suas supostas semelhanças com o NSDAP. Sob esses três eixos, segundo Frotscher (2003), foi estruturada a narrativa de que existia um perigo genuíno para o Brasil no Vale do Itajaí.

A autora argumenta que, certamente, a reportagem repercutiu nos círculos políticos do estado, já que, poucos meses após a mesma, Nereu Ramos publica o decreto lei número 88/1938, que autoriza a nacionalização escolar obrigatória. Nesse momento, o Estado Novo já estava em vigor, e Ramos tinha respaldo do governo federal para ações mais radicais. A AIB, por outro lado, teve sua influencia diminuída, haja vista que o novo regime dissolveu todos os partidos políticos, tendo inclusive afastado do cargo Albert Stein, integralista que era prefeito de Blumenau à época.

Os integralistas, portanto, que haviam acumulado capital político e começavam a influenciar os discursos de identificação, perderam ambos. E isso porque, além dos cargos, perderam José Ferreira da Silva, o único entre eles envolvido com a antiga elite republicana no espaço cultural/intelectual. Quando coube a Nereu Ramos indicar um prefeito para Blumenau, um território politicamente hostil ao interventor, a saída encontrada foi indicar Ferreira da Silva. Indicar um agente participante

do espaço intelectual também foi a estratégia escolhida para Florianópolis (Oswaldo Rodrigues Cabral foi nomeado na capital), dando prosseguimento à estratégia de acolher intelectuais. O ex-integralista, por sua vez, foi tratado como traidor por seus antigos aliados políticos, que agora viam evaporar toda a influência conquistada na cidade anos antes.

A gestão de Ferreira da Silva inaugura a fase mais repressiva do período:

Além de se investir no ensino da língua portuguesa e de se inibir o falar alemão, da militarização das crianças e jovens, incentivou-se também o culto à pátria, aos “heróis” e aos símbolos nacionais. Os investimentos em comemorações cívicas que exaltassem o patriotismo não foram novidade em Blumenau, ocorreram em todo o país. Havia um grande investimento na comemoração dos “heróis nacionais” e das datas cívicas, como o aniversário do presidente da República, a 19 de abril, o dia do soldado e do Patrono do Exército (25 de agosto), o dia 7 de setembro (dia da Independência), 10 de novembro (dia do Estado Novo), 15 de novembro (Proclamação da República), 19 de novembro (dia da Bandeira). Em Blumenau, as autoridades militares investiam no culto às figuras o Presidente da República, Getúlio Vargas, e de Duque de Caxias, o patrono do Exército, através da inauguração de seus retratos nas escolas do município, em cerimônias realizadas com a presença do comandante do Exército ou de um oficial representante. Por outro lado, desaparecem dos jornais, notícias sobre comemorações relativas ao dia 25 de julho, o “Dia do Colono”, por exemplo. A última notícia aparece no ano de 1938, quando um dos jornais de língua alemã lamentava que nos três estados do Sul tal feriado só pôde ser festejado com muita reserva. (FROTCHER, 2003, p.104)

Os esforços governamentais, operacionalizados através de um Batalhão do exército instalado em Blumenau, atacaram em vários espaços. A antiga elite política/intelectual da cidade, que ainda dominava as instituições recreativas e os jornais escritos em alemão (*Blumenauer Zeitung* e *Der Urwaldsbote*) viu estes serem fechados pouco a pouco, apesar das seguidas demonstrações de abertura às negociações e concessões demonstradas (como prestar homenagens

públicas a militares encarregados dos trabalhos de nacionalização). O último reduto dos industriais, suas próprias empresas, tiveram suas administrações repassadas a interventores designados pela interventoria estadual, como foi o caso da Hering S/A, por exemplo, cujo diretor, Curt Hering, perdeu o direito de administrar a empresa da família.

Todas estas atitudes conduziram ao enfraquecimento do suporte político/econômico do discurso de identificação “teuto-brasileiro”, dominante em Blumenau da primeira década do século XX, quando começa a se formar um espaço de caráter cultural/intelectual.

A interventoria estadual, porém, não atacou o caráter de “cidade alemã” de Blumenau apenas indiretamente, mas também com atuações diretas na produção de narrativas de identificação. Se antes o único intelectual a fazer parte do círculo que dominava tal atividade na cidade sem sobrenome germânico era José Ferreira da Silva, os anos de Estado Novo viram esse cenário mudar rapidamente, com a alocação de intelectuais oriundos de outros lugares, mesmo de outras regiões do país, na estrutura administrativa local. Em 1939, o governo do estado patrocinou, através do Departamento Estadual de Estatística, a publicação de estudos estatísticos sobre diversos municípios do Vale do Itajaí. Para escrever sobre Blumenau, o escolhido foi o próprio prefeito da cidade: Ferreira da Silva. Frotscher diz, sobre a escolha do então prefeito: “Este fato talvez seja uma evidência de como ali, num município tão visado, o governo e a produção de saberes estavam intimamente ligados” (FROTSCHER, 2003, p.210).

Em evidência perante o governo estadual, por cumprir duas tarefas atribuídas por este, o prefeito e escritor não hesitou em condenar a atuação daqueles que foram seus aliados na formação do IHGVI:

Na monografia sobre Blumenau, Ferreira da Silva evidencia sua plena consonância com o governo do Interventor Federal, referindo-se a Nereu Ramos como aquele que “pôde governar, olhando apenas os superiores interesses da nacionalidade.”. Em meio a dados estatísticos sobre a instrução escolar em Blumenau, critica os governos anteriores— do qual fizeram parte, no governo estadual, políticos do Partido Republicano Catarinense— de não terem investido na assimilação das populações estrangeiras, através do incentivo à educação pública. Escrita durante a Campanha de Nacionalização, a sua monografia contém um discurso anti-germanista próprio daquele momento. Quando se refere ao ensino público e particular, afirma que o Vale do Itajaí havia se

tornado "um verdadeiro quisto no território nacional", em virtude do povoamento ter sido realizado por "elementos alienígenas, desconhecedores do idioma pátrio, esquecidos dos governos que, por descaso ou conveniências políticas, os abandonaram à própria sorte." (FROTSCHER,2003, p.210)

Ferreira da Silva investirá, ao longo de sua trajetória intelectual, em adaptar seus textos ao cenário político no qual foram produzidos. Quer dizer, ele tenta se manter, intelectualmente próximo dos detentores do poder político, reafirmando a interdependência das lógicas destes dois espaços. Sobre isso, porém, trataremos com maiores detalhes no próximo capítulo, quando nos deteremos especificamente na sua atuação no pós-guerra.

Os referenciais ideológicos do discurso de identificação dominante, portanto, mudam nesse período, sobre forte influência da conjuntura política. Ao invés do discurso teuto-brasileiro, temos a infiltração de um discurso moldado para combater seu antecessor: O "discurso nativista", nomeado assim apenas por ser esta uma tipificação comum para os críticos de discursos germanistas no período.

Em 1938, segundo Frotscher (2003) cessa a publicação de textos sobre história regional, especialmente os publicados em alemão. O *Der Urwaldsbote*, por exemplo, passa a ser supervisionado por emissários da interventoria, e passa a se dedicar a temáticas que exaltam o patriotismo (brasileiro). Em Setembro de 1938, ao invés das já rotineiras celebrações do aniversário da cidade (no 2º dia do mês), há um silêncio sintomático no periódico em questão.

Esse período será, portanto, marcado por uma metamorfose no perfil social dos agentes dominantes no espaço intelectual local. O único intelectual a escrever antes e depois deste período foi Ferreira da Silva, graças, certamente, a sua origem luso-brasileira, escrita em português e aceitação das diretrizes intelectuais desejadas pelo Estado Novo, tendo investido na tarefa nacionalizadora proposta pelo regime.

Um destes autores foi Theobaldo Costa Jamundá. Nascido em Recife, em 1914, capital de Pernambuco, muito longe (geográfica e culturalmente) do Vale do Itajaí, Filho de mãe africana e pai pernambucano, Jamundá era agrônomo, mas chegou à nossa cidade, aos 25 anos, através da carreira militar. Ele era membro do 32º batalhão de caçadores do exército, que desembarcou na cidade em 1939. O grupo, segundo Jamundá, tinha como tarefa "acintosamente a nacionalização". De origem católica (diferente da maioria dos defensores do discurso

teuto-brasileiro, mas igual a Ferreira da Silva), ele saiu do batalhão no ano seguinte, para dirigir a recém-criada Escola Agrícola de Blumenau a convite do prefeito (Jamundá afirmou numa entrevista, já nos seus últimos anos de vida, que Ferreira da Silva o fez pelo conselho do major do 32º batalhão e que, na prática, o prefeito não era mais do que um delegado da interventoria). Ainda durante o Estado Novo, é empossado como Secretário Municipal em Indaial, cargo que exerceria por mais de uma década. Em 1943, foi convidado pelo governo estadual a escrever um estudo sobre Indaial, tal como Ferreira da Silva fizera sobre Blumenau anos antes. No prefácio de um livro escrito muitos anos depois, afirma que, depois de se ambientar à cidade, separava o grupo nazista do povo alemão, e que, durante sua juventude, seguia, com honra, o “grande líder Nereu Ramos”.

Neste mesmo prefácio, caracteriza a redação do *Der Urwaldsbote* como um lugar receptivo, citando Gustav Koehler como uma das pessoas que lhe recebeu (intelectualmente) na cidade, e a partir da qual construiu sua rede de amizades. Seu texto sobre o Vale, porém, adotou um tom bastante agressivo em relação às instituições fundamentais para a reprodução do discurso teuto-brasileiro, tão caro a Koehler:

Para Jamundá, Blumenau, município do qual se desmembrou Indaial, era anos antes o "ninho onde em mais de meio século foram incubadas as diretrizes desnacionalizadoras, vindas da Europa atacada pelo complexo de espaço vital, com cores e aspecto de inocente assistência religiosa, educacional e social aos europeus imigrados.". Quando se refere às escolas, elogia o Secretário de Justiça, Educação e Saúde do Estado e suas medidas no sentido da nacionalização escolar, chegando a afirmar, num momento, que os professores estrangeiros eram, “na maioria das vezes, agentes da Gestapo” (Polícia Secreta Alemã)! No item dedicado às “sociedades” (associações culturais), lamenta o fato de não poder registrar nenhuma delas, pelo fato de terem sido fechadas por conta das leis nacionalizadoras. O fato delas não terem sido reabertas, é tomado pelo autor como uma “prova” de “terem vivido ativas num setor da juventude hitlerista” (FROTSCHER, 2003, p.217)

Mais do que o “perigo alemão” representado por uma suposta ameaça nazista, o autor se concentra em se tornar historiador, para

defender não só narrativas sobre os perigos do “quisto étnico” em tempos de guerra, mas também atacar o tão cultuado passado da região. Se, para os intelectuais “teuto-brasileiros”, o começo da história de Blumenau (ou do Vale do Itajaí) é marcado com a chegada dos imigrantes de origem germânica, Jamundá investe em desconstruir o discurso daqueles a partir deste mesmo momento. Para isso, elege a figura do “mestiço” como o novo pioneiro local. Este era, na sua narrativa, aquele que estava lá antes dos outros, aquele que, com seu conhecimento sobre como domar a natureza selvagem, pôde guiar o imigrante interior adentro. Ao invés de caracterizar os seus pioneiros como os teuto-brasileiros representavam os primeiros imigrantes, como aqueles que trazem a civilização, Jamundá investe na imagem dos “mestiços” enquanto os únicos com o conhecimento necessário para vencer a natureza. Ou seja, usando de qualidades diferentes, atribui aos adjetivos-chave na construção da memória do Vale (pioneiro e desbravador, por exemplo). Ao imigrante alemão e a seus descendentes, resta a qualificação de “hóspedes mal-agrados”, com a qual diz, no final das contas, que a região em questão não pertencia a eles, mas sim à nação brasileira.

Jamundá busca se opor a um texto de José Ferreira da Silva, escrito em 1933, no qual este critica um personagem chamado Ângelo Dias, supostamente um caboclo que guiou a canoa do Dr. Blumenau rio acima. Para Ferreira da Silva, o canoero só era “gente” se tivesse aguardante à disposição. Jamundá critica expressamente a desqualificação proposta pelo autor, dizendo que isso demonstra um “racismo anti-lusitano”. Ou seja, além de trazer à tona um referencial simbólico distinto, Jamundá forçou sua entrada no espaço intelectual, respaldado pelo apoio da interventoria, criticando expressamente agentes bem posicionados. Para dominar e conquistar a hegemonia do discurso que defendia, era essencial contestar os antigos dominantes.

O Estado Novo, porém, chegou ao fim, mas não conteve a entrada de outros agentes no espaço intelectual. Ainda que, no espaço político, por exemplo, o governo estadual tenha perdido a influência que tinha anteriormente sobre a prefeitura (A UDN governou Blumenau de 1945 até meados da década de 1960, enquanto o PSD de Nereu Ramos se manteve no governo de Santa Catarina), o espaço intelectual continuou, até 1950, sob um processo de transformação. Quer dizer, ainda que não houvesse mais direcionamento estatal que balizasse os discursos de identificação, os agentes que antes defendiam o discurso teuto-brasileiro só voltaram a se expressar, com referenciais semelhantes ao do período pré-Vargas, no centenário de colonização de Blumenau.

Em 1948, antes disso, o IHGSC organizou o primeiro Congresso de História Catarinense, em Florianópolis. Havia apenas três trabalhos que se dedicavam à história do Vale do Itajaí, todos escritos por agente de sobrenome e atuação discursiva luso-brasileira. Eles foram escritos, respectivamente, por Jamundá, Paulo Malta Ferraz e Max Tavares D'Amaral. Mas, apesar deste último possuir sobrenome luso-brasileiro, sua apresentação no congresso possuía uma grande inclinação à ideologia teuto-brasileira dominante na primeira república (o que faz sentido, se considerarmos que era casado, desde 1941, com Isolde Hering, filha de Curt Hering e irmã de Ingo). O próprio Teobaldo Jamundá, após o fim do Estado Novo, passa a ter uma atuação mais moderada, amenizando o tom das críticas a narrativas germânicas. Apesar de estes três autores terem entrado no espaço intelectual através de plataformas ligadas ao governo do estado, foram aceitos em Blumenau. Prova disso é que, em 1950, com a reorganização intelectual local, os três foram aceitos na Sociedade dos Amigos de Blumenau.

Ali, teríamos uma cidade diferente emergindo das palavras de seus intérpretes. José Ferreira da Silva, que saíra da cidade após o final do Estado Novo, ganhará o apoio da UDN, herdeira do PRC, que terá a hegemonia política na cidade por longos anos, e será consagrado como a maior voz sobre história local do período. Blumenau, sob um velho/novo domínio, política e intelectualmente, se tornava uma cidade centenária. Mas isso é outro assunto...

3. A CENTENÁRIA BLUMENAU

Neste capítulo, iremos tratar da geração que se consolidou como “guardiã” da memória blumenauense através da Sociedade dos Amigos de Blumenau, idealizada a partir das comemorações que marcaram a passagem do centésimo aniversário de colonização local. Para falar dos membros mais destacados desta geração, partiremos do homem que, certamente é seu grande ícone, o vulto que “sempre esteve presente”.

3.1 DA ORIGEM HUMILDADE A PREFEITO DE BLUMENAU

José Ferreira da Silva nasceu em Tijucas, no litoral catarinense, em 1897. Aos dois anos de idade, sua família passou a residir em Florianópolis. Lá, teria frequentado a escola primária, e, depois, a escola paroquial da à época Santo Amaro do Cubatão (hoje Santo Amaro da Imperatriz, município próximo de Florianópolis). Em 1906, seu pai, Serafim Ferreira da Silva, falece aos 48 anos de idade, deixando sua mãe, Marta Ferreira da Silva, viúva.

Foi aluno externo do Ginásio Santa Catarina (hoje Colégio Catarinense) de 1908 a 1910. Esse colégio administrado era pelos jesuítas, e que havia sido fundado em 1906, e manteve, até os anos 1930, o monopólio do ensino secundário em Santa Catarina. Dallabrida (2001) afirma que esta escola adotou normas que visavam moldar a subjetividade dos alunos, através de uma disciplina muito rígida, no intuito de produzir elites estaduais. Tudo indica, porém, que Ferreira da Silva tenha vindo de família bastante pobre, haja vista que ele quase nada comentou sobre a sua própria origem. O ingresso numa instituição que viria a ser uma espécie de “celeiro de elites” em Santa Catarina, portanto, pode ter sido fundamental para que ele pudesse galgar posições de destaque futuramente, seja através da exposição a toda uma disciplina específica, pensada para criar corpos das elites de diferentes espaços, seja através de possíveis relacionamentos estabelecidos ali. Depois disso, ele vai estudar no Seminário Menor São José, em Pareci-Novo (RS), também mantido pela Companhia de Jesus, concluindo lá sua educação formal.

Depois de prestar exames para ser professor, foi enviado para o município de Canoinhas, no norte do estado. Também foi tabelião interino e escreveu em jornais locais sobre a história da região. Já em Canoinhas, atua em três atividades que serão desenvolvidas posteriormente, em diferentes momentos de sua vida. Em 1919, foi

transferido para o atual município de Luzerna. Um ano depois, em 1920, foi transferido para o município no qual construiria grande parte de sua vida, Blumenau. Lá, porém, não foi enviado para a sede da cidade, e sim para onde hoje é o município de Indaial. Porém, ficou por pouco tempo ali, pois foi selecionado em concurso para o cargo de Escrivão de paz e Tabelião do 7º distrito de Blumenau, que hoje é o município de Rodeio. Lá, participou da fundação e foi diretor do jornal “O escudo”, cargo que acumulou com o anterior até 1924, quando foi transferido para a sede do município de Blumenau.

Podemos perceber que, até começar a trabalhar em Blumenau, Ferreira da Silva já tinha passado por três espaços de atuação fundamentais para defini-lo posteriormente como um grande intelectual. A carreira jurídica, e a no magistério, seja como professor, inspetor ou regente, são o começo da criação da figura do “professor” José Ferreira da Silva. Estas atividades são mais comuns até o final dos anos 1930. A de jornalista, fundamental para torná-lo um escritor, talvez nunca será sua ocupação principal, mas o acompanhará durante quase toda a vida. E já começa a mostrar o interesse em contar histórias regionais.

Em Blumenau, inicialmente, deu prosseguimento a carreira jurídica, trabalhando sob a supervisão do juiz Amadeu Felipe da Luz (filho de Hercílio Luz, na época ainda importante nome do Partido Republicano estadual). É possível, inclusive, que eles já se conhecessem anteriormente, já que o juiz também trabalhou em Canoinhas na mesma época de Ferreira da Silva. Fundou, ainda, o jornal “A cidade”, em 1926, junto com Otaviano Ramos.

Depois disso, teria deixado o cargo no cartório para fundar um escritório de advocacia junto com Pedro Silva (pai de Aderbal Ramos da Silva, futuro governador de Santa Catarina) e Max Mayr. Em 1928, publica seu primeiro livro, “O padre Jacobs”, que fala do primeiro vigário da paróquia de Blumenau. Em 1931, foi escolhido para o cargo de Inspetor Federal do Ensino Secundário, tendo passado pelo Colégio Santo Antônio, em Blumenau, e também por instituições de Joinville, Mafra e Laguna.

Nesta altura, Ferreira da Silva já colecionava escritos, especialmente sobre a história de Blumenau. Além de “O padre Jacobs” (1928), ele publicou “Fritz Muller” (1931) “A colonização do Vale Itajaí” (1932) e “O doutor Blumenau” (1933). Portanto, já tinha uma bibliografia relevante, e, aliando isso ao fato de ser professor, jornalista, e advogado, é razoável pressupor que Ferreira da Silva já era um intelectual relevante, o que será comprovado em 1949, quando será convidado a escrever o livro comemorativo do centenário da cidade.

No começo dos anos 1930, começa a se tornar voz ativa na Ação Integralista local, ao ponto de, em 1936, ser eleito presidente da Câmara Municipal, como vereador mais votado, num momento chave para a derrocada do grupo político filiado ao PRC, já que, além de uma mudança no perfil dos vereadores (com apenas um industrial, maioria nas composições anteriores), o próprio prefeito, Alberto Stein, era integralista (FROTSCHER, 2003). Nosso autor era, neste momento, no mínimo, um adversário político ferrenho de grupos familiares como os Deeke e os Hering. O que faz sentido, se considerarmos que ele era um “forasteiro”, casado uma mulher na mesma condição tentando obter um lugar no “espaço do poder” municipal, o que seria muito mais difícil de ser feito se ele fosse vinculado ao PRC, um grupo já consolidado e muito mais restrito. E isto parece um tanto estranho, quando se diz, que neste período como presidente da câmara, nosso vereador tenha tomado a iniciativa e fundado um Instituto Histórico e Cultural do Vale do Itajaí, apoiado por Victor Konder, Curt Hering, e Pedro Feddersen, agentes centrais do enfraquecido Partido Republicano. Frotscher (2003) lança a hipótese de que, já que estavam destituídos de posições políticas relevantes, seja na cidade, onde a AIB ascendeu, seja no estado, nas mãos do PLC, restou a este grupo tentar salvar uma memória de Blumenau que lhes agradasse.

Porém, como exposto anteriormente, veio o Estado Novo, em 1937, e o plano do governo federal de suprimir manifestações vistas como não nacionalistas, interferiu decisivamente nos destinos da cidade. O Instituto não sobreviveu naquele momento, mas Ferreira da Silva, um forasteiro em Blumenau, sim. Em 1938, vai a Florianópolis e volta nomeado prefeito pelo interventor federal Nereu Ramos. Devido a isto, seu parceiro de AIB, Alberto Stein, é destituído de seu cargo.

A escolha por nosso autor é coerente com o conjunto das ações do interventor. O objetivo era “nacionalizar”. Então, era importante ter um prefeito com sobrenome luso, especialmente numa cidade onde o ensino e a mídia dominantes circulavam em idioma diferente do português. Mas também era importante que esse não alemão tivesse respaldo de setores da população, pois, afinal, a cidade era parte do Brasil, e dotada de grande importância regional. Era preciso integrá-la, não conquistar a repulsa de seus habitantes. Ferreira da Silva havia o vereador mais votado nas últimas eleições, vivia a mais de dez anos na cidade. Portanto, não era um completo desconhecido. Além disso, a ação é coerente com a proposta de Nereu Ramos de trazer para perto de si os intelectuais do estado. Conforme Frotscher (2003), ele incentivou financeiramente publicações e instituições. A Academia Catarinense de

Letras e o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, que estavam inativos, ganharam sobrevida neste período.

Ele permanece no cargo até meados de 1941. Depois disso, seu rastro some. Não há informações concretas sobre por que ele teria sido “demitido”. Há indícios de uma possível perseguição dos integralistas blumenauenses. Há um panfleto no qual existe uma crítica ferrenha a Ferreira da Silva, numa das vezes em que ele concorreu à prefeitura, provavelmente em 1960. As palavras anônimas são:

Candidatou-se ao cargo de Prefeito Municipal o forasteiro José Ferreira da Silva. Este indivíduo que traiu a Ação Integralista como é de conhecimento de todos; Que traiu miseravelmente o nosso saudoso conterrâneo Alberto Stein que foi prefeito da ditadura sendo posto na rua por ser desonesto, agora depois de dez anos de ausência aparece aqui para perturbar a política municipal. Eleitores, cuidado! Não envergonhem Blumenau, não votem em intruso [...]. (FJFS 1.8; Cx. 1.2; 010)

A nomeação como prefeito, por decreto, destituindo assim um companheiro integralista, parece ter feito com não fosse adequado permanecer na cidade. Portanto, o agora forasteiro (para os integralistas; veremos que para os udenistas, sucessores dos republicanos, Ferreira sempre será “de casa”) se retira da cidade, em algum momento após a demissão, permanecendo fora até 1962. Não sabemos, também se o autor permanecia na cidade por curtos intervalos de tempo, já que ele concorreu ao cargo de prefeito em 1950 e 1960, perdendo nas duas vezes para o udenista Hercílio Deeke, que, no espaço cultural, era um de seus principais parceiros, e gozava de sua simpatia, como veremos adiante. De qualquer maneira, durante os anos em que esteve fora, o autor passou por Curitiba, Rio de Janeiro e Goiânia, como procurador da Aliança da Bahia, empresa que atuava no ramo de seguros e capitalização. Mas isso não significa que ele tenha parado sua produção intelectual, tampouco deixado de ser relevante em Blumenau. Antes de 1950, ainda produziu “Descendo o São Francisco” (1945) e “Colônias para o Brasil” (1948), que não tratam especificamente sobre Blumenau. Depois de voltar a Blumenau, em 1962, Ferreira da Silva esteve mais distante destas atividades. Mas ainda chegou a ser eleito vereador pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA) em 1966, além de ter sido correspondente do jornal “O Estado” na mesma década.

3.2- AS COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Em 1949, Blumenau começa a se preparar para festejar o centenário da colonização iniciada por Hermann Blumenau em 1850. E frei Ernesto Emmendoerfer, diretor do colégio Santo Antônio, e que seria o encarregado pela subcomissão responsável pela produção do livro comemorativo, entrou em contato com nosso autor, solicitando (pela segunda vez, após uma recusa inicial que a carta transparece) que ele escrevesse um resumo da história da Blumenau, pois havia tentado o Dr. Malta Ferraz Para resolver o problema de estar distante das fontes, Emmendoerfer sugere que ele pegue o material e escreva o resumo durante um mês de férias em Piçarras (cidade natal de sua segunda esposa, no litoral catarinense), no qual receberia uma ajuda de custo. Desta vez, o autor cede, pois, em 1950, o resumo da história de Blumenau presente no livro comemorativo é assinado por ele.

Portanto, em 1950, foi organizada a comissão, que se tornou uma espécie de embrião da Sociedade dos Amigos de Blumenau. Na presidência, o candidato a prefeito Hercílio Deeke. Nas subcomissões, podemos encontrar todos os futuros membros da primeira diretoria da SAB. Além de Emmendoerfer, a subcomissão “Livro Comemorativo” tinha como secretário Frederico Killian. O vice-presidente da subcomissão de finanças era Ingo Hering. Orlando Ferreira de Mello era o encarregado especial das conferências, e o de acomodações era Max Altenburg. Além destes, o tesoureiro era Alfredo Kaestner. Além destes, havia vários outros membros que participaram da organização dos festejos, como Udo Deeke, Vitor Hering, Frederico Allende, Afonso Balsini, Antonio Reinert, etc. Além destes, convém notar que todos os vereadores do município faziam parte da comissão, e o prefeito Frederico Busch Junior era seu presidente de honra. Ferreira da Silva, apesar de escrever sobre a história de Blumenau e ter uma peça de sua autoria apresentada durante os festejos, não fez parte do referido grupo. Isso endossa a tese da perseguição integralista. Para escrever a história e ter sua peça encenada, nosso autor não precisava residir na cidade. Mas, para participar da comissão dos festejos, que já estava em atividade um ano antes de setembro de 1950, ele provavelmente teria que estar lá. Apesar de estar sem seu maior expoente intelectual, esta geração consolidou seu domínio local nas festividades do centenário, e propiciou o suporte político e econômico para que a história contada por Ferreira da Silva fosse tornada hegemônica, até o florescimento de “versões acadêmicas” sobre a história de Blumenau.

A programação dos festejos foi feita em dois idiomas. Há a versão em português e a versão em língua alemã. Isso faz sentido, se pensarmos que o número de falantes deste idioma aparenta ser bastante elevado na cidade. E faz ainda mais sentido quando expusermos, posteriormente, como o domínio do idioma alemão foi um importante recurso para legitimar a participação nos espaços de discussão de categorias de identificação para esta geração. Ou seja, não espanta que um grupo que tem sua legitimidade calcada (entre outras variáveis) no domínio de um idioma específico traga este nas suas produções. Mas, lembremos, haviam se passado apenas alguns anos da campanha de nacionalização, que foi particularmente intensa em Blumenau. Aparentemente, usar o idioma alemão em público não era mais uma preocupação.

No centenário de colonização da cidade, Ferreira da Silva era uma das maiores referências de história local, já que foi convidado a escrever a história de Blumenau para o livro comemorativo. Pode-se argumentar, contra isso, que a proposta veio de um padre católico, uma fração de classe com a qual nosso autor mantinha algumas amizades (há um elevado número de correspondências entre ele e padres, bispos, etc. Além disso, ele estudou num colégio e frequentou um seminário administrados por jesuítas). Mas, junto com Emmendoerfer, a comissão organizadora dos festejos também contava com Hercílio Deeke e Ingo Hering, por exemplo, membros das UDN (partido a qual Ferreira da Silva nunca pertenceu) que saíram vencedores das eleições daquele ano como prefeito e vereador mais votado, respectivamente. O curioso é que Deeke venceu o próprio Ferreira da Silva no pleito. Ou seja, eram adversários políticos, já que nosso autor nunca foi udenista, e estes dominaram o cenário político em Blumenau ao menos até 1964, quando o partido deixou de existir. Mas nenhum udenista da comissão barrou o nome de nosso autor, o que nos indica que, a despeito de ser seu adversário no espaço político, tinha prestígio junto a este grupo, enquanto um intelectual que fala de (e em nome de) Blumenau.

É interessante notar os sinais da amplitude do prestígio atribuído ao autor. Além de ser considerado alguém capacitado para falar sobre a história da cidade e de seus principais personagens, ele tinha um prestígio que ia além do papel de contar histórias “reais”. Em dois de Setembro de 1950, dia de centenário de Blumenau, às 20h30min, a “ópera blumenauense” Anita Garibaldi, cujo texto foi escrito por Ferreira da Silva, foi encenada no Teatro Carlos Gomes. Portanto, textos “artísticos” também foram escritos por ele. E ele tinha autoridade para, no dia do centenário de Blumenau, num horário que se

supõe bastante relevante, ter uma ópera de sua autoria apresentada. Isto nos leva a conjecturar que a autoridade do qual ele dispunha perante o grupo que o suportava não era associada exclusivamente à sua atuação enquanto historiador autodidata. Ela é mais ampla, e se encaixa no rótulo de “autoridade intelectual”, o manipulador de bens simbólicos de caráter generalista, que não é especializado num tipo específico de operação, mas que deve dominar o “uso da palavra” em sua totalidade.

As comemorações do centenário de colonização da cidade não acabaram ali. A Comissão Central dos Festejos foi o embrião da primeira organização a se postar como guardião da história local a efetivamente sair do papel, depois das tentativas frustradas do Instituto Histórico e Cultural do Vale do Itajaí.

A Sociedade dos Amigos de Blumenau, portanto, teve origem quando, em meio às reuniões dos festejos, veio à tona o assunto de criar um grande monumento que lembrasse a passagem do centenário. Ernesto Emmendoerfer, então, teria proposto a criação de um monumento vivo, como uma “Casa Dr. Blumenau”. Para isto, Edith Gaertner doou um terreno localizado na Avenida Duque de Caxias, no coração do antigo *Stadtplatz* (centro da colônia). Ali, já em dez de Setembro de 1950, foi lançada a pedra fundamental da Casa Dr. Blumenau, bem como o grupo que pretendia tomar para si as responsabilidades de idealizar, construir e manter o empreendimento: a Sociedade dos Amigos de Blumenau. Emmendoerfer, então, discursou sobre os objetivos da instituição:

Onde estiverem em jogo os interesses da comuna, presentes estarão os Amigos de Blumenau, para estimular e fomentar as atividades construtivas, para rebater as objurgatórias que nos lançam os que não nos conhecem, para defender o direito de servir ao Brasil, com dedicação, na lealdade de nosso caráter, dentro de nossas tradições, mesmo com cabelos loiros, olhos azuis e com árvores de Natal dentro de nossas casas. (EMMENDOERFER In “A Correspondência, ano I, nº I, julho de 1953, p. 01)

Portanto, a criação da SAB foi justificada publicamente por dois pontos fundamentais: cultuar o passado da cidade e o legado deixado por seus antecessores (ou sua origem alemã), e mostrar que este pode coexistir, inclusive como uma relação necessária, com a lealdade para com o Brasil, o que havia sido posto em dúvida anos antes. A Casa Dr. Blumenau deveria ser o local onde isso seria consolidado, sendo um

“palácio de cultura”, a partir da tríade museu, arquivo histórico e biblioteca.

Mas a criação de ambas não foi tão rápido. A SAB tomou forma a partir de Abril de 1952, quando, no dia vinte e sete, numa assembleia realizada no Teatro Carlos Gomes a instituiu oficialmente, além de aprovar seus primeiros estatutos e eleger sua diretoria provisória. Meses depois, foi criada, pela prefeitura municipal, a Casa Dr. Blumenau³, e sua administração entregue a SAB. Convém notar, aqui, que a esta era uma entidade de direito privado, ou seja, não respondia a prefeitura municipal. Porém, deveria administrar um órgão público, recebendo subvenções para este fim. Foi uma maneira de privatizar categorias de identificação públicas, e, com isso, manter possíveis oscilações futuras da política municipal fora das políticas culturais. É o que Ferreira da Silva alega para Ernesto Emmendoerfer, quando, em carta enviada de Curitiba em 1952, afirma que está enviando, para o Arquivo Histórico, o livro de entrada de imigrantes, iniciado em 1850, que estava em sua posse desde a campanha de nacionalização. Porém, ele faz um apelo para que o frei o guarde com ele, em local seguro, até o controle da SAB sobre o arquivo histórico estar estabilizado, para que nenhum “nacionalista” (entre aspas no original) possa usá-lo para perseguir os descendentes de alemães blumenauenses. É bom lembrar, que, durante o governo Vargas, questões políticas inviabilizaram instituição semelhante. Inclusive, alguns idealizadores daquela faziam parte da SAB, como veremos no próximo item.

De acordo com seus estatutos, que tiveram sua primeira versão em 1952 e foram modificados em 1963, a SAB seria dirigida por uma diretoria composta por um presidente e um vice, secretário e um assistente, e dois tesoureiros, mais um presidente de honra, cargo que seria sempre destinado ao prefeito da cidade. Além disso, haveria um conselho deliberativo de dez membros, que teria poder de veto sobre as ações da diretoria, com decisões finais cabendo à assembleia, com esta tendo a soberania nas decisões. Porém, o que parece ter acontecido foi que, a despeito de toda essa estrutura administrativa, a diretoria sempre tomou as decisões sem qualquer tipo de impedimento, seja do conselho, seja da reunião de todos os membros.

Aliás, é perceptível o pouco envolvimento da maioria dos sócios nos trabalhos da instituição. Nas atas que pudemos consultar, com exceção da primeira, de instalação da Sociedade, sempre houve poucos

³ Vide lei 353/52 de Blumenau (SC).

presentes, pois as sessões sempre eram suspensas por meia hora, por falta de quórum.

Dessa maneira, como os membros da diretoria eram os mais atuantes da SAB, vamos dedicar nossa atenção a compreender qual o perfil social dos agentes centrais da constituição e atuação da Sociedade, para compreender quem eram os “grandes nomes” que se dedicavam ao trabalho de mediação cultural, principalmente como suportes da construção de discursos de identificação. É difícil estabelecer um critério para justificar as nossas escolhas nesse quesito. Alguns fatores pautarão as nossas escolhas. Primeiro, a permanência como membro da Sociedade, especialmente em cargos decisórios (presidente, vice-presidente e secretário). Segundo, o fato de todos terem o hábito da escrita, ainda que de pequenos textos, pouco divulgados. Chegamos, portanto, a alguns nomes: frei Ernesto Emmendoerfer, Ingo Hering, Frederico Kilian e Hercílio Deeke, quatro agentes centrais para a existência da SAB, e conseqüente manutenção da história proposta nas comemorações do centenário. Sobre os demais membros da diretoria, buscaremos falar de alguns detalhes, embora as fontes documentais sobre eles sejam escassas.

O presidente Ernesto Emmendoerfer nasceu em Gaspar, cidade vizinha de Blumenau (mas que nunca pertenceu ao território da nossa cidade), em 1987. Não sabemos qual sua origem familiar, nem onde foi educado. Só podemos conjecturar que, provavelmente, passou pelo seminário franciscano de Rodeio, á época parte de Blumenau. Em 1920, foi ordenado sacerdote. Posteriormente, foi diretor do Colégio Santo Antonio, vinculado a Paróquia São Paulo Apóstolo, e um dos mais reputados por agentes bem posicionados na estrutura de poder local, ao lado do Colégio Sagrada Família (também vinculado à paróquia, exclusiva para meninas) e da Escola Nova (esta vinculada a paróquia luterana, e, com a campanha de nacionalização, foi transformada em Grupo Escolar Pedro II)⁴. Foi lá, provavelmente, que ele conheceu José Ferreira da Silva, que foi inspetor de ensino ali no começo dos anos 1930. O seu trabalho, inclusive, inaugurou o ginásio no “Santo Antonio”, que, naquela época, era o único de Blumenau, e um dos poucos de Santa Catarina a possuir o curso para adolescentes.

⁴ Isso é evidenciado no préstito das comemorações do centenário de colonização, quando apenas estas três escolas foram escolhidas para desfilar, e, portanto, representar Blumenau.

Permaneceu no cargo por vinte e seis anos, e, nessa posição, participou dos festejos do centenário e foi o primeiro presidente da SAB, tendo sido encarregado de proferir o discurso no lançamento da pedra fundamental da Casa Dr. Blumenau. Depois de renunciar a presidência da Sociedade, em 1963, Emmendoerfer vai para a Alemanha, onde reside num convento de freiras, falecendo em 1980. Apesar do “sobrenome alemão”, não podemos afirmar que ele falava fluentemente o idioma, embora isso fosse bastante provável, haja vista que ele morou na Alemanha nos últimos anos de sua vida, além de viajar para lá, pelo menos uma vez, durante a década de 1950.

O secretário geral, Frederico Killian, nasceu em Palhoça, em 1898. Era o filho caçula de Eduard Kilian e Helena Kilian, ambos imigrantes germânicos. Lá, frequentou a escola alemã, que era propriedade de seu pai. A preocupação do luterano Eduard em prover uma educação “germânica” para seu filho fica evidente, quando, aos treze anos, Frederico é enviado para Blumenau, para estudar na Escola Nova, em regime de internato. Lá, fica claro que o ensino era, ao menos, bilíngue. Os seus boletins, por exemplo, que são documentos expedidos pela escola, são todos escritos em alemão. Portanto, Kilian foi educado desde pequeno no idioma de seus pais. Não podemos afirmar, contudo, onde e quando aprendeu o português. Depois disso, trabalhou em diversos lugares. Foi professor e trabalhou como ajudante de um escrivão, em territórios do interior da cidade. Depois, foi para Florianópolis, onde prestou serviço militar. Voltou para Blumenau como reservista do exército, em 1922, com vinte e quatro anos. Dali foi enviado para Massaranduba (parte de Blumenau, na época), onde foi escrivão interino. Ali, casou com Gertrud Muller, filha de Frederico Muller, o escrivão que ele auxiliava antes do exército. Isso nos indica que um motivo para a sua volta à cidade, depois do exército, foi para desposar a moça, já que não tinha familiares (seus pais moravam em Florianópolis) nem emprego ali. Em 1927, foi nomeado escrivão de Orfãos e Ausentes, Provedoria e Feitos da Fazenda da comarca de Blumenau, permanecendo no emprego até sua aposentadoria, em 1953. Portanto, já deveria estar em processo de aposentadoria quando a SAB foi estabelecida. Antes disso, porém, já havia participado dos movimentos para a criação do Instituto Histórico e Cultural do Vale do Itajaí, no começo dos anos 1930. Participar destes espaços de construção de categorias de identificação, portanto, já era uma preocupação de Kilian muito antes da aposentadoria. Lembrando que, especialmente neste caso, ele estava acompanhado de nomes muito mais consolidados do que ele na cidade, como Vitor Konder e Curt Hering, por exemplo,

um político e um industrial/político. Não podemos falar das intenções do agente, mas podemos afirmar que participar de qualquer associação, com pessoas tão bem posicionadas na distribuição de poder (especialmente de origem no espaço político) era uma vantagem para alguém que é “estranho” as “aristocracias locais”. Isso reforça nossa afirmação de que a participação nestes “espaços culturais”, como a SAB, tem um efeito de consagração e manutenção de laços sociais. Kilian era próximo de Hercílio Deeke, pois foi chefe de gabinete durante o seu segundo mandato como prefeito. Depois da dissolução da Sociedade, em 1973, Killian continuou ligado a Fundação Casa Dr. Blumenau. Foi membro, por duas vezes, do conselho curador da instituição (biênios 1983-1985, 1991-1993). Em 1982, foi homenageado com o título de “cidadão blumenauense”.

Sobre Orlando Ferreira de Mello, Max Altenburg e Alfredo Kaestner, os outros membros da primeira e mais longa diretoria, pouco pode ser dito. Na ata de instalação da SAB, a profissão de Ferreira de Mello é descrita como “professor catedrático”. A denominação, que pretende demonstrar que ele é superior a um “professor”, nos indica que ele provavelmente lecionava nos colégios vinculados às camadas abastadas de Blumenau, que, naquela época, ainda eram o Santo Antônio e o Sagrada Família. Ou seja, possivelmente era subordinado do frei Emmendoerfer. Mas não ficou em Blumenau muito tempo depois disso, tendo se mudado para Florianópolis. Alfredo Kaestner, o primeiro tesoureiro, aparenta ser homem de confiança dos udenistas locais. Era o secretário da fazenda na gestão Busch Jr., que administrava a cidade no centenário de colonização. Também tesoureiro da comissão central dos festejos, permaneceu como tesoureiro após 1963, já na gestão de Hercílio Deeke. A única coisa que sabemos sobre Kaestner é que ele era de confissão luterana e participava da comunidade luterana do centro de Blumenau. Portanto, circulava num espaço comum a boa parte das elites blumenauenses nessa época. Algo semelhante pode ser dito de Max Altenburg. A única coisa que sabemos sobre ele é que era de confissão luterana.

Depois de onze anos, a diretoria e os estatutos da SAB foram reformulados, num período que coincide com a volta de José Ferreira da Silva para a cidade, para ocupar o cargo de bibliotecário. O segundo presidente, Hercílio Deeke, é filho de José e Emma Deeke. Conforme exposto anteriormente, José, que era nascido no Brasil, era filho de Frederico Deeke, um batedor do mato que, por seu trabalho, vivia a maior parte do tempo longe de casa. Devido a circunstâncias familiares,

foi educado, desde a adolescência, por seu tio Henrique Krohberger, que era engenheiro. Depois de se tornar agrimensor e trabalhar por alguns anos no planalto serrano, foi diretor da colônias da Companhia Colonizadora Hanseática, no interior de Blumenau. Depois disso, escreveu poesias e o primeiro livro dedicado a tratar da história de Blumenau, em 1914. Foi convidado a escrever no livro do centenário da imigração alemã no Brasil, em 1929. Sua esposa, Emma, também escrevia, tendo colaborado com jornais e almanaques locais. Dois filhos do casal, certamente, “herdaram” a predileção de seus pais pela atividade intelectual, especialmente sobre Blumenau. Além de Hercílio, a filha mais velha, Cristiana, foi responsável por cuidar do arquivo histórico municipal desde antes da existência da SAB, tendo a sido a segunda a exercer esta função na cidade, permanecendo lá até 1977.

Hercílio Deeke, portanto, vem de um dos berços privilegiados de Blumenau. Nascido em 1910, de família luterana, fez o curso primário na escola alemã da sede da colônia Hansa, onde seu pai trabalhava. Concluiu o ginásio no Colégio Santo Antonio, já sob a direção de seu futuro aliado, frei Ernesto Emmendoerfer, formando-se contador. Depois, chegou a estudar engenharia no Instituto Politécnico de Florianópolis. Em 1927, com apenas dezessete anos, voltou a Hansa para exercer a função de auxiliar técnico do diretor da colônia, que, afinal, era de seu pai. Com a saída de José da direção, já no ano seguinte, Hercílio serve voluntariamente ao exército, e quando volta a Blumenau, é tornado contador substituto na “Caixa Agrícola de Blumenau”, banco com sede na cidade. Em 1936, o banco é reformulado, virando o “Banco Agrícola e Comercial de Blumenau”, e Hercílio é eleito seu diretor. Permanece no cargo até 1942, quando o “Banco Industria e Comércio de Santa Catarina” (INCO), banco com sede em Itajaí, vinculado ao grupo familiar Konder, compra o congênere blumenauense. Hercílio, porém, é mantido como gerente. Reunindo excelentes credenciais, no final dos anos 1940, ele se torna um agente central na estrutura de distribuição de poder local, após o fim do Estado Novo. Torna-se, além de alto funcionário do Inco, também aliado político dos Konder, ao ingressar na UDN. Chefia a Comissão Central dos Festejos do centenário de Blumenau. No mesmo ano, vence José Ferreira da Silva, adversário no espaço político, e ganha o cargo de prefeito. Em 1952, se torna membro fundador e presidente de honra da SAB. Ou seja, atuou em ao menos três diferentes espaços, tendo alcançado cargos dirigentes em todos eles. Na política, ainda seria deputado e secretário de estado da fazenda, antes de ter seu segundo mandato a frente da prefeitura. No espaço de construção de categorias

de identificação, foi presidente da SAB, o grupo dominante desta disputa. Na vida profissional, foi gerente do banco mais importante do estado até sua aposentadoria, em 1968, quando o Inco foi absorvido pelo Bradesco, banco de atuação nacional. Apesar de ter expandido seu espaço de atuação em relação a sua origem familiar, é perceptível a influência do gosto pela atividade intelectual, herança de seus pais.

Já nos anos finais da SAB, o biênio 1971/ 1973, Ferreira da Silva, já um intelectual consolidado, é eleito presidente, cargo que acumulou com o de diretor da recém fundada Casa Dr. Blumenau. Temos, portanto, cinco agentes centrais para a fundação e existência da Sociedade. A primeira coisa que nos chama a atenção é que, destes cinco, três não nasceram na cidade (Emmendoerfer, Kilian e Ferreira da Silva), ao passo que dois nasceram (Deeke e Hering) Os que não nasceram tinham origem mais humilde. Os nativos, ao contrário, provinham de famílias abastadas, centrais na estrutura de poder local, o que pode indicar que estar na SAB, para os “forasteiros”, era importante para criar e manter vínculos com um grupo que lhes seria inacessível de outro modo. Para os outros, a origem familiar explica, parcialmente, a escolha por se dedicar ao trabalho de construção de categorias de identificação.

A distribuição por confissão religiosa não é muito significativa aqui, pois temos três luteranos e dois católicos. Todos eles passaram ao menos por uma instituição de ensino prestigiada, apesar de nenhum deles possuir algum tipo de ensino superior ligado a atividade intelectual. Portanto, não são estes os atributos que caracterizam a sua legitimidade enquanto mediadores culturais e intelectuais, com exceção talvez do fato de todos terem passado por uma “educação religiosa”, pela incorporação de certa disciplina. Mas, no alcance de nossa pesquisa, não podemos afirmar nada a esse respeito. É importante notar que a legitimidade para constituir um espaço de construção de categorias de identificação passa, além do domínio do idioma alemão, na ocupação de posições de destaque em outros espaços. Em 1950, Deeke já era gerente do Inco, além de estar começando uma carreira política na UDN, partido que dominou Blumenau no período 1945-1964. Kilian já era escrivão vitalício de um cartório. Emmendoerfer era padre e diretor do Colégio Santo Antonio. Ferreira da Silva já tinha sólida reputação enquanto intelectual regional, além de ter sido prefeito e vereador.

Em 1953, a SAB lançava o primeiro número de “Correspondência: órgão da Sociedade dos Amigos de Blumenau”. O presidente Emmendoerfer afirma que, tendo em vista as dificuldades

para a concretização do grande objetivo, a Casa Dr. Blumenau, foi idealizada uma publicação a ser distribuída gratuitamente entre os sócios, com os objetivos principais de informá-los das ações da diretoria, e manter um fluxo de ideias entre estes, através do envio de pesquisas, especialmente sobre Blumenau. A ideia de publicação de pesquisas de sócios é semelhante ao que os Institutos Históricos e Geográficos, como o IHGSC, fizeram, mantendo a publicação de revistas para este fim.

A publicação, que se pretendia mensal, acabou tendo intervalos bem maiores. Entre 1953 a 1956, foram publicados oito números. Nem todos os artigos eram assinados. De vinte e dois que o eram, quinze (mais de 70%) foram escritos por membros da diretoria contemporânea. É importante lembrar, porém, que apenas três de sete membros da diretoria escreviam: O presidente Emmendoerfer e os secretários Killian e Orlando Ferreira de Melo. Todavia, se considerarmos os futuros membros da diretoria, José Ferreira da Silva e Hercílio Deeke, o domínio dos artigos sobe para dezenove dentre vinte e dois. Ou seja, os agentes que dirigiam ou que dirigiriam a SAB, também dominaram o mecanismo de circulação interna do grupo.

A SAB tinha, pelo menos, cento e vinte e cinco sócios fundadores, cujos nomes estão disponíveis num livro de registros. Mas será que todas essas pessoas estavam engajadas na missão de preservar a história, o patrimônio, a cultura e a tradição blumenauense?

Nos relatórios das atividades da diretoria, há uma questão que aparece repetidamente em alguns números. Parece haver certa confusão com relação às finalidades da SAB. Com o tempo, começaram a surgir reclamações por parte dos sócios. No nº 6, de março de 1955, o relatório da diretoria afirma que, como a SAB era uma entidade com fins “exclusivamente culturais”, não poderia oferecer divertimentos a seus sócios, mas que deveria, pelo contrário, exigir sacrifícios, que seriam recompensados com o “engrandecimento” de Blumenau. No nº 8, novamente o relatório afirma que, apesar de não promover “ruidosas atrações”, a SAB não se encontrava “adormecida”, apesar de suas ações passarem despercebidas da maior parte da população e dos sócios.

Aquí, devemos levar em consideração que a Sociedade foi fundada por pessoas bem localizadas na estrutura de poder municipal. Basta percebermos que ali havia prefeitos, religiosos, industriais, professores, dono de cartório. Ou seja, apenas pessoas bem posicionadas dentro desta estrutura. O pertencimento como sócio deste grupo, portanto, pode ter sido encarado por alguns sócios como uma

interessante estratégia de consagração social, menos do que como um mecanismo para agir pela Casa Dr. Blumenau.

A correspondência ainda nos mostra outra questão importante. Como, afinal, a SAB era mantida financeiramente. Em primeiro lugar, havia a cobrança de mensalidades dos sócios. Além das pessoas físicas, havia pessoas jurídicas que contribuía mensalmente com a Sociedade, como a Empresa Industrial Garcia, a Indústria Têxtil Cia. Hering, por exemplo. Como uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, portanto, um clube restrito, a SAB tinha excelentes relações com o poder público. A lei 711/1955, por exemplo, concede uma subvenção anual de vinte e quatro mil cruzeiros para o grupo, a ser paga pela Prefeitura Municipal. Além disso, qualquer recurso destinado a Casa Dr. Blumenau deveria ser entregue a SAB. Também foram doadas cópias do Livro do Centenário, para que o grupo os revendesse. Além destas duas grandes fontes de renda, subvenções da prefeitura e as mensalidades pagas pelos sócios, o grupo sobrevivia com pequenas doações.

No número 8 (Outubro de 1956), a diretoria expõe um relatório no qual afirma que está mantendo a publicação da Correspondência, apesar da comissão responsável por esta tarefa não estar se reunindo com frequência. Porém, aquela foi a última edição do periódico.

Em 1957, José Ferreira da Silva, talvez motivado pelo desaparecimento da Correspondência, toma a iniciativa de editar, mesmo residindo em Curitiba, uma revista focada em falar da história regional. Surgia Blumenau em Cadernos, revista que é editada até hoje. O seu formato era de cerca de vinte páginas, que se pretendiam mensais. Para conseguir os textos que seriam publicados, Ferreira da Silva pedia colaborações de diferentes autores, como Lucas Boiteux, Oswaldo Rodrigues Cabral, Silvio Coelho dos Santos e Walter Piazza, por exemplo. Segundo Schmitt (2011), a revista, apesar de editada e impressa por seu autor em Curitiba, tinha sua logística de distribuição e assinaturas baseada em Blumenau. Ou seja, era uma revista feita para ser distribuída ali, não em Curitiba. A caixa postal responsável por esse serviço era de E. Ferreira da Silva. Depois, nos anos 1960, Frederico Kilian também aparece como responsável pelas assinaturas e distribuição. (SCHMITT, 2011)

Segundo Schmitt (2011), a impressão e a distribuição eram mantidas com recursos do editor, segundo ele mesmo. Entretanto, há outras fontes sazonais de renda que auxiliavam a manutenção da revista. Em primeiro lugar, as assinaturas, que foram cobradas desde o primeiro número. Houve ajuda da prefeitura municipal de Blumenau para a publicação, como em 1958, quando esta, além de fixar a ajuda

financeira, obrigava Ferreira da Silva a repassar cem cópias para o município. A cooperação com empresas locais também é notável. Havia algumas páginas reservadas para anunciantes. Estes foram, nestes primeiros anos, principalmente empresas blumenauenses, como a Eletro-Aço Altona e as Indústrias Hering, presumivelmente interessadas, pois divulgar a história de Blumenau era, por consequência, divulgar as suas próprias, além da dos seus fundadores. Além disso, havia agradecimentos a cooperadores, empresas e pessoas que ajudavam financeiramente, mas não publicavam anúncios. Com a ampliação do raio de distribuição, a revista recebeu colaborações muito distantes dos usuais empresários blumenauenses. Em 1973, cerca de um ano antes do falecimento de seu editor, já haviam doadores de estados vizinhos, como São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro. (SCHMITT, 2011)

Ou seja, Ferreira da Silva deixou uma prestigiada revista, que vendeu, desde o seu nome, Blumenau para outros estados do país, através da sua história e enaltecimento de grandes figuras. A capa do primeiro número, afinal, mostra a imagem da Praça Dr. Blumenau, com destaque para a estátua deste, destacando o pioneirismo. Nada que destoe do que o editor, seus colaboradores ou demais porta-vozes da cidade no período produziram, como veremos adiante.

A construção da Casa Dr. Blumenau sempre foi o principal objetivo da SAB. No discurso de lançamento da pedra fundamental, Emmendoerfer diz isso. Um palácio de cultura, que deveria zelar pelo “legado” blumenauense, inspirar aquelas gerações através do conhecimento de seu passado. A proposta estava baseada em unir, no mesmo prédio, o Arquivo Histórico (que na época funcionava na prefeitura), um museu e uma biblioteca, centralizando, assim, grande parte da atividade cultural do município em torno da SAB.

No nº 1 da Correspondência, o diretor do Colégio Santo Antonio sublinha as dificuldades relativas ao estabelecimento da Casa Dr. Blumenau (grande finalidade da Sociedade, segundo seus estatutos). No nº 2, os sócios são informados de que o prédio que deveria ser utilizado para este fim estava em péssimas condições e não havia nada a fazer senão o demolir. Foram feitos planos para uma nova sede, que, até quando durou a Correspondência, não saíram do papel.

Depois do incêndio de 1958, e a perda de grande parte do Arquivo Histórico, os planos para a edificação de um novo prédio para a Casa Dr. Blumenau ganharam novo impulso. Na carta em que avisa Ferreira da Silva do incêndio, Emmendoerfer diz que há apenas um interessado na construção da Casa Dr. Blumenau, uma firma de nome “Leyen arquitetos”. Em carta remetida entre 1956 e 1960, período em

que esteve a frente da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina, Hercílio Deeke afirma que havia sido reservada no orçamento estadual uma verba de um milhão de cruzeiros, exclusiva para auxiliar a construção da Casa Dr. Blumenau, sob a responsabilidade da diretoria da SAB.

O projeto de Leyen foi o vencedor de concurso realizado em 1959. Este tinha contornos bastante distintos da arquitetura normalmente encontrada na cidade, a época. Nada que passasse perto do famoso enxaimel, que seria alçado ao posto de estilo típico local, no final dos anos 1970. Ele lembrava o Museu de Arte de São Paulo, com sua estrutura a mostra, além das linhas retas. Porém, ele nunca chegou a ser inaugurado. Um relatório da diretoria, de 18 de novembro de 1960, afirma que o método utilizado pela Leyen para a construção dos alicerces foi ineficiente, tendo feito os prédios vizinhos ruírem, atrasando a base da Casa Dr. Blumenau em mais de um ano. Após conflitos com os engenheiros responsáveis, foi contratada a paulista Estacas Franki para a construção da fundação do edifício, o que foi concluído, segundo o relatório. As obras, entretanto, estavam paralisadas, devido a falta dos recursos financeiros necessários para a conclusão da obra. Daí em diante, não há mais notícias do que aconteceu, mas podemos afirmar que o tão sonhado edifício não foi concluído, ficando, por ora, incompleto o grande objetivo da SAB: a Casa Dr. Blumenau ainda não saíra do papel.

3.3 QUANDO SURGE O TURISMO

Na primeira década de existência da SAB, promover o turismo em Blumenau não era uma grande preocupação. A partir dos anos 1970, porém, o turismo será fundamental para a construção de um discurso que aproxima “Blumenau” e “germanidade”, através de duas coisas. A primeira foi a construção de uma paisagem que foi chamada de “tipicamente alemã”. Posteriormente, a criação da *Oktoberfest*, inspirada na festa homônima de Munique, no sul da Alemanha, consolidou ainda mais a imagem de “cidade alemã”. Portanto, é importante, para nós, entender os principais aspectos do planejamento turístico local.

Um dos primeiros passos para tornar essa atividade importante na cidade foi dado com a volta de José Ferreira da Silva para Blumenau, em 1962, para assumir a direção da Biblioteca Municipal Fritz Muller, durante o governo de Hercílio Deeke. Se estabelecendo definitivamente na cidade, ele iria retomar o prestígio que tinha em Blumenau, tornando-se bastante próximo da administração municipal.

Em 1963, ele era chefe do serviço de relações públicas e estatísticas da Prefeitura, além de diretor da Biblioteca Municipal Fritz Muller. Como funcionário da prefeitura, Deeke o encarrega de tomar as providências para a fundação de um departamento para tratar da promoção do turismo na cidade, para assessorar diretamente o prefeito municipal, para fomentar a atividade na cidade. Buscando um modelo a ser seguido, Ferreira da Silva mandou cartas aos departamentos de turismo das prefeituras de Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro, solicitando qualquer tipo de ajuda neste sentido. Aparentemente, não obteve resposta. Também falou repetidamente sobre este assunto com seu amigo Ernesto Pujol Filho, diretor de um órgão de promoção de turismo vinculado ao governo do estado do Paraná (onde nosso autor residiu por alguns anos, é bom lembrar). Porém, os assuntos tratados em cartas não incluía circulação de modelos institucionais. Pujol, porém, foi informado dos passos relativos ao estabelecimento de Departamento, sempre demonstrando interesse pelo tema.

Para o jornal “O Estado”, do qual era correspondente, Ferreira da Silva diz que o número de turistas crescia a cada ano em Blumenau, o que fazia com que fosse necessário criar um órgão para explorar a atividade. Isso já havia sido aconselhado, segundo ele, pelas “classes produtoras do município”, numa provável referência a diretores de fábricas da cidade. Segundo ele, isso beneficiaria, de maneira imediata, o comércio e as indústrias locais. Mas, “em última análise”, a grande beneficiada seria “a coletividade”. Sobre os atrativos da cidade, nosso autor passa longe de referências a algum tipo de imagem de cidade alemã. Os encantos de Blumenau estariam concentrados na sua “natureza bucólica” e nas suas “iniciativas de grande interesse econômico”, numa clara referência as grandes indústrias locais.

Em 27 de junho de 1963, foi criado o Departamento Municipal de Turismo, e Ferreira da Silva assume o posto de seu diretor, num cargo não remunerado. Trabalhando sozinho, e alegadamente sem recursos a disposição (algo do qual ele lembrou diversas vezes, em diferentes textos), o turismo em Blumenau começou aos poucos, para se consolidar a imagem de “cidade alemã” nas décadas seguintes. Nosso autor escreveu e distribuiu o “Guia Turístico de Blumenau”, além de responder correspondências que solicitavam informações sobre a cidade, e remetê-las a jornais de grandes cidades do país.

Aqui, é importante lembrar que Ferreira da Silva fez uma viagem para a Alemanha Ocidental de 1964, a convite do consulado alemão. Um dos lugares pelos quais ele passou foi Frankfurt, na qual conheceu o departamento de turismo local. Ele diz em carta ao Carlos

Ficker, intelectual de Joinville (SC), que ficou impressionado com a eficiência e organização do referido órgão.

Além deste trabalho de divulgação, há uma preocupação do diretor com a imagem que a cidade passa aos turistas. Em janeiro de 1965, ele escreveu ao juiz de menores de Blumenau. Segue trecho da carta: “Sobem a mais de uma dezena, as reclamações que foram trazidas a esse departamento por turistas, molestados por menores desocupados, que perambulam, em grande número, pelas ruas da cidade”. Podemos perceber, portanto, a preocupação de Ferreira da Silva em manter a “ordem” local, tendo em vista a o bem-estar do turista. Quase não há nenhuma menção ao bem estar ou as situações que condicionam as ações das crianças. A única preocupação que Ferreira da Silva deixa transparecer com estas é a de que os visitantes tem a impressão de que em Blumenau as autoridades dão pouca importância ao “problema do menor”.

Também no começo de 1965, nosso autor demonstra preocupação com o estado das vias publicas da cidade. Ele escreve para Udo Schadrack, diretor da Casa Moellmann, antiga loja situada num ponto central da cidade, na rua XV de Novembro, muito próxima da igreja católica. Na carta, ele solicita que seja feita a reforma da calçada em frente ao edifício do qual o comerciante era proprietário, para manter uma suposta imagem “limpa e organizada” de Blumenau.

Em 31 de janeiro de 1966, o industrial Carlos Curt Zadrozny assume o cargo de prefeito municipal, para o qual fora eleito no ano anterior. Ligado a Empresa Industrial Garcia, Zadrozny já incluiu o turismo como uma das prioridades de seu plano de governo. Isso reforça a ideia de que agentes ligados às indústrias locais tinham interesse no fortalecimento do turismo. E disso derivam duas questões, que, infelizmente, não podemos responder como gostaríamos. O porquê de tal interesse e se houve uma mobilização da fração de classe ligada a direção das grandes indústrias locais. A primeira pergunta é indicada por no texto de Ferreira da Silva citado anteriormente. Ele diz que o comércio e a indústria seriam beneficiados financeiramente com um possível aumento da atividade turística. O motivo do interesse pode ter sido criar uma alternativa econômica para estes setores, aproveitando o potencial das grandes indústrias têxteis locais. Porém, em nossas consultas não encontramos qualquer material que reforce esta (ou qualquer outra) hipótese. Como eles se mobilizaram também é incerto. Se nosso autor afirma que o interesse partiu de “classes industriais”, ou seja, de agentes ligados a indústria. Porém, não encontramos nenhuma mostra de que um grupo ligado aos grandes empresários locais, como a

Associação Empresarial de Blumenau (ACIB) ou o Sindicato das Indústrias de Fiação, Tecelagem e do Vestuário (SINTEX) tenham agido em favor da promoção do turismo, nem de que tenha havido qualquer tipo de ação conjunta de um grupo “empresarial” ou “industrial” do mesmo caráter.

Depois da posse, a gestão de Zadrozny demonstrou interesse nas atividades do Departamento Municipal de Turismo. Foi criada a Comissão de Planejamento, para assessorar o prefeito em questões referentes ao futuro de Blumenau. O presidente desta comissão, Hércio Reis Fausto parece ter enviado uma carta a Ferreira da Silva, solicitando algum tipo de relatório sobre suas atividades. Ele então expôs, como se deu a criação do departamento, seus objetivos e suas opiniões sobre o assunto. Segundo ele, não havia condições necessárias para a manutenção de um departamento específico para o turismo. A sua crítica está baseada em três pontos, a falta de financiamento por parte da prefeitura, uma rede hoteleira insuficiente para atender a demanda e a falta de atrativos turísticos. Nosso autor fornece sugestões para aprimorar os três pontos, e uma coisa chama a atenção. Ao sugerir possíveis atrativos turísticos, o autor não cita, em momento algum, a criação de algo “típico” ou que lembre certa “origem alemã” da cidade, embora esteja preocupado com a diversão dos turistas, já que propôs a criação de um restaurante, para que houvesse “vida noturna”, o que nos remete a *Oktoberfest*, que seria criada dezessete anos depois.

Depois disso, Zadrozny reformulou este setor. Ao invés de Departamento, foi criada a Comissão Municipal de Turismo. No decreto de criação, temos o primeiro indicativo de que o turismo em Blumenau entrava numa nova época: “[...] é preciso [...] orientar a organização das festas populares e promover a salvaguarda e valorização do folclore e das tradições locais” A cidade que começará a emergir daí será tratada no próximo capítulo, quando focaremos em mostrar como um poderoso discurso de identificação de “cidade alemã” foi construído, com os primeiros passos dados pela Comissão Municipal de Turismo do governo Zadrozny, que teve José Ferreira da Silva entre seus membros.

3.4 A CONSAGRAÇÃO DE FERREIRA DA SILVA

Como pode ser percebido, pelo menos a partir de sua volta para Blumenau, em 1962, José Ferreira da Silva era a referência mais importante a ser considerada em assuntos relativos à “cultura ou intelectualidade”. Portanto, o principal porta-voz de um restrito grupo que tomava para o si o trabalho de manipulação de categorias de

identificação. A primeira hipótese esboçada por nós foi de que o prestígio e a legitimidade permitida ao autor por estes influentes amigos tinham sua origem em um processo de lógicas multidimensionais. Ou seja, que alianças firmadas no espaço político se expandissem para o espaço de construção de categorias de identificação. Essa hipótese explica, talvez, a proximidade dos principais aliados de Ferreira da Silva. Hercílio Deeke, Ingo Hering e Frederico Kilian eram todos membros da UDN, sendo que os dois primeiros eram descendentes de membros do PRC, e, portanto, jogavam no mesmo lado na política. Mas nosso autor, ao contrário, foi da AIB (contrário ao PRC) e, após o Estado Novo, foi do pequeno PRP (nome do partido por extenso), pelo qual concorreu contra Deeke por duas vezes pelo cargo de prefeito. Adversários na política, portanto. A religião também foi uma hipótese considerada. Mas não faz muito sentido, quando percebemos que Ferreira da Silva, um católico, era suportado por um grupo predominantemente luterano, formado por Hercílio Deeke, Frederico Kilian e Ingo Hering. O único católico era Ernesto Emmendoerfer. Porém, todos os outros porta-vozes deste grupo eram católicos: Paulo Malta Ferraz, Max Tavares D'Amaral e Theobaldo Jamundá.

A sua legitimidade, portanto, parece estar assentada, num primeiro momento, em três fatores. As suas atividades como jornalista, antes do começo de sua produção bibliográfica. Afinal, isso implica em escrever com frequência. E escrever (sobre Blumenau, em diferentes formas, com diferentes linguagens) era um requisito fundamental para que um agente fosse aceito no grupo dirigente da SAB, já que todos os citados acima desenvolveram esta atividade. Apesar de ter sido um dos primeiros a escrever sobre a história de Blumenau em português, Ferreira da Silva possui um trunfo frente aos escritores secundários: dominava o idioma alemão. Apesar de ter nascido em Tijucas, e de não ter nenhum laço familiar com alemães ou descendentes, ele lia e escrevia, além de provavelmente falar o idioma, já que viajou pela Alemanha a convite do consulado alemão no Brasil. O domínio desta língua era fundamental no restrito grupo dirigente da SAB, já que era comum, além de Ferreira da Silva, aos outros quatro agentes. O terceiro fator é a chegada a postos de comando na política municipal. Ou seja, foi só depois de Ferreira da Silva ascender ao cargo de presidente da câmara de vereadores, como membro da Ação Integralista, que apareceu o primeiro sinal de cooperação com agentes vinculados ao núcleo do Partido Republicano, nas tratativas para a constituição do Instituto Histórico e Cultural do Vale do Itajaí. Estes, é bom lembrar, eram antecessores da geração de Hercílio Deeke e Ingo Hering (o pai deste,

Curt Hering, por exemplo), com exceção de Frederico Kilian. Neste momento, Ferreira da Silva e Kilian eram os mais novos do grupo (cerca de quarenta anos), ao passo que, quando da fundação da SAB, eram os mais velhos. Portanto, a entrada de nosso autor nos maiores cargos da política municipal coincidiu com a sua entrada no núcleo intelectual composto majoritariamente por membros do PRC.

Essa estratégia de inserção no espaço intelectual, próxima a esse grupo, foi eficaz para Ferreira da Silva. Embora essa proximidade não fosse suficiente para garantir sua permanência na cidade, aparentemente, foi o suficiente para lhe garantir a possibilidade de ser o autor da história da cidade, contada no livro elaborado pela comissão dos festejos do centenário. Também foi ela que lhe garantiu a participação regular nos assuntos da SAB durante sua primeira década de existência. E, em 1962, lhe deu a direção da Biblioteca Fritz Muller, tornando-o um importante aliado do prefeito Hercílio Deeke, e, em menor grau, de seus sucessores Carlos Zadrozny e Evelásio Vieira.

Analisando a trajetória do autor, podemos perceber como os últimos dez anos de sua vida foram determinantes para consolidá-lo como o grande homem de letras blumenauense de sua geração. Em primeiro lugar, temos a diversificação de sua produção bibliográfica. Se, até 1950, Ferreira da Silva era, antes de qualquer coisa, um historiador de Blumenau, ele expande sua área de atuação, depois de passar a editar a revista Blumenau em Cadernos, que tratava de história estadual, e não apenas da história da cidade. Depois da revista é notável, também, que Ferreira da Silva concentra sua produção escrita, quase que exclusivamente à escrita da história. Mais especificamente, ele desenvolve um interesse específico na história de Itajaí e suas redondezas. Inclusive, foi protagonista de uma polemica com Marcos Konder (irmão de Vitor e Adolfo Konder, dois importantes políticos da primeira república, e autor da primeira versão sobre a história de Itajaí), referente a quem teria sido o pioneiro da colonização local. Ferreira da Silva, inclusive, investiu muito nessa discussão, com várias dezenas de cartas sendo trocadas entre ele e outros intelectuais interessados na disputa, como Lucas Alexandre Boiteux e Carlos Ficker. Publicou dois livros sobre o tema, em 1963 e 1967. Mas foi também neste período, entretanto, que publicou a sua obra definitiva sobre a origem da cidade: História de Blumenau (1972). A publicação só foi possível devida à intercessão de Theobaldo Jamundá, que na época era chefe da divisão de letras da Secretária de cultura de Santa Catarina. No começo dos anos 1970, Ferreira da Silva envia a carta a Jamundá no qual diz que o livro, apesar de pronto há muito tempo, não pudera ser publicado por falta de

financiamento. Neste sentido, ele pede ao amigo para que apele ao “esclarecimento” do governador do estado (Colombo Salles, na época), para que este reserve verba no orçamento estadual para a publicação da obra. E não foi a primeira vez que a amizade de Jamundá, estabelecida nas disputas intelectuais blumenauenses, ajudou Ferreira da Silva. Em 1969, houve movimentos em Florianópolis, com a intenção de revitalizar a Academia Catarinense de Letras, partindo da ideia de expandir a atuação da ACL para o interior de Santa Catarina. Jamundá, secretário da instituição, avisa Ferreira da Silva que sugeriu o seu nome para ocupar a cadeira número quatro da Academia. Portanto, em Setembro de 1969, nosso autor é empossado como um grupo que se propõe a ser “a elite” de intelectuais catarinenses. Antes disso, lembremos, já era sócio desde a década de 1930 do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Nenhum construtor de categorias de identificação sobre Blumenau tinha todo essa envergadura no espaço intelectual catarinense. Mas, é bom lembrar, não existe, necessariamente, continuidade entre o espaço mais amplo (estadual, nesse caso) e o municipal, local. Quer dizer, ser considerado um escritor consagrado, membro secundário de uma elite regional, não implica, obrigatoriamente, que este sequer ocupe posição semelhante (ou melhor) na estrutura de distribuição de poder intelectual de uma sub-região. O contexto no qual Ferreira da Silva se inseriu, contudo, parece ter certa continuidade entre os espaços regional e local. Quer dizer, em Blumenau, ele estava no topo da hierarquia intelectual. E, em Santa Catarina, estava numa posição muito alta, membro de grupos dominantes, com a ACL e o IHGSC. Antes disso, ele já se correspondia frequentemente com acadêmicos da capital, como Oswaldo Rodrigues Cabral e Walter Piazza, especialmente após o começo da publicação de Blumenau em Cadernos. Portanto, a publicação da revista, já como um grande historiador local, começa a abrir caminho para sua consagração no nível mais amplo, até a posse na ACL, momento de maior destaque de sua trajetória intelectual em Santa Catarina.

3.5 O DILEMA DE UMA GERAÇÃO

Como exposto anteriormente, construir a história de uma organização social é uma operação que lida com mais do que fragmentos do passado. Ao identificar uma origem e uma trajetória, as lembranças parciais do passado fornecem referenciais ideológicos para o processo de identificação sobre essa organização social. A memória

sobre o passado da cidade, portanto, cria categorias de identificação sobre o presente desta.

A partir destes pressupostos, vamos discutir os principais referenciais ideológicos da história de Blumenau, conforme chancelada pelo grupo que dominava os discursos de identificação sobre a cidade no período de que trata este capítulo. Já mostramos que o “grupo UDN” retomou o controle da política local imediatamente após o final do Estado Novo e da política de interventores de Getúlio Vargas. Mas os eventos que ficaram conhecidos como “campanha de nacionalização”, a cartilha do Governo Federal visando suprimir manifestações que pudessem ser entendidas como não brasileiras, aliada à participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, e consequente estereótipo atribuído a manifestações entendidas como “alemães” deixaram uma marca que caracterizaram os discursos de identificação neste período.

E a principal versão sobre a história da cidade foi escrita quando as cicatrizes do intervencionismo de Vargas e Nereu Ramos ainda estavam abertas. Conforme vimos no capítulo anterior, os discursos de identificação sobre a cidade no pré Estado Novo enalteciam, em sua absoluta maioria, a importância das “raízes germânicas” para a formação do “sucesso blumenauense”. Após o fim do intervencionismo, porém, esse discurso de exaltação nunca mais foi dominante nos espaços intelectual ou cultural. Nessa conjuntura, em 1950, durante as comemorações do centenário de fundação da então Colônia São Paulo de Blumenau, a Comissão dos Festejos, núcleo hegemônico de discussão cultural e intelectual, edita um livro comemorativo em alusão ao centenário. Como não poderia deixar de ser, havia um espaço dedicado a falar das origens de Blumenau. O escolhido pelo religioso Ernesto Emmendoerfer, coordenador da tarefa, para a escrita foi o ex seminarista e ex-colega no Colégio Santo Antonio, José Ferreira da Silva. Mas, afinal, o que há neste livro, grande legado dessa geração no que diz respeito a discursos de identificação, e o que diz a história de Blumenau, conforme contada por Ferreira da Silva, no momento em que ele escreve com a chancela do “grupo UDN” (é bom lembrar que, embora tenha escrito sobre a cidade na década de 1930, Ferreira da Silva era membro da AIB, e fazia oposição ao grupo supracitado, que na época tinha raízes no PRC) Iremos expor os suportes ideológicos da construção na medida em que estes aparecem no livro. Faremos isto porque, apesar da exposição se tornar um tanto mais confusa, preservará o sentido de unidade com o qual o livro está comprometido.

A primeira página do livro abre com um brasão de armas de Blumenau. Nele, podemos identificar dois homens.

Brasão de armas de Blumenau (SC)



Disponível em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Bras%C3%A3o_de_Blumenau#/media/Fil e:Coat_of_arms_of_Blumenau.svg

Um deles, vestido de com roupas supostamente formais, parece remeter a figura de Hermann Blumenau. O outro, à direita, parece alguém mais simples, um trabalhador. Mas um trabalhador que usa botas, não um que anda descalço (os pés descalços usualmente são vistos como sinônimos de simplicidade e humildade). Na mão, o homem segura um machado, corroborando a narrativa de valorização do trabalho existente desde a época de José Deeke. Além da narrativa de enaltecimento do trabalho e do pioneirismo do “fundador”, a frase, escrita em latim, chama a atenção: “pro Sancta Catharina ET Brasília”. Por Santa Catarina e Brasil. Uma frase patriótica, ao melhor estilo campanha de nacionalização, escrita num idioma mais próximo da neutralidade, dando o tom do que é o livro, uma grande bandeira pelo fim dos conflitos étnicos que agitaram Blumenau anos antes.

Posteriormente, há uma mensagem do presidente do país, naquele momento, o general Eurico Gaspar Dutra:

[...] Saúdo, ainda, nas gerações que se sucederam e deram vida ao sonho do Dr. HERMANN BLUMENAU, a contribuição que trouxeram à formação

da nossa nacionalidade, contingente valioso pela iniciativa e técnica de trabalho, pela operosidade e pelo espírito de ordem, refletidas no parcelamento do solo, na vida de família e no surto de suas indústrias.

O Brasil não esquece de seus filhos, vossos ascendentes e vossos irmãos, que provaram sua bravura e pagaram tributo de sangue, em 1865 e na campanha da Itália.

Como Chefe da Nação, trago aos descendentes dos colonizadores alemães do Vale do Itajaí, brasileiros como de melhor o sejam, o reconhecimento da pátria pela obra realizada. (DUTRA In: Centenário de Blumenau, 1950, s/p)

Podemos perceber que o tom adotado pelo governo federal é conciliatório. É lembrado o pioneirismo do “Dr. Blumenau”, assim como no brasão. São enaltecidas as “qualidades do blumenauense”: o trabalho, o caráter ordeiro, sua industrialização, embora elas não sejam explicitamente relacionadas à origem alemã. Mas, mais do que isso, afirma que os colonos alemães estão entre os “melhores brasileiros”, e os chama de “filhos do Brasil”. Uma mensagem de integração.

A “História de Blumenau”, seção do livro escrita por José Ferreira da Silva, começa com a marca registrada da maioria das versões sobre a origem da cidade: com Hermann Blumenau.

Mais precisamente, com o interesse dele, quando aluno na Universidade de Erlangen, em assuntos relacionados à colonização. Posteriormente, viajou ao Brasil, após concluir sua formação acadêmica, como procurador da Sociedade de Proteção aos Emigrantes Alemães, sediada em Hamburgo. Ferreira da Silva descreve as movimentações do prussiano, como a visita às colônias alemãs no Rio Grande do Sul e à São Pedro de Alcântara, próxima de Desterro, capital de Santa Catarina na época, assim como sua permanência no Rio de Janeiro. O autor faz questão de lembrar que, no ano seguinte a vinda do pioneiro, este já dominava o português. Depois narra os primeiros movimentos do empreendimento, como quando Blumenau sobe o Rio Itajaí-Açu de canoa, junto de seu sócio Fernando Hackradt, ambos guiados pelo “caboclo” Ângelo Dias. Aqui, contudo, Ferreira da Silva não emite nenhum juízo de valor sobre o caráter do “caboclo”.

Em seguida, conta dos esforços junto ao governo provincial para obter uma licença para colonizar a região anteriormente visitada, sem antes deixar de elogiar Antero José Ferreira de Brito (de sobrenome português), presidente da província, como sendo um homem de “larga

visão”. Ao enfrentar problemas para obter sua a permissão, devido à oposição encontrada na Assembleia Legislativa, Blumenau teria persistido, pois “era desses homens que quando se metem na cabeça que precisam conseguir isto, ou aquilo, conseguem-no, seja lá à custa de quantos sacrifícios forem necessários. ”.

Depois de conseguir uma autorização provisória e de levantar fundos necessários (que são qualificados como poucos, insuficientes), Blumenau desfaz a sociedade com Hackradt, pois este “não havia feito jus à confiança nele depositada”. O colonizador, então, “[...] meteu, sozinho, mãos à tarefa ingrátíssima de levar para diante, sem recursos pecuniários, o estabelecimento que ideara, e que lhe daria ainda muitas dores de cabeça, muitos desgostos e aborrecimentos”.

Então chegam os dezessete colonos pioneiros, os quais Ferreira enumera, para em seguida lhes fazer um elogio, que demonstra a valorização do pioneirismo, bem como o tom épico atribuído ao processo de ocupação das terras.

Sejam, para sempre, lembrados os nomes desses que se podem dizer verdadeiros heróis! Deixaram a pátria e deixaram parentes e comodidades para acompanhar um visionário e embrenhar-se pelos sertões catarinenses, em busca de uma aventura que poderia trazer-lhes um resultado fatal, como a alguns realmente trouxe.

Glória a eles, que, com a sua abnegação e o seu altruísmo, plantaram o primeiro marco do empreendimento que, num século de existência, é dos mais justos e lídimos orgulhos de uma Pátria que caminha para o lugar que lhe cabe no concerto das maiores e mais fortes nações do universo! (SILVA apud Centenário de Blumenau, 1950, p. 09)

Ao comentar sobre a data de dois de setembro de 1850, tida como de chegada dos dezessete colonos pioneiros, Ferreira da Silva diz:

[...] Dali partiu o sopro vivificador que, não obstante os contratemplos e dificuldades encontradas no caminho, ou talvez exatamente porque encontrou esses contras, fecundou os planos do fundador e orientou a colônia para os sucessos que a foram engrandecendo, transformando-a num empreendimento vitorioso de que todo o Brasil, com justas razões, se orgulha. (SILVA apud Centenário de Blumenau, 1950, p. 10)

O imigrante pioneiro, portanto, é um retratado como um desbravador, um abnegado que luta contra as adversidades, a raiz de sustentação para o futuro sucesso de Blumenau. Mas a fonte dessa bravura, aqui, é ocultada, diferentemente de outros momentos, quando é explícita a atribuição desta ao sangue alemão. Posteriormente, os “inimigos” dos corajosos pioneiros começam a ser nomeados, numa página que merece a transcrição fiel:

Fácil é de se imaginar como os dezessete imigrantes, com Blumenau à frente, passariam os primeiros meses em plena mata virgem, e em luta com uma natureza luxuriante e deslumbradora, mas, ao mesmo tempo, tão cheia de perigos.

Atacaram, naturalmente, e sem perda de tempo, a construção de ranchos para moradas provisórias, não mui distantes do rancho anteriormente construído por Hackradt à embocadura do Velha, e que o fundador destinara para si, enquanto iam fazendo as derrubadas para as plantações, própria que era a época para esse gênero de trabalho.

Em breve, as clareiras que o machado ia abrindo na mata espessa, cobriam-se de plantações. Verdejava o milho entre os troncos queimados das velhas árvores sacrificadas; a cana, o aipim, a batata cresciam com rapidez, graças à fertilidade espantosa da terra, cujo seio a enxada rasgava pela vez primeira.

No quintal do fundador, começaram a florescer as roseiras trazidas da Europa pelo Dr. Blumenau, e salvas de mil peripécias na sua aventureira viagem de regresso ao Brasil.

As picadas começaram a se estender dum lado para o outro, na ânsia de sondar o mistério que as florestas vizinhas representavam, terrivelmente escuras, enervantemente silenciosas.

As velhas árvores caíam aos golpes do machado dos camaradas contratados entre os caboclos práticos do mato, para irem servir de vigas, traves e barrotes ao engenho de serrar, ou às primitivas e toscas casas dos imigrantes. (SILVA apud Centenário de Blumenau, 1950, p.10)

A natureza, portanto, tem um caráter dual: ao mesmo tempo em que é assustadora e misteriosa, precisando ser “sacrificada” para o avanço da agricultura, fornece o solo espantosamente fértil. Ou seja, em

alguns momentos, ela será tratada como um empecilho frente aos avanços dos civilizadores. Noutros, será uma dádiva recebida por essa mesma civilização.

Os imigrantes germânicos que chegaram em 1850 não foram, contudo, os primeiros seres humanos a habitar aquelas terras, embora a história de Blumenau, conforme escrita por Ferreira da Silva, tome a sua chegada como marco zero da história da cidade. Já haviam grupos ligados a uma classificação étnica comum, os “Xokleng”. Nosso autor os introduz na história da colônia, sempre a partir da perspectiva dos colonos civilizadores:

Foi em fins de 1851 que chegaram à colônia, pela primeira vez, notícias das correrias de índios pelas terras de Francisco de Oliveira, cujo lote ficava próximo ao Garcia. Blumenau organizou um grupo de voluntários para dar caça aos assaltantes. Esse grupo, entretanto, regressou sem travar contato com os índios que, ao se retirarem, deixaram evidentes traços de sua passagem. (SILVA apud Centenário de Blumenau, 1950, p.12)

Podemos perceber, portanto, o olhar adotado pelo autor, que é sempre o do colonizador europeu, além de um importante indício, que aponta no sentido de que os índios são tratados como sendo um tipo diferente de seres humanos. E isso porque, por correrem nas terras de um colono, motivaram um grupo para caçá-los, verbo que em nenhum momento é utilizado para qualquer outra categoria de seres humanos.

Formado em instituições educacionais jesuítas, Ferreira da Silva não se esquece de mencionar a religiosidade dos colonos. O Dr. Blumenau, com exceção de Fritz Muller (cuja representação é um ponto nodal da influência da formação religiosa nos escritos de nosso autor):

Reunia, pois, os seus colonos, aos domingos, no rancho de recepção de imigrantes, e celebrava com eles o ofício divino, explicando-lhes passagens da Bíblia e recitando as preces do rito evangélico a que todos pertenciam.

A 8 de Dezembro de 1852 o incipiente estabelecimento foi atacado pelos botocudos.

Blumenau achava-se ausente, mas os seus companheiros, entrincheirados nos ranchos à barra do Velha, rechaçaram os selvagens, matando dois deles e pondo os restantes em fuga. (SILVA apud Centenário de Blumenau, 1950, p.14)

Para Ferreira da Silva, é importante mostrar que os imigrantes, em que pesem as dificuldades para manter a rotina da vida na Europa, se esforçavam para mantê-la, nem que as condições fossem longe das ideais. A nascente colônia do Dr. Blumenau, portanto, é retratada como a ordem no meio da selva. E nesta estão os índios, que neste parágrafo ganham dois adjetivos muito específicos: botocudos, que se referem a ornamentos característicos utilizados por membros da categoria étnica em questão, e selvagens, que corrobora o que foi afirmado acima, de que os Xokleng são equiparados, pelo autor, a animais bravos, danosos ao progresso civilizatório.

Apesar de reportar a diminuição da população da colônia em 1853, o autor lembra que:

Os seus habitantes eram poucos, mas trabalhadores e industriosos. Assim, já havia engenho de açúcar e de farinha de mandioca. A safra de cana produzira 24 barricas de açúcar e três a quatro pipas de aguardente; a safra de feijão e batata dava não só para o consumo da colônia, como para a venda nos povoados vizinhos. (SILVA apud Centenário de Blumenau, 1950, p. 14)

Desde seus primórdios, as virtudes do blumenauense já são destacadas, sob o rótulo de “povo trabalhador”, excepcional na produção de riquezas materiais. A imigração caiu em 1858 e 1859:

E Blumenau andava doente e desesperado. As dívidas se acumulavam; a venda das terras nada rendia. Mais do que o peso desses padecimentos físicos, doía-lhe a alma na alma a simples ideia de ter que abandonar tudo, voltar, fracassado e pobre, à sua terra natal, deixando ao próprio destino, numa terra desconhecida e cheia de perigos, quase duas centenas de famílias que ele, pela sua propaganda e pelo seu conselho, induzira a deixar parentes e pátria para engajar-se numa aventura que poderia redundar no mais triste e miserável de todos os desastres.

Não! Ele jogaria até ao último alento a sorte da sua colônia e a dos seus colonos. (SILVA apud Centenário de Blumenau, 1950, p.16)

Hermann Blumenau, portanto, abriu mão da propriedade da colônia em favor do Governo Imperial, sendo mantido, entretanto, como diretor. Entre dados sobre o crescimento econômico e populacional da colônia, Ferreira da Silva acrescenta que, desde o primeiro contato entre colonos e “bugres, botocudos e coroados”, houve sessenta e um ataques destes, que resultaram na morte de quarenta e uma pessoas e em vinte e dois feridos. Em nenhum momento, note-se, há comentário sobre possíveis índios feridos pelas expedições de “batedores”, grupos armados que os caçavam pelas matas. A história de José Ferreira da Silva é, sempre, a história do imigrante europeu. Ao comentar sobre a participação de colonos locais na Guerra do Paraguai, em 1865 (67 colonos foram lutar sob a bandeira brasileira), o autor defende o “espírito de brasilidade” dos blumenauenses:

Esse fato é um dos excelentes argumentos, em que deveriam pensar certos “patriotas”, que teimam em ver na fundação de Blumenau a origem de um quisto racial, cujos integrantes, pelo tempo afora, viessem exercendo atividades contrárias ao espírito de brasilidade que deve orientar e animar quantos vivam no seio bom e fecundo desta terra. (SILVA apud Centenário de Blumenau, 1950, p. 21)

O autor busca demonstrar que a participação de colonos blumenauense na Guerra do Paraguai é um dos motivos pelo qual são descabidas as proposições de que, com a fundação da colônia, se tenha fundado um “quisto racial”, ou seja, uma comunidade alemã fechada ao seu referente exterior, o Brasil. Ele tenta, portanto, argumentar que Blumenau era, já desde seus primórdios, uma comunidade plenamente integrada à nação brasileira, da qual faz parte. Neste esforço, ele transcreve duas passagens de relatórios de Hermann Blumenau, no qual ele fala sobre a importância do aprendizado da língua local, o português, para a integração nacional. Num deles, inclusive, elenca dificuldades para esse ensino, como a falta de professores qualificados e de escolas públicas.

Além disso, ele não relaciona integração nacional e permanência de elementos culturais “germânicos”. Quer dizer, ele simplesmente não comenta, silencia sobre o tema “cultura germânica/alemã” em Blumenau, tema este que era recorrente antes do governo Vargas. Esse “silenciamento” da memória, aliada à crítica citada, nos mostra que a intenção, no seio da “geração UDN”, era conviver pacificamente com os governos estadual e federal, “fechando”

as feridas da Campanha de Nacionalização, nem ainda que para isso fosse preciso fazer silêncio sobre elementos culturais germânicos e sua suposta importância para o crescimento da cidade.

Apesar de levantar bandeira branca com relação à integração nacional dos imigrantes de origem germânica, Ferreira da Silva não demonstra tal receptividade ao comentar sobre imigrantes de origem italiana. Após comentar sobre a entrada de imigrantes de origem tiroleza, região que possui influências germânicas e itálicas (situada na fronteira e antigo objeto de disputa entre Áustria e Itália), em 1875, o autor diz:

Continuou intensa a imigração no ano seguinte, quando entraram 1.078 colonos, na maioria ainda do Tirol e da Itália.

Muitos dos elementos entrados com essas levas de imigrantes, eram de maus precedentes. Sucederam-se bebedeiras e brigas, algumas até, que resultaram em homicídio. Isso alarmou o diretor e os colonos anteriormente chegados, alterando a vida normal da colônia. (SILVA apud Centenário de Blumenau, 1950, p. 24-25)

Bebedeiras e brigas, portanto, não aconteciam na colônia, segundo Ferreira da Silva, até a entrada de imigrantes tirolezes e italianos. Foram estes os primeiros a trazerem perturbações, que motivaram o Dr. Blumenau a pedir por um delegado e uma cadeia, coisas que não eram necessárias antes da chegada de agentes com origem étnica distinta. A raiz do problema, portanto, é deslocada: não são nem os brasileiros, de cor ou não, incriticáveis após a repressão do Estado Novo, nem os “alemães” do norte. São os “tirolezes” do sul, que apesar dos elementos culturais de origem germânica, não são chamados de “alemães”, e os italianos, ainda mais distantes de Berlim, que servem como os primeiros a trazer a desordem à colônia. É fundamental lembrar que, além disso, esses grupos foram marginalizados no processo de distribuição de terras na colônia, ao serem alocados para afluentes longínquos do Itajaí-Açú, longe do Stadtplatz.

O autor, é claro, não deixa de notar a fundação da tecelagem fundada por Hermann e Bruno Hering, em 1879, que daria origem à Companhia Hering, tida como o grande motor do desenvolvimento industrial blumenauense. Ingo Hering, lembremos, foi um dos principais agentes do grupo que auxiliou a construção da carreira intelectual de José Ferreira da Silva. O autor, logo, relembra a importância da família

de um mecenas para Blumenau, haja vista sua posição subordinada, enquanto intelectual, em relação à Ingo Hering, proeminente nos espaços político e industrial.

Em 1882, é concluído o processo de emancipação da Colônia, agora transformada em município, iniciado dois anos antes. Hermann Blumenau, portanto, deixou a direção, cargo que já não existia mais. Meses depois, deixou também o próprio município, deixando seu nome e partindo para o Império Alemão, para nunca mais ver as terras às quais dedicou mais de três décadas de sua vida.

Neste momento, a população da cidade era de 16.380 habitantes, maioria luterana (61,5%) em relação aos católicos (38,5%). Já nesta época, houve o primeiro impasse relativo ao uso do idioma alemão. E isso por José Henrique Flores Filho, natural de Itajaí, e primeiro presidente da câmara municipal, tentou impedir a posse de dois vereadores, que também haviam sido eleitos, mas que não dominavam o português. Sem se alongar na história, o autor diz que Flores Filho acabou isolado e perdeu a disputa, tendo os vereadores em questão sido empossados e exercido suas funções. Aquele que se opôs aos “alemães”, portanto, perdeu e saiu diminuído da disputa, segundo Ferreira da Silva. Depois disso, o próximo agente a ocupar a liderança da política local, que não era descendente de alemães, foi José Bonifácio da Cunha, nomeado após a Proclamação da República, no começo de 1890. Este, natural da Bahia, um nordestino em terras blumenauenses, aprendeu o idioma alemão “rapidamente”, segundo Ferreira da Silva. Desde aí, o político não se envolveu em disputas étnicas, mostrando que a aceitação de núcleos de origem germânica em Blumenau era possível no século XIX, desde que o agente que pleiteava a capacidade de agir naquele espaço adotasse elementos culturais locais. Dentre estes, o mais destacado é o uso do idioma alemão.

A partir daí, o autor faz apenas breves retrospectivas dos diferentes governos que passaram pela política municipal. Sua História de Blumenau foi, portanto, uma história dos imigrantes alemães, que aportaram as margens do Rio Itajaí-Açú em 1850, e que, sob a liderança de um “espírito superior”, o Dr. Blumenau, e lutaram contra as adversidades, especialmente a natureza, representada pelas matas fechadas, seu rio traiçoeiro e seus bugres selvagens. O empreendimento, que o tempo supostamente provou ser um sucesso, deve este aos esforços heroicos de seus pioneiros, ao seu trabalho árduo. Mas essa persistência não guarda relação com o sangue alemão. Os colonos trabalharam tendo em vista a prosperidade do Brasil, e segundo Ferreira da Silva, fizeram de Blumenau um motivo de orgulho para o país. A

degradação, a violação das terras que até então eram moralmente puras, foi atribuída não a brasileiros ou alemães, mas aos italianos e tiroleses, grupo marginal na colônia, seja na distribuição de terras, na política, na economia ou, como consequência de tudo isto, nos espaços intelectual e cultural. É, basicamente, esta a receita seguida por José Ferreira da Silva para guardar o passado de Blumenau, sob a chancela dos últimos de uma linhagem (não necessariamente sanguínea, é bom lembrar) que foi elite política e econômica da cidade por várias décadas, que remonta a José Bonifácio da Cunha e Hercílio Luz, como visto no capítulo anterior.

Paulo Malta Ferraz, um dos agentes que chegaram a Blumenau durante o Estado Novo, e que se inseriram nas disputas intelectuais locais, assim como Theobaldo Costa Jamundá, escreveu um artigo no livro comemorativo. O título não poderia ser mais sugestivo, a respeito das intenções do autor: “A contribuição do governo e do elemento nacional na colonização de Blumenau”. O autor, portanto, chegou a cidade durante o estado novo, e, assim como Jamundá, teve uma ótima conjuntura política para participar do espaço intelectual local. Escrever sobre a história de Blumenau, enfatizando a importância do “não alemão”, era um passo para a glória, no Estado Novo.

Ao término deste, porém, era de se esperar que o espaço intelectual mudasse radicalmente, tal qual o espaço político, que foi alvo de um processo de recomposição de elites. Não foi exatamente o que aconteceu. O grupo silenciado sob a interventoria de Nereu Ramos foi, sim, alçado à posição de *insider* nas disputas intelectuais. Mas aqueles que ganharam voz sob a Campanha de Nacionalização, com seus textos de caráter patrióticos, também ficaram com uma fatia do bolo, que lhes garantiu a competência reconhecida como intelectuais. Malta Ferraz, lembremos, era a primeira escolha de Emmendoerfer para a escrita do artigo sobre a história da cidade, seguido por Max Tavares D’Amaral, que, apesar de ser casado com uma irmã de Ingo Hering, também veio à cidade no Governo Vargas, e era a segunda escolha do franciscano. Os dois tiveram artigos no livro do centenário, assim como Jamundá, que a esta altura era um grande crítico do “germanismo”. O cenário intelectual do pós-guerra era, então, caracterizado por ter espaço tanto para os “nativos”, como os Deeke e Hering, quanto para os outrora outsiders, que chegaram como enviados do Estado Novo para “abrasileirar” a cidade.

Malta Ferraz, no seu artigo, critica a falta de menção, nos estudos sobre a história de Blumenau, à importância do Governo Imperial e do “elemento nacional” (os brasileiros, em suma). Ou seja, critica a atribuição do suposto sucesso de Blumenau exclusivamente aos

pioneiros alemães. Mas, apesar deste juízo de valor que vai frontalmente contra aos discursos dominantes do pré-guerra, o autor busca a união destes elementos, tal qual Ferreira da Silva buscou no artigo anteriormente analisado, ao afirmar que, sem a contribuição destes três elementos, o heroísmo do fundador, Dr. Blumenau, teria sido em vão. Note-se, também, que ele endossa o mito criado em torno de Hermann Blumenau.

Ou seja, ele concorda com o texto de Ferreira da Silva, em seus principais aspectos, embora se esforce em mudar a perspectiva, trazendo uma perspectiva não germanista, diferentemente do autor anterior, que, ainda que de maneira bastante sutil, adota sempre a perspectiva germanista.

Essa diferença de percepções, é importante lembrar, é objetivada na trajetória de ambos. Enquanto Malta Ferraz tinha vindo à cidade como um estranho, de outro estado, e já numa posição destacada na hierarquia de poder local. Ou seja, vinha com uma identificação étnica muito distante em relação aos alemães, numa posição que fazia com que fosse notado pelo grupo germanista dominante. Foi um agente, em suma, que os *insiders* não puderam rejeitar, naquele momento. O conflito étnico com agentes germanistas traz o realce da identificação étnica/nacional, e isto explica, parcialmente, a escolha do agente em questão por adotar o ponto de vista que aparentemente é o da categoria com a qual se identifica: um “elemento brasileiro”. Já José Ferreira da Silva, apesar de não ser blumenauense, nem descendente de alemães, é catarinense. Além disso, ele “desembarcou” na cidade numa posição mais modesta: como subordinado de um juiz. Também fica claro que o agente foi sendo aceito pouco a pouco no espaço intelectual local. Investindo principalmente neste e no espaço político, Ferreira da Silva foi galgando posições em ambos. O seu crescimento na cidade, inclusive, está diretamente ligado à valorização, por sua parte, da importância do germanismo. Ou seja, apesar de não ser um “alemão”, o autor sempre esteve ao lado destes, especialmente em assuntos relativos à cultura e intelectualidade locais. Quando prefeito, no auge da campanha de nacionalização, convém lembrar, ele escondeu documentos sobre os primeiros anos de Blumenau, escritos em alemão, por medo da repressão. Isso demonstra sua tendência a apoiar o ponto de vista germanista sobre a história de Blumenau, embora, como se viu no subtítulo anterior, não atribua o suposto sucesso da cidade à origem germânica de seus primeiros imigrantes.

Adiante, Malta Ferraz faz algo que, mesmo em cenários desfavoráveis, Ferreira da Silva não fez. Como expusemos no item

anterior, os pioneiros de Blumenau, para este autor, são alemães, e só. Malta Ferraz, por sua vez, coloca os “trabalhadores nacionais” ao lado dos germânicos, que, por sua vez, são qualificados como “abnegados pioneiros”. O primeiro a ser citado nominalmente foi o “destemeroso caboclo” Angelo Dias, que acompanhou Hermann Blumenau na sua primeira viagem de prospecção ao Vale do Itajaí. Posteriormente, Fernando Hackradt, ainda sócio de H. Blumenau, fica encarregado de construir as primeiras instalações necessárias para o funcionamento da futura colônia. O autor cita que, além da colaboração de imigrantes alemães residentes em núcleos populacionais vizinhos, ele teve ajuda de trabalhadores “tipicamente brasileiros”, chamando a atenção para a suposta existência de colonos fixados nas margens dos ribeirões da Velha e Garcia, afluentes do Itajaí-Açú que cortam o território da outrora Colônia Blumenau, antes mesmo da chegada de imigrantes alemães. Na sequência, o autor faz elogios à, além dos militares que ajudaram nas disputas com os indígenas, agentes políticos que supostamente foram apoiadores da Colônia, como o imperador, D. Pedro II, senadores e presidentes da província de Santa Catarina.

Noutro artigo, sobre a vida dos primeiros colonos, Malta Ferraz endossa as palavras de Ferreira da Silva, ao falar sobre os perigos da natureza, como o clima demasiado quente no verão, que demandava um tortuoso período de adaptação, o rio ao qual, além das enchentes, é atribuída a responsabilidade por vários afogamentos. A selva, cujo corte das árvores provocava acidentes, os animais peçonhentos. Além disso, o autor enfatiza a ameaça representada pelos indígenas:

Os índios foram, desde o princípio do estabelecimento colonial, o terror constante dos colonos. Pouco numerosos, mas astutos e destros em seus ataques, os senhores da floresta, que quase sempre atacavam de surpresa, fizeram muitas vítimas. Aqueles imigrantes que se localizavam nos pontos extremos da colônia, viveram por muitos anos em contínuo sobressalto pelo fundado receio de saques e morticínios por parte dos silvícolas. A relação completa de seus ataques estende-se, no tempo, desde 1852, data do primeiro assalto à propriedade do Dr. Blumenau, na Velha, até quase aos nossos dias, quando se fez a pacificação do grupo remanescente de botocudos, que habitava, então, a zona do rio Plate. (MALTA FERRAZ apud Centenário de Blumenau, 1950, p. 149)

Max Tavares D’Amaral foi o terceiro e último autor a falar sobre temas diretamente relacionados às categorias de identificação no livro comemorativo do centenário da cidade. Assim como Malta Ferraz e Ferreira da Silva, faz parte do grupo que tomou parte na fundação da SAB. E, apesar de agirem num espaço dominado por agentes como Ingo Hering, Hercílio Deeke e seus sobrenomes germânicos, foram os três, com seus sobrenomes luso-brasileiros, os escolhidos para falar em nome do grupo. Além disso, uma característica não tão comum entre seus semelhantes os une: os três têm trajetórias profissionais ligadas a carreiras jurídicas. E carreiras jurídicas são comuns entre agentes que podem ser caracterizados como “intelectuais gerais”, ou, numa denominação recorrente, “homens de letras”. É bom lembrar que a “geração SAB”, em geral, se não traz manifestações abundantes de enaltecimento de origem étnica, ainda tem muito apreço pela valorização de elementos culturais germânicos. Tanto que, no livro do centenário, há várias músicas em alemão. Além disso, o programa dos festejos do centenário, distribuído na cidade, foi impresso em edição bilíngue, português/alemão. Na prática, portanto, o uso do idioma alemão foi valorizado, após a perseguição a este no âmbito da Campanha de Nacionalização, mas a valorização da origem étnica (como o culto à pureza de sangue e dos atributos inerentes a este) foi suprimida, ao menos nas ações exteriores destes agentes.

Amaral nasceu em Itajaí, em 1906. Assim como Ferreira da Silva, fez o secundário no Ginásio Catarinense, na época a maior graduação escolar disponível em Santa Catarina. Depois disso, foi a São Paulo cursar a Faculdade de Direito. Depois de iniciar sua vida profissional em Rio do Sul, município desmembrado do Blumenau na década de 1910, começa a advogar nesta e na sua cidade natal. Foi casado com Isolde Hering, irmã de Ingo Hering. Tinha, portanto, características chave para obter um papel de destaque em âmbito local. Durante o Estado Novo, sua origem luso-brasileira lhe possibilitou agir como interventor designado pelo governo estadual da Companhia Hering. Após a saída de Vargas, foi eleito deputado na Assembleia Nacional Constituinte. Depois da elaboração da nova constituição, cumpriu o mandato de Deputado Federal. Na época dos festejos do centenário e elaboração do livro alvo desta pesquisa, ele estava empossado no cargo. Ou seja, escrevia com a autoridade legitimada pelo cargo de deputado federal. O espaço intelectual/cultural de Blumenau, lembremos, é fortemente influenciado pelo espaço político. O capital político, portanto, é alvo de um processo de reconversão em capital específico, neste caso.

O título do artigo de Amaral é “Assimilação e aculturação dos estrangeiros e seus descendentes no Vale do Itajaí”. O autor introduz o tema não a partir de Blumenau, mas da assimilação como problema social. A sua perspectiva difere, neste sentido, dos autores anteriores. E isso porque ele parte do geral para o específico, tentando ilustrar, neste, as proposições teóricas sobre o problema em questão:

Com o correr dos tempos, é fatal que assim aconteça, hão de se misturar, hão de amalgamar-se e interpenetrar-se, para formarem, um dia, o complexo cultural, que caracterizará cada uma dessas nações e cuja expressão será a resultante da concorrência de todos os fatores que entraram em contato, com a prevalência, evidentemente, da cultura da terra. (D’Amaral apud Centenário de Blumenau, 1950, p. 355)

Ou seja, o autor parte de pressupostos deterministas e essencialistas. Determinista, porque a assimilação é descrita como um processo inevitável, e porque a “cultura da terra”, evidentemente, deverá prevalecer. Nesse processo quase matemático, no qual concorrem todos os fatores, tal qual numa equação, o autor dá pistas daquilo que defenderá: nessa operação, no caso blumenauense, a cultura brasileira deve prevalecer, invariavelmente.

Ao dissertar sobre os motivos que levam pessoas a abandonarem “suas pátrias”, Amaral afirma que, em sua maioria, os colonos que vieram ao Vale do Itajaí, extenuados ao extremo no continente europeu, vieram para terras catarinenses em busca de uma vida melhor, de “liberdade”. Nesse cenário, esta maioria estaria plenamente disposta a adotar e amar a pátria que os acolhera:

Os que venceram, por isso mesmo, a despeito de todas as agruras sofridas, de todos os trabalhos e canseiras suportadas, de todas as ausências sentidas, de todas as saudades curtidas, aqui se radicaram e se ligaram para sempre ao solo, que amaram lealmente e cujo amor transmitiram aos seus filhos, como o maior preito de gratidão que poderiam prestar à terra que os recebeu e agasalhou com carinho.

Poucos, muito poucos, assim não agiram e pensaram- foram eles os que se viram frustrados em suas pretensões, os que não realizaram os sonhos em que se embalsamaram- estes, desiludidos e despeitados, atiravam,

naturalmente, ao país, toda a culpa do seu fracasso.
(D' Amaral apud Centenário de Blumenau, 1950, p. 357)

Desse modo, o autor concorda com o repetido tom heroico atribuído à colonização. Além disso, reafirma a escolha definitiva feita pelos imigrantes. Mas não a qualquer imigrante, apenas os de sucesso. Estes, na sua concepção, eram maioria. Com essa formulação, Amaral defende vorazmente as elites política, industrial e intelectual/cultural nas quais atuava, ao dividir os imigrantes em dois grupos: os que não souberam adotar o Brasil como nova pátria, amando-a e ensinando esse amor aos seus filhos, e os que o fizeram, como retribuição da vida que estas terras lhes proporcionavam. Os filhos destes “bem sucedidos”, que foram, supostamente, ensinados a amar a pátria brasileira desde pequenos, foram, por consequência, os “bem sucedidos” que dividiam os espaços blumenauenses com Amaral, muitos deles como seus aliados, como Ingo Hering e Hercílio Deeke, por exemplo.

Além dessa defesa direcionada a seus aliados, Amaral defende a figura do Fundador, Dr. Blumenau, ao afirmar que este pedira em sua proposta para a colonização, junto ao Governo Provincial, que concedesse cidadania brasileira a todos que vivessem na futura colônia.

Depois de salientar essa disposição dos imigrantes bem-sucedidos em amar e servir ao Brasil, Amaral afirma que em que pese a boa vontade das partes, o “processo de assimilação” é muito mais complexo, pois envolveria uma profunda transformação na “alma” do indivíduo. Para tanto, ele cita um “grande sociólogo americano”, que supostamente afirma ser a assimilação “um processo social e cultural que envolve, de um lado, a fusão de heranças culturais e, de outro, a modificação de sentimentos e atitudes e a incorporação dos estrangeiros na cultura do grupo”. Esse processo, portanto, não pode existir sem atritos e reações, segundo sua concepção.

O autor, em seguida, demonstra traços fortemente associados às concepções holistas/estruturalistas da vida social, ao introduzir a noção de transmissão social: ‘Essa transmissão nos é feita pela educação e pelo convívio, formando o “substratum” da nossa personalidade cultural e determinando a nossa filiação ao grupo social a que pertencemos’. Amaral afirma, então, que a ligação dos indivíduos à suas heranças culturais é algo principalmente emocional, e muito pouco ligado à razão. Deste modo, a percepção dos estrangeiros sobre os novos valores culturais com os quais entra em contato não pode acontecer senão de maneira etnocêntrica. Toda essa argumentação desemboca num parágrafo no qual deixa suas intenções bastante claras: “A reação que o

imigrante oferece nada tem a ver, pois, com espírito de animosidade contra a terra que o acolheu; ela não é senão uma consequência lógica da lealdade à sua cultura”. Ele empreende, então, uma grande defesa das manifestações culturais entendidas como “germânicas”, bem como tenta justificar suposta dificuldade dos chamados teuto-brasileiros (filhos de imigrantes germânicos, principalmente) em adotar práticas supostamente “brasileiras”.

Outra questão ressaltada pelo autor é que a maneira como os nativos se relacionam os estrangeiros é tão importante quanto o contrário. Respalado por seu sobrenome e sua posição como deputado federal, Amaral é o único a tecer críticas explícitas à maneira como “os brasileiros” trataram os “estrangeiros” naquela época, tecendo críticas às possibilidades que a legislação brasileira dava ao imigrante. Depois, o autor insiste na tese de que a suposta pluralidade cultural encontrada no Vale do Itajaí era um fator de progresso para a “cultura luso-brasileira”. No momento mais delicado de sua crítica, ele afirma que:

O processo de assimilação e aculturação, para ser eficiente, para produzir frutos, há de ser lento. E, por isso que inevitável, sempre que culturas diversas entram em contato e comunicação, a interferência para facilitá-lo ou acelerá-lo, dentro das normas da conveniência, deve ser, a nosso ver, sempre indireta e nunca direta, pois que esta pende, com muita facilidade, para a coerção. (D’Amaral apud Centenário de Blumenau, 1950, p. 362)

Podemos perceber, já, uma crítica discreta à violência (de diferentes tipos) exercida por “processos de assimilação diretos”, dentre os quais a “campanha de nacionalização” do Estado Novo pode ser facilmente classificada. Embora não expresse isso claramente, as intenções do autor ficam evidentes, quando ele diz que dúvidas a respeito das boas intenções dos “estrangeiros” do Vale do Itajaí são um desserviço para com o Brasil. Para fazer essa crítica à violência em processos de assimilação, porém, Amaral teve que reivindicar palavras de Gilberto Freyre, chamando-o de “grande intelectual” ou expressões equivalentes diversas vezes. Isso é importante, pois demonstra que, para legitimar e conferir autoridade às suas palavras era muito útil que Freyre, um dos mais reputados autores que estudaram o tema “cultura brasileira”, concordasse com suas palavras. O tema, afinal, era muito polêmico. Ele finaliza esta seção ao afirmar que o seu esforço está

baseado na vontade de melhor compreender o problema relativo aos processos de assimilação, para que, em breve, eles fossem realizados pacificamente.

Ao tratar de processos de assimilação de maneira científica, Amaral transforma um problema social em problema sociológico, científico, numa tentativa de aproximar uma discussão que, ao fim e ao cabo, é muito específica e contextualizada historicamente, de teorias gerais sobre assimilação cultural. Ao aproximar um problema social específico de um problema sociológico geral, Amaral tenta legitimar suas conclusões, sobre a polêmica questão blumenauense, num tipo de conhecimento largamente aceito no mundo ocidental: o científico. Desta maneira, legitimado pelo apoio das palavras do “grande sociólogo estadunidense”, Amaral torna a suposta resistência blumenauense algo natural, que está inscrita, fundamentalmente, na própria essência humana, longe de ser, por exemplo, fruto da adoção de uma ideologia de caráter étnico, promovida e suportada por grupos locais dominantes política e economicamente. Ou seja, ele afasta a responsabilidade e, em certa medida, nega a própria capacidade de agência dos blumenauenses, entre os quais se incluem seus aliados. Além disso, ele, apesar de criticar a aceleração, e a supostamente consequente violência do processo nos anos anteriores, não individualiza nem o trata como política ou etnicamente motivado. O problema, afinal, só aconteceu, segundo o autor, pela falta de compreensão intelectual/científica de como se deve conduzir um processo de assimilação.

Apesar de ter sido escrito em 1950, o livro do centenário de Blumenau é fundamental para compreender o discurso de identificação hegemônico na cidade no período de domínio da geração nascida, aproximadamente, na primeira metade do século XX. Depois dele, o primeiro grande abalo nessa maneira de categorizar a cidade foi a valorização de uma arquitetura supostamente “típica” alemã, em processo que começo a engatinhar no final dos anos 1960. O período que foi daí até o pós-guerra, em 1945, foi marcado pelo receio em relacionar Blumenau a qualquer tipo de imagem alemã, especialmente aquelas com tons de superioridade étnica. Além disso, o “elemento nacional” ganhou seu espaço. Autores de sobrenome português, que se destacaram na cidade durante os anos do Estado Novo, construíram carreira intelectual neste período, tendo dividido o palco com os herdeiros teuto-brasileiros que dominavam a política local. A partir destes, podemos perceber a tentativa de equiparar os “elementos” nacionais e estrangeiros, como os responsáveis pelo suposto sucesso de Blumenau.

Apesar desse esquecimento da superioridade alemã, a “História de Blumenau”, o principal artigo do livro (que o próprio posicionamento no livro, primeiro, deixa claro), é uma história basicamente alemã. O primeiro nome luso-brasileiro que José Ferreira da Silva cita só chegou à cidade mais de trinta anos após o começo dos trabalhos de Hermann Blumenau. A visão de “cidade alemã”, portanto, ainda vivia no núcleo teuto-brasileiro (especialmente Hercílio Deeke, Ingo Hering e Frederico Killian), ao qual Ferreira da Silva foi fiel. Prova disso é que os préstitos, pequenos roteiros dos eventos do centenário, tinha uma edição bilíngue. Mesmo que de maneira suave, este grupo caracterizava Blumenau como uma “cidade alemã”, diferentemente dos autores de origem luso-brasileira, que declaravam abertamente a importância do “elemento nacional” para o sucesso da cidade. Nestas décadas, a palavra que melhor define o ambiente de discussão de categorias de identificação é cautela, diferentemente do período posterior.

Toda essa cautela emanou, grosso modo, de um espaço intelectual/cultural que, além de restrito a poucos agentes, tinha uma relação muito forte de dependência de setores dominantes na estrutura de poder local, como o espaço político e o espaço empresarial. Tanto é que o primeiro só existiu institucionalmente a partir de ações de membros destes espaços, alguns dos quais alcançaram posição de destaque como manipuladores de categorias de identificação a partir do espaço intelectual/cultural que criaram. As décadas posteriores mudaram radicalmente este panorama, em mudanças que influenciaram diretamente os referenciais ideológicos das principais categorias de identificação sobre Blumenau.

4. UMA CIDADE PARA SE VER E FESTEJAR

José Ferreira da Silva faleceu nos últimos dias de 1973, por conta de ferimentos causados por um acidente automobilístico, quando ia para Curitiba. Naquele momento ele era além de diretor da Biblioteca Municipal Dr. Fritz Muller, membro da ACL e do IHGSC, e presidente da repaginada Fundação Casa Dr. Blumenau. Nesta altura, ele já tinha setenta e seis anos. Nestes anos, portanto, quase todos da mesma faixa etária já tinham abandonado os seus postos de comando. Hercílio Deeke, após entregar a prefeitura para Carlos Zadrozny, não ocupou mais cargos públicos, e já era aposentado. Ele Faleceu alguns anos depois, em 1977. Frei Ernesto Emmendoerfer nunca voltou da Alemanha. Kilian e Ingo Hering faleceram no começo dos anos 1990, mas sem ocuparem cargos de destaque na construção de categorias de identificação, ainda que este último tivesse um grande prestígio na cidade, ao ponto de ser consultado sobre assuntos políticos, como veremos posteriormente.

E isto porque, a partir dos anos 1970, a “geração centenária” vai saindo destes espaços de discussão intelectual, onde são criadas categorias de identificação. Estes vão sendo ocupados, a partir desta década, por agentes com perfil social muito distinto dos antecessores. Pudemos observar mudanças como a diversificação das origens sociais, a profissionalização destes porta-vozes e mediadores. Diferentes órgãos da Prefeitura Municipal se consolidam como os espaços nos quais os discursos de identificação são gerados, como a Secretaria de Turismo, a Secretaria de Planejamento e a Fundação Cultural de Blumenau. Esse período, ao contrário do anterior, porém, não tem intérpretes bem definidos, que acompanhem todos os diferentes processos de construção de discursos, tal como no período anterior. O que houve, portanto, foram agentes que se destacaram pela presença em cada um destes processos, que são três: a implantação de uma “paisagem típica alemã” nas ruas centrais da cidade, a criação da *Oktoberfest* e as comemorações do sesquicentenário de Blumenau.

4.1 A CRIAÇÃO DE UMA PAISAGEM TÍPICA: A “FEBRE DO ENXAIMEL”

Como exposto anteriormente, a posse de Carlos Zadrozny como prefeito em 1966 trouxe muitas mudanças a Blumenau. Depois da ascensão dos militares ao poder no Brasil, em 1964, os políticos blumenauenses tiveram que se acomodar no modelo bipartidário

imposto. Antigos membros da linhagem PRC-UDN, como Hercílio Deeke, Ingo Hering e Frederico Kilian, e minorias como Ferreira da Silva (AIB-PRP), passaram a integrar a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido do governo militar. Já o PSD, que desde a sua criação, após o Estado Novo, assistiu a hegemonia da UDN na disputa pela prefeitura, foi para o partido de oposição nacional, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Seja como for, o MDB deu muito certo na cidade. Apesar de Carlos Zadrozny⁵ ter sido o primeiro prefeito, pela ARENA, a oposição nacional dominou a partir dali.

Depois disso, foram mais de quinze anos de prefeitos do partido, que atravessou quase todo o regime militar no comando da cidade. A ele, sucederam Evelásio Vieira (antigo membro do PSD, partido no qual Zadrozny também era membro), Félix Theiss, Renato Vianna e Dalto dos Reis. Essa continuidade só seria interrompida quando Vilson Kleinübing assume o cargo de prefeito, já em 1988, após a redemocratização, como membro do Partido da Frente Liberal (PFL). O que chama a atenção é que, neste período, instituições vinculadas à prefeitura, especialmente a Secretaria de Turismo, gestaram e executaram uma (velha, mas totalmente reformulada) maneira de ver a cidade. Investiu no fortalecimento da imagem de cidade alemã em Blumenau. Coincidentemente, esse processo foi conduzido quando, ao menos na prefeitura, os sobrenomes de origem germânica não tiveram a supremacia que tinham nas décadas passadas. Dos cinco prefeitos citados, dois são descendentes de alemães (Zadrozny e Theiss) e três não (Vieira, Reis e Vianna). Convém lembrar que isto era impensável anteriormente, quando, com exceção de períodos com características especialmente marcantes (como no Estado Novo, quando os prefeitos

⁵ O grupo familiar Zadrozny era ligado a Empresa Industrial Garcia (mais tarde ARTEX), que foi a maior têxtil local por muito tempo, ao lado da Companhia Hering. Além da concorrência entre as empresas, os membros daquele grupo familiar tinham um posicionamento político contrário a estes últimos. Enquanto o sobrenome Hering esteve atrelado a binômio PRC-UDN e aos Konder, os Zadrozny eram filiados ao PLC-PSD. Ou seja, foram a oposição, até a ditadura militar, quando se juntaram na ARENA. Até a posse de Carlos Zadrozny, porém, não tiveram atuação de destaque na discussão de categorias de identificação, embora alguns membros fizessem parte da SAB. No espaço de poder mais amplo, porém, eram bastante influentes. Nossa entrevistada Marga Holzman, que será tratada posteriormente, afirma que, no começo dos anos 1980, havia duas pessoas para se pedir “benção” (uma espécie de permissão, uma garantia) na cidade: Ingo Hering e Carlos Zadrozny.

eram nomeados pelo interventor estadual), Blumenau teve a absoluta maioria dos seus prefeitos de ascendência germânica.

A ascensão de uma espécie de “turismo étnico”, portanto, foi realizada em duas frentes. Uma delas foi a criação da *Oktoberfest*, sobre a qual falaremos posteriormente. Trataremos da outra aqui: a promoção turística da cidade através de imagens, principalmente de edificações construídas no estilo (ou técnica) enxaimel.

Depois de solicitar ouvir o que Ferreira da Silva tinha a dizer sobre o Departamento Municipal de Turismo, Zadrozny o reformulou, recriando-o como Comissão Municipal de Turismo, órgão composto por membros nomeados diretamente por ele, para assessorar o poder público. Apesar da sugestão do antigo diretor, os membros da comissão não eram remunerados. Os primeiros membros foram Herbert Muller Hering, Antonio Nunes, Heinz Herwig, Guinther Steinbach, Rubens Heusi, Heinz Hartmann, Agostinho Schramm e José Ferreira da Silva. Apesar da reformulação, portanto, Zadrozny optou por manter certa continuidade em relação ao governo anterior.

A maneira como lidou com o turismo, porém, foi radicalmente diversa. Se Ferreira da Silva dizia que era preciso criar atrativos turísticos para a cidade, a comissão concentrou seus esforços nessa tarefa, especialmente na etapa de idealização. E, se na gestão de Hercílio Deeke, Blumenau era promovida pela sua “natureza bucólica” e seu “grande polo industrial”, a comissão, já no seu ato de criação, começou a mudar este panorama. O texto diz o seguinte: “[...] é preciso zelar pela conservação, embelezamento e divulgação dos pontos de atração turística; orientar a organização das festas populares e promover a salvaguarda e valorização do folclore e das tradições locais [...]”⁶.

Foi o primeiro indício de ligação entre as categorias “festas populares”, “folclore” e “tradições locais” a atividade turística. Ou seja, a gênese, o começo da ideia de que Blumenau poderia atrair turistas, não como “cidade industrial” (a cidade atraía muitos turistas devido a suas indústrias têxteis e de cristais, segundo Rolf Herwig), mas reformulando a imagem de “cidade alemã” (que, sem objetivos turísticos, já existia desde o começo da colonização), quando a nacionalização já não era uma questão preocupante.

Portanto, já nas primeiras reuniões da Comissão Municipal de Turismo, em 1967, apareceu uma preocupação com a vida noturna de Blumenau, tida como inexistente. Para solucionar isso, foi dada a ideia

⁶ Conforme Decreto 757/1967.

de criar um restaurante “típico” no local conhecido como “morro do aipim”, de onde há vista elevada do centro da cidade e do Rio Itajaí-Açu. O projeto, desenhado pelo arquiteto Henrique Herwig, foi o precursor, o primeiro a transformar o enxaimel na arquitetura típica de Blumenau. Nascia o Restaurante Frohsinn, com sua estrutura de madeira aparente, a imagem da Alemanha no Brasil.

RESTAURANTE FROHSINN



1968 - Restaurante Frohsinn - 1969

Disponível em:

http://1.bp.blogspot.com/_E3oMKWFgwdE/Smsz8uzhjDI/AAAAAAAG7Y/gpjjMiWKum0/s400/Frohsinn1968+1969.JPG, acessado em 02/01/2017.

Antes de avançarmos nessa história, porém, vamos fazer uma pequena retrospectiva do que é o enxaimel e falar sobre a origem e o perfil social de Herwig, que, no auge da “febre do enxaimel”, no começo dos anos 1980, foi chamado de “pai do enxaimel”.

Segundo Veiga (2013) o enxaimel é uma das técnicas construtivas mais antigas da Europa, e sua origem é incerta, aludindo ao século XIV. Aliás, de acordo com o autor, o estilo não teve sua influência restrita ao que hoje é o território alemão, tendo sido difundida por vários outros do continente europeu. No começo, segundo Weimer (apud VEIGA, 2013), desde as invasões dos romanos, os povos que ocupavam o futuro território alemão não usavam pedras e tijolos em suas casas, preferindo, ao invés disto, a madeira para o feitiço de seus lares. Na Idade Média, as grandes edificações e monumentos foram construídos usando-se outras técnicas, mas a principal matéria-prima para as habitações era a madeira. A popularização do enxaimel está diretamente ligada a falta de madeira, que fez o estilo dominante no período, o *Blockbau* (feito de grandes pedaços de troncos roliços,

encaixados uns aos outros) entrar em desuso, popularizando então o enxaimel. (WEIMER apud VEIGA, 2013).

Sobre a definição de enxaimel, Veiga (2013) diz:

Sua principal característica é sua estrutura, uma espécie de esqueleto, feita com peças de madeira horizontais, verticais e inclinadas encaixadas umas nas outras, sem o uso de pregos. Este princípio, bastante simples, proporciona uma grande rigidez a estrutura. Os tramos, espaços vazios entre as peças de madeira, são, posteriormente, preenchidos com algum outro material, formando as paredes. (Veiga, 2013, p.77)

Os materiais que preenchiam os tramos variavam de pequenas misturas de barro com pedra ou palha, até pedras, até que mais tarde começaram a ser usados tijolos. Outra característica marcante do enxaimel são os telhados inclinados, usados na Europa devida à necessidade de se prover um meio para que a neve não se acumule no telhado, o que poderia acarretar problemas com a estrutura. (Veiga, 2013).

O enxaimel começou a cair em desuso no século XVIII, segundo Weimer (apud Veiga, 2003), devido à falta de madeira (ironicamente, o mesmo motivo da sua popularização). As fundações de pedra começaram a se tornar maiores, ocupando andares inteiros. Grossmann (apud Veiga, 2013) aponta um motivo estético para a seu crescente desuso no século XVIII: com a evidência do neoclassicismo, as fachadas de madeira foram rebocadas, para esconder sua aparência. Um último suspiro do enxaimel nesta época é o uso de tijolos para preencher os tramos. Mas, como surgiu num momento de constante regressão, as casas com tijolos visíveis na fachada são minoria na Alemanha, segundo Veiga (2013). No período áureo do romantismo alemão, a segunda metade do século XVIII, há um movimento de retomada do enxaimel, segundo Grossmann (apud Veiga, 2013).

Ou seja, o enxaimel teve sua retomada nos territórios germânicos antes do período em que grandes massas de imigrantes chegaram ao Brasil, vindos daquele lugar. Como no novo lar a madeira não era material escasso, não havia impedimentos práticos para as construções neste estilo. O fato, porém, é que o enxaimel foi uma técnica largamente utilizada pelos imigrantes alemães e seus descendentes, não apenas em Blumenau. Foram, inclusive, sendo adicionadas modificações. Além de modificações pontuais, como a introdução de varandas (provavelmente devido a temperaturas muito mais elevadas do que na Europa), e o predomínio dos tijolos maciços

como preenchimento, há duas questões que são bastante relevantes. Aqui, a técnica foi usada predominantemente (mas não exclusivamente) em localidades afastadas dos poucos núcleos urbanos (como Blumenau). Além disso, a maioria das construções tem apenas um andar. Ou seja, são pequenas casas. Na colônia, temos um exemplo da predileção por outras técnicas para construir grandes edificações. Se a casa de Victor Gaertner, ao lado da de seu tio Hermann Blumenau, foi construída utilizando o enxaimel, o prédio que abrigava a sede da colônia, primeira grande construção local, não a utilizou.

Ao longo do tempo, porém, o enxaimel foi perdendo adeptos, devido a motivos que nos escapam. É só percebermos, por exemplo, que, dos prédios mais antigos do centro de Blumenau (fins de século XIX e começo do XX), nenhum deles foi construído usando a técnica. A Sociedade dos Amigos de Blumenau, por exemplo, nunca considerou construir a Casa Dr. Blumenau com o enxaimel. Segundo Rolf Herwig, ninguém, na segunda metade do século XX, na cidade, sabia projetar um enxaimel...

...Com exceção de seu pai, Henrique Herwig, agente central do processo de consolidação do enxaimel como “paisagem típica germânica” de Blumenau. Ele, nascido na Alemanha, em 1911, veio com seus pais para o porto de São Francisco, alguns anos após o término da Primeira Guerra Mundial, em 1922. Passou a sua adolescência na colônia Hansa, futura Ibirama. Lá, seus pais construíram uma casa enxaimel. De família pobre, foi o único dos filhos que conseguiu estudar, segundo Rolf. Lá, começou a se interessar por engenharia e topografia, na Companhia Colonizadora Hanseática. Luterano, falava alemão e português. Depois de desposar uma jovem de lá (que falava muito mal português), Henrique veio a Blumenau, trabalhar num escritório de engenharia, a convite de um engenheiro que “gostava muito dele”. Durante os anos da Segunda Guerra Mundial, Henrique, um alemão nato, teve de se “recolher”, segundo Rolf, por conta da perseguição aos alemães e seus descendentes, indo morar no litoral do estado. Nada “de mais grave” lhe aconteceu, porém, segundo o filho. Não pudemos precisar, porém, se havia algum motivo específico para a perseguição alegadamente sofrida (como a participação em algum grupo visto como germânico, numa hipotética gama que poderia ir desde clubes de canto até grupos nazistas). Também não sabemos se a mudança para Blumenau aconteceu antes ou depois deste período.

Rolf lembra que, quando pequeno, a família morava numa casa enxaimel, localizada no bairro Bom Retiro. Certamente, o ingresso numa profissão que demandava conhecimentos técnicos, como a

engenharia/arquitetura, fez com a família tivesse uma boa ascensão financeira, já que o local em questão era um dos bairros mais reputados de Blumenau, sendo, por exemplo, a residência de agentes ligados à administração das Indústrias Hering, bem como a localização das próprias fábricas desta. Ou seja: do pouco que sabemos, podemos afirmar que Henrique morou em ao menos duas casas construídas com a técnica enxaimel. Era, portanto, algo que esteve presente em sua vida em pelo menos dois períodos, antes que ele fosse chamado de “pai do enxaimel”.

Em Blumenau, portanto, a família teve três filhos, os quais receberam educação superior formal. A única filha foi professora de alemão. Os dois filhos mais velhos seguiram os passos do pai. O mais velho foi engenheiro civil, e fez carreira em Curitiba, após a faculdade. Rolf, caçula, tornou-se arquiteto, tendo construído sua carreira ao lado do pai. Segundo ele, foi “muito fácil” estabelecer sua carreira ali, tendo em vista que Henrique tinha “os contatos” na cidade; ou seja, uma vasta rede de relações que o filho pôde herdar, inclusive entre industriais da cidade.

Isso o coloca com um perfil social muito próximo ao da maioria dos agentes tratados no capítulo anterior. Ou seja, não representa rupturas significativas em relação à hegemonia da geração 1950, da SAB. Além de carregar um sobrenome germânico, dominava certa cultura idem, expressa principalmente no uso do idioma, e era luterano. Some-se a isso a suposta vasta rede de amizades, e temos um perfil semelhante. Convém lembrar, porém, que estes recursos não são estáticos, e seu valor social é sempre relacional. Na prática, temos dois possíveis fatores para explicar esta ausência. A primeira é de que ele não participava da vida política local. Nunca se candidatou a cargo algum, nem foi membro de partido político. E, naqueles anos, lutar no espaço político parece uma condição essencial para poder lutar pelas representações de Blumenau. Além dos agentes dominantes na estrutura de poder em questão, que eram, sem exceção, envolvidos na política (através da UDN, e posteriormente da ARENA), outros sócios fundadores também eram atuantes nos dois espaços, seja pela hegemonia udenista ou a oposição do PSD.

O outro fator que pode explicar o seu não pertencimento a SAB é a sua idade. Convém lembrar, as duas caras do domínio udenista na cidade, nos espaços político e cultural, Ingo Hering e Hercílio Deeke, são de 1907 e 1910. Tinham, portanto, quase a mesma idade de Henrique. Há uma grande diferença entre eles, porém. Ingo e Hercílio já nasceram em berços privilegiados de Blumenau, eram herdeiros de

sobrenomes muito importantes (ainda que Hercílio tenha nascido e vivido bom tempo na Colônia Hansa, só permaneceu lá enquanto seu pai foi diretor da empresa colonizadora local). Como consequência disso, as suas carreiras profissionais foram construídas, desde o começo, ao redor da nossa cidade. Quando a campanha de nacionalização passou, os dois, com pouco mais de quarenta anos, ascenderam às lideranças do grupo que dominou (ao menos) os espaços políticos e culturais em questão. Henrique, por sua vez, vinha de origens sociais muito distintas. Não possuía muitos vínculos familiares ali. E trabalhava há relativamente pouco tempo na cidade. Basta pensarmos que, para quem chegou com a semelhança de não possuir familiares na cidade, Ferreira da Silva e Frederico Kilian, foi necessário mais tempo trabalhando lá, para que tomassem posições de destaque no espaço de discussão de categorias de identificação.

Quando tinha legitimidade para fazer os projetos que começaram a definir o enxaimel como arquitetura típica, Henrique já tinha mais de duas décadas de trabalho na cidade. O Restaurante Froshinn, portanto, foi apenas o primeiro passo. Idealizado na comissão, teve o seu projeto completo entregue gratuitamente por Herwig. Nessa altura, não existiam edificações em enxaimel na rua XV de Novembro, onde a maioria do comércio se concentrava.

Mas isto iria mudar. A rua, paralela ao rio, principal condutor da vida blumenauense desde os tempos de Herman Blumenau, passaria por um intenso de processo de transformação de sua imagem, a partir das próximas duas décadas. Hoje, é possível perceber que o centro da cidade possui três eixos, todos paralelos ao Rio Itajaí-Açu. A avenida presidente Castelo Branco, conhecida também como “beira-rio”, que foi construída entre as décadas de 1950 e 1970, a Rua Sete de Setembro, a mais distante do rio entre as três, e a Rua XV de Novembro, que fica no meio das duas, com extensão de cerca de 1,5 km, da foz do Ribeirão Garcia, onde era localizada a antiga prefeitura, até a foz do Ribeirão da Velha, onde fica a atual. Foi a “XV”, porém, a rua mais influenciada pelo processo de “germanização” que começou nesse período, ao ponto de, hoje, ser a grande expressão da imagem de “cidade alemã”. A Comissão Municipal de Turismo, por sua vez, num processo de intensificação de suas atividades, iniciou movimentos para a construção de uma sede própria. Ela foi construída na esquina da XV de Novembro com a Rua Nereu Ramos, adotando, desde já, o enxaimel como “estilo típico”. Tal logradouro, porém, não foi, a princípio, foco da implantação dessas “construções típicas”, como veremos posteriormente.

Podemos perceber, através das atas das reuniões da referida Comissão, que a principal estratégia utilizada para promover Blumenau foi o “resgate” de elementos “típicos”, entre os quais ganhou destaque, desde o começo a arquitetura, operacionalizada através do enxaimel, uma imagem já exótica, que caminhava na contramão da verticalização das construções, consequência do acelerado crescimento urbano da cidade. A “política desenvolvimentista nacional”, segundo Maurício Biscaia Veiga (2013):

[...] trouxe significativas mudanças, sendo algumas delas o crescimento da frota de automóveis, a verticalização, a proliferação de prédios com arquitetura modernista e o aumento populacional em função das migrações, com a consequente ampliação da área urbana, algo que nem sempre se deu com o planejamento adequado. Devido à modernização empreendida neste período, esta foi, também, uma época em que o patrimônio arquitetônico, não apenas em Santa Catarina, mas no Brasil, de modo geral, sofreu graves agressões, muitas delas irreversíveis, em função do crescimento desordenado das cidades e da predominante ideologia do progresso. (VEIGA, 2013, p. 119)

Existia, portanto, certa tendência a valorizar grandes edifícios verticais, em detrimento de edificações mais antigas do centro da cidade. Estas, apesar de não serem construídas em enxaimel, tinham um estilo distinto da então tendência vertical. Estes prédios, portanto, iam sumindo da paisagem local. Confrontados com o risco de perder imagens da memória local, a Comissão de Turismo, com o respaldo da Prefeitura Municipal, se esforçou para revitalizar essa imagem, mas não através destes casarões, e sim de construções igualmente anacrônicas, como o enxaimel.

Para incentivar este “estilo típico”, portanto, era necessário ir além das edificações construídas pelo poder público. Durante a gestão de Evelásio Vieira, quando Henrique Herwig tinha mais contato com a prefeitura municipal (o que foi afirmado pelo filho Rolf), portanto, foi promulgada a Lei 1909/72, cujos três primeiros artigos definem a construção de uma “paisagem típica” como objetivo da Comissão Municipal de Turismo:

*Art. 1º: Fica o Executivo Municipal autorizado a dispensar do pagamento de

emolumentos de obras todos os que, dentro do perímetro urbano de Blumenau, vierem a edificar casas típicas Blumenauenses, para residências.

*Art 2º: Fica ainda o Executivo Municipal autorizado a conceder às construções de que trata o artigo anterior isenção do Imposto sobre a Propriedade Urbana, pelo prazo de dez (10) anos, contados da data da expedição do "Habite-se".

*Art 3º: A concessão dos benefícios previstos nesta lei dependerá sempre de parecer prévio da Comissão Municipal de Turismo que examinará os projetos a fim de averiguar se os mesmos possuem as condições e normas em que a referida Comissão baseia a definição do que considera "Casas típicas - Blumenauenses"⁷.

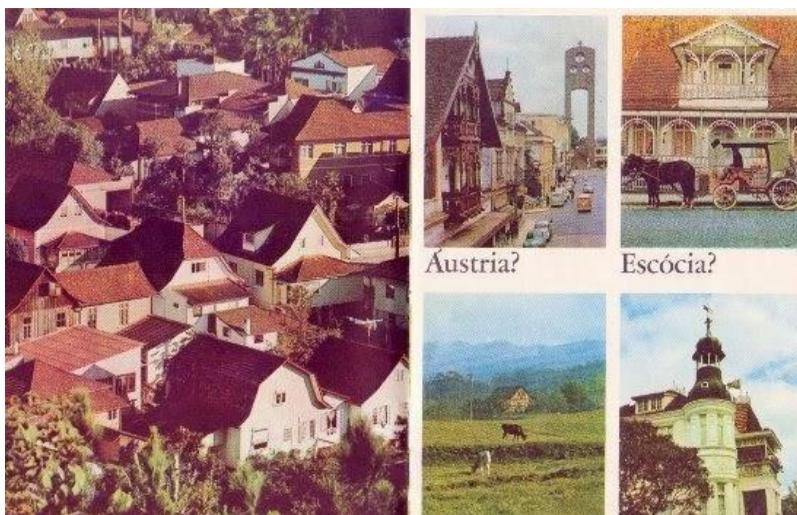
Podemos perceber que, nesse momento, não há qualquer definição de que consistiria uma “casa típica”. A Prefeitura delega essa autoridade exclusivamente à Comissão de Turismo, onde foi gestada a proposta, ainda que o grupo nunca tenha formulado definição técnica do que era considerado “típico”, embora as construções anteriormente citadas apontassem para o enxaimel. A “febre do enxaimel”, porém, não deslanchou naquele momento. Podemos apontar alguns motivos pra isso.

A adoção da arquitetura como elemento de promoção turística, portanto, já acontecera na Comissão Municipal de Turismo desde 1968, ainda na gestão Zadrozny. A lei 1909/72, portanto, é a consolidação de um projeto que atravessou a transição governamental ARENA-MDB. A revista “Seleções”, versão brasileira da norte-americana “Reader’s Digest”, publicou, naquele ano, uma matéria com o título de “Adivinhe que país é este?”, elaborada pela Denison Propaganda S/A, empresa de marketing sediada em São Paulo (que, posteriormente, comandou as ações de marketing da Cia. Hering e da Artex S/A). A matéria trazia imagens da Blumenau, comparando a cidade à diversos países europeus. Ali, além de afirmar que para sair do Brasil, sem passaporte e sem dólares, bastava ir até a cidade:

⁷ Vide Lei 1909/1972 de Blumenau (SC)

Sim, é Brasil. Você pode conhecer um outro país sem deixar a sua terra [...] É só tomar o caminho de Blumenau. É um pedaço diferente do Brasil que você conhece [...] casas saídas dos contos de fadas, cercadas de flores, cortinas coloridas nas janelas e (você às vezes poderia jurar paredes de confeitos e chocolate. Você acredita mesmo que tudo isto também isto também é o seu Brasil? (Revista Seleções, apud Veiga, 2013, p.34-35)

Imagens da campanha “Que país é esse?”



Disponível em: Veiga, 2013, p.34.

A reportagem, devemos notar, não chama Blumenau de “cidade alemã”, mas pende a qualificá-la como “cidade europeia”. São citados cinco países que, supostamente, poderiam ser confundidos com determinadas imagens da cidade, e apenas um deles é a Alemanha (Suíça, Escócia, Áustria e Luxemburgo são os outros). Com exceção da imagem relativa à Suíça, que mostra uma pastagem rural, e a uma foto aérea do Centro da cidade, todas têm como foco construções locais. A reportagem, portanto, defende tais imagens como exóticas, representativas de uma paisagem tipicamente não brasileira. De onde surgiu a ideia, portanto, é difícil afirmar, mas o primeiro indício de que a Comissão de Turismo resolvera promover Blumenau através de imagens tidas como “exóticas” (o que implicou, portanto, em interferir

em questões arquitetônicas) é a campanha publicitária em questão. Como dito, porém, as imagens não especificam qual nenhum modelo arquitetônico específico, concentrando seus esforços em uma mistura de construções diferentes do praticado na época. Apesar da tendência a adotar o enxaimel começar a se desenhar a partir do Frohsinn, a técnica/estilo ainda era só mais uma imagem “típica” da cidade. A autoridade para definir cabia toda à Comissão de Turismo, e esta se referia às construções apenas como “casas típicas”.

Além disso, a lei apresentava três restrições importantes: em primeiro lugar, ela só valia para construções novas. A ideia não era adaptar os prédios já existentes, era construir novos. Estes, por sua vez, deveriam estar localizados do perímetro urbano da cidade. Os prédios típicos, afinal, deveriam ficar onde tivessem visibilidade. O turismo pretendido era essencialmente urbano, portanto. Convém lembrar que a atuação de José Ferreira da Silva, no que toca ao tema “turismo”, enfatizava as belezas naturais da região, em outra marca da ruptura ideológica que estava em curso sobre a cidade. Além disso, é possível perceber que a escolha por conceder incentivos apenas às edificações com finalidade residencial pode ter sido um entrave à multiplicação do enxaimel na época. Este, apesar de ter sido, nas primeiras décadas da colônia, uma técnica usada em prédios residenciais, era inviável com esta finalidade, ao menos nas ruas centrais da cidade, na década de 1970. E isso porque tais ruas eram essencialmente comerciais, e não mais residenciais. A lei, portanto, impossibilitava a adaptação do enxaimel às necessidades dos proprietários de prédios no Centro de Blumenau. O artigo 5º, por sinal, afirma que a isenção fiscal só valia enquanto o prédio não tivesse a sua finalidade, seu proprietário e suas características originais mantidas, o que mantinha restrições consideráveis por dez anos.

Neste final de mandato, o titular da secretaria de finanças de Blumenau era Felix Christiano Theiss. Único a ser tornado prefeito de sobrenome germânico entre os do MDB, o à época relativamente jovem Felix era economista, e havia trabalhado em diversas empresas privadas. Segundo Theiss, a administração pública não lhe interessava, até aquele momento, e seu conhecimento era todo relativo à administração privada. Apesar disso, ele aceitou o segundo convite de Evelásio Vieira, num momento de instabilidade profissional, para permanecer trabalhando na cidade na qual nascera e morara a maior parte da vida.

Ao fim de seu mandato, Vieira escolher Theiss como seu sucessor, para concorrer contra o candidato da ARENA, onde se concentravam tanto os antigos membros da UDN quanto os do PSD. Na

prática, portanto, o MDB enfrentava ao menos a maioria dos grandes empresários e industriais locais, como Carlos Zadrozny e Ingo Hering, por exemplo. Segundo Theiss, sob a orientação de Evelásio Vieira, que ele considera seu mentor político, venceu as eleições e se tornou prefeito da cidade aos 35 anos, para exercer um mandato de quatro anos. Sem maioria na Câmara de Vereadores, porém, o que demonstra que havia uma oposição nada ociosa contra seu governo. Durante a sua gestão, portanto, começaria uma campanha midiática, com o apoio da Prefeitura Municipal, para transformar Blumenau num ponto turístico relevante, através de caricaturas da cidade como “alemã”.

A primeira ação relevante, nesse sentido, foi o traslado dos restos mortais de Hermann Blumenau para a cidade. Theiss fora convidado a excursionar pela Alemanha Ocidental (lembramos que a prática era mais ou menos comum, haja vista que Ferreira da Silva também o fora). Lá, conheceu o homólogo de Braunschweig, cidade na qual Hermann Blumenau fora sepultado em 1899. Segundo Theiss, o prefeito teria se prontificado a colaborar para fazer o traslado dos restos mortais do fundador da colônia para o Brasil (não ficou claro, porém, que quem partiu a ideia de realizar esse traslado). A escolha, talvez, se deva às comemorações dos 150 anos da imigração alemã no Brasil. Para acolher os restos mortais, portanto, foi construído um mausoléu para o “Dr. Blumenau”, ao lado da então prefeitura, ao lado do quintal que pertencia ao fundador.

Todo discurso sobre a história de Blumenau começa pela construção da figura do “Dr. Blumenau”. Essa nova “cidade alemã” turística, logo, não adotou caminho diverso. Muito criticado pela construção do mausoléu, Theiss encontrou sua justificativa numa carta descoberta, segundo ele, ao acaso, escrita para Dom Pedro II por Hermann Blumenau, na qual afirmava que desejaria ter deixado suas cinzas nas terras da colônia. Com uma grande campanha midiática executada, na qual a carta foi divulgada (inclusive no “Santa”, que Theiss classificou como jornal da oposição, sob um preço caríssimo), os restos mortais chegaram à cidade Rio Itajaí acima, numa cerimônia que contou com a presença do governador do estado, durante as comemorações do aniversário da cidade. Segundo Theiss, o evento, classificado como um grande sucesso de sua gestão teria garantido, supostamente, a eleição de Renato Viana, seu sucessor na prefeitura municipal, com ampla maioria na câmara, já que foi realizado a poucos meses do pleito.

Durante o mandato de Theiss, foi intensificada a campanha midiática para divulgar Blumenau como “cidade alemã”. O prefeito de

Braunschweig, segundo Theiss, também o colocara em contato com a Deutsche Presse-Agentur, agência de notícias alemã, sediada em Hamburgo, para falar sobre os motivos de sua visita ao país europeu. Isso teria atraído, segundo Theiss, a imprensa alemã à cidade, na época da inauguração do mausoléu (como o *Suddeutsche Zeitung*, por exemplo). O então prefeito frisa que a prefeitura propiciou apenas apoio logístico aos repórteres, garantindo hospedagem e transporte aos jornalistas estrangeiros, em parceria com os hoteleiros de Blumenau. Pouco a pouco, eram construídas as bases para a “explosão” turística que aconteceria na década seguinte.

Sob a gestão do advogado Renato de Mello Vianna, eleito para suceder Theiss, a partir de 1977, houve a promulgação da segunda lei de incentivo às construções típicas. Não há, porém, qualquer tipo de registro sobre o processo de discussão que levou a revogação de lei 1909/72 e elaboração da 2262/1977. Os quatro primeiros parágrafos diziam o seguinte:

Artigo 1º: Fica o Executivo autorizado a conceder favores fiscais às edificações que forem construídas dentro do perímetro urbano de Blumenau, para fins comerciais, residenciais, isoladas ou conjuntamente, e que apresentarem os estilos arquitetônicos típicos conhecidos como "Enxaimel" e "Casa dos Alpes", nas seguintes bases:

a - 50% (cinquenta por cento) do Imposto Predial Urbano - IPU - para as edificações residenciais;

b - 1/3 (um terço) do IPU para as edificações destinadas ao comércio, obedecendo ao critério de lançamento estabelecido pelo "Código Tributário do Município";

Artigo 2º: Os favores estabelecidos no art. 1º desta Lei, serão concedidos pelo período de 10 (dez) anos, conta dos da data da expedição do "Habite-se".

Artigo 3º: A concessão dos favores fiscais de que trata a presente Lei, será feita por decreto do Poder Executivo, baixado com base no parecer da "Comissão Técnica" composta por:

a - Um arquiteto representando a Assessoria de Planejamento da Prefeitura Municipal;

b - Um engenheiro civil representando a Secretaria de Obras e serviços Urbanos da

Prefeitura Municipal;
c - O Chefe de Gabinete do Vice-Prefeito municipal.

Artigo 4º: A Assessoria de Planejamento fica incumbida de elaborar a Regulamentação desta Lei, no prazo de 30 (trinta) dias, especificando os elementos arquitetônicos que caracterizam os estilos conhecidos por "Enxaimel" e "Casa dos Alpes"⁸.

Vamos comparar, portanto as diferenças entre a primeira legislação, que foi ineficaz na sua proposta de construir uma paisagem “típica” para Blumenau, e a segunda, que foi a base legal para a “febre do enxaimel” que aconteceria anos mais tarde.

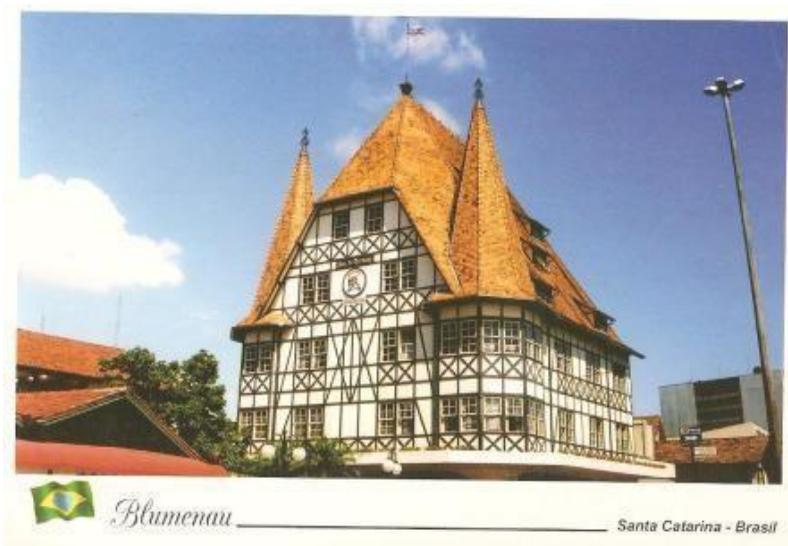
A primeira diferença que chama a atenção é o fato de que não se fala mais em “casas típicas”, mas sim em “edificações construídas em estilos típicos”. Ou seja, uma restrição da primeira lei não existe nessa: prédios com finalidades comerciais eram bem-vindos, embora as isenções fiscais fossem percentualmente menores para estes do que para as residências. Em segundo lugar, a definição do que era, afinal o “típico” de Blumenau: o “enxaimel” e a “casa dos Alpes”. Mas, ao contrário de 1972, a Comissão de Turismo foi totalmente retirada deste processo: não há qualquer menção a esse setor, onde foi gestada, inicialmente, a ideia. A autoridade, que antes cabia ao turismo, passou às mãos da Assessoria de Planejamento e à Secretaria de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura Municipal, os quais tinham um membro cada na comissão que decidia quem deveria ou não ganhar a isenção, desde que estes fossem um arquiteto e um engenheiro civil. Ou seja, concentrou o poder de decidir quais prédios seria a imagem da cidade a cargos técnicos, talvez com a esperança de, assim, legitimar um processo de manipulação de imagens que, provavelmente, se esperava controverso, ainda mais vindo de um partido que enfrentava grande oposição em círculos poderosos economicamente da cidade, dos quais, em certa medida, eram necessários para a implantação bem sucedida destas propostas arquitetônicas.

Essa lei, porém, mantinha duas restrições importantes, que já constavam na primeira versão: valia apenas para edifícios construídos no perímetro urbano e que fossem novas.

⁸ Vide Lei 2262/1977 de Blumenau (SC).

A partir desta lei, entretanto, a proposta de construção da “paisagem típica” ganhou força, especialmente a partir da construção da nova sede das Lojas Moellmann. Fundada em 1868, a loja, que em 1978 era propriedade de Udo Schadrack, inaugurou sua nova sede, na rua XV de Novembro:

“Castelinho da Moellmann”



Disponível em: <http://postaisdamarta.blogspot.com/2010/09/>

Logo em sua inauguração, o prédio foi chamado, pelo Jornal de Santa Catarina (JSC), de o “prédio enxaimel mais importante de Blumenau”. O local, que ficou conhecido como “castelinho da Moellmann”, se tornou um atrativo turístico local (a própria imagem acima, por exemplo, foi extraída de um cartão postal da cidade). Schadrack, por sua vez, deixa claro que a intenção, ao construir o prédio desta maneira fora lucrar com isso, conforme dito no JSC, quando da inauguração do edifício. O castelinho, portanto, foi um dos pontos altos do processo de re-germanização local, e se reveste de grande importância, pois foi o primeiro momento de grande repercussão e divulgação de um prédio em “estilo típico” construído pela iniciativa privada, a qual seria determinante para construir a “paisagem tipicamente alemã” que é a base do título de “cidade alemã”. O apelo turístico da construção ficaria evidente porque, em 1999, a Moellmann fechou suas portas, e a Secretaria de Turismo ocupou o prédio de 2002 a

2008. Hoje, ele abriga uma filial das Lojas Havan, rede sediada na cidade vizinha Brusque.

O prédio, tal como os típicos construídos pela prefeitura, fora projetado por Henrique Herwig. A inspiração para tanto fora o prédio que abriga a prefeitura de Michelstadt, pequena cidade da região central da Alemanha, que detém o título de “prefeitura mais antiga” do país, tendo sido construída em 1484. (inspiração de Herwig para a construção)

A campanha midiática continuava numa crescente. No mesmo ano da inauguração do castelinho, o jornal “O Estado”, de Florianópolis, divulgava que Blumenau “descobrira no enxaimel sua vocação turística”. O enxaimel, ali, já era a cara da cidade. Hoje, essa imagem está alicerçada em três coisas: além do Castelinho, a Prefeitura, que foi inaugurada em 1982 e o conjunto de prédios construídos sob o enxaimel na rua XV de Novembro. Caminhando pela rua XV, percebemos que um ramo de atividade específico tem a maior parte dos edifícios “típicos”: os bancos.

Hoje, caminhando pela rua XV, temos agências bancárias, instaladas em prédios enxaiméis, o Bradesco, Banrisul, Itaú, Caixa e duas agências do Santander. Com exceção deste último, que só chegou ao Brasil na década de 1980 (mas que, em Blumenau, se instalou em prédios que abrigavam outras instituições bancárias anteriormente, todos os outros são instituições mais antigas, que atuam a mais tempo na cidade. As autodenominadas “cooperativas de crédito”, como a Viacredi, quando são sediadas ali, na XV, não o são em prédios enxaiméis. Ou seja, houve, claramente, algum tipo de mobilização, por parte das instituições bancárias, para se instalar em prédios típicos, a partir de 1978. Infelizmente, a escassez de registros sobre o processo em questão limitou muito o nosso potencial analítico a respeito da situação. Mas, então, porque podemos afirmar que houve uma mobilização que desejava que isso acontecesse?

Enquanto a sede da Moellmann era inaugurada, em Outubro de 1978, já haviam outros enxaiméis em processo de construção na cidade. Meses antes, o JSC noticiava que o Banco Econômico (que futuramente seria incorporado pelo Bradesco) começava a construir sua sede (enxaimel) na rua XV de Novembro, em projeto idealizado pela Lindner, Herwig e Shimizu Arquitetos, da qual Henrique Herwig era sócio. A firma, inclusive, já projetara a reforma do prédio do Banespa, outro enxaimel (hoje Santander), segundo a reportagem. O que chama a atenção, porém, é que o texto diz que o “serviço de turismo” da Prefeitura Municipal iria confirmar, em breve, se o Bradesco teria

desistido de construir em estilo típico. Isso é curioso porque, apesar da legislação vigente sequer citar o setor encarregado pelo turismo local, a reportagem do jornal alega que este estava, em alguma medida, envolvido com os esforços de construção de edifícios típicos. A seguir, a notícia alega que, caso a construção não fosse edificada em estilo típico, a Prefeitura teria que embargar a obra, para cumprir “às últimas determinações baixadas por ele [o prefeito]” (JSC 08061978).

Essa “determinação” é a Lei 2384/1978, que, em seu primeiro parágrafo, proíbe a instalação de bancos e similares na extensão das ruas XV de Novembro e Castelo Branco. O segundo parágrafo, por sua vez, afirma que as instituições já se encontravam instaladas, com sede própria, ou que tivessem comprado terreno para tal, poderiam continuar explorando negócio, desde que preservassem edificações típicas, e, caso as demolissem, edificassem novamente nos estilos em questão. No final das contas, portanto, é uma legislação que protege as instituições bancárias que já existiam na cidade, lhes reservando a rua central, e, em troca, apontava a direção arquitetônica que pretendia para a paisagem do logradouro em questão. O resultado disso, portanto, foi que os bancos seguiram, em sua maioria, a Moellmann, e deram os primeiros passos para começar a transformar a paisagem da XV de Novembro.

Em 10 de Agosto de 1980, o Jornal de Santa Catarina (que Felix Theiss classificara como opositor do MDB) publicou uma matéria sobre o aumento das construções enxaiméis na cidade. O título: “A febre do enxaimel”. A reportagem afirma que, naquele momento, a cidade vivia uma “febre típica” e que as novas construções da cidade traziam, de alguma maneira, elementos considerados “tipicamente germânicos”.

Podemos perceber, de acordo com a repercussão midiática ao dessas mudanças iniciais, que não existia, até a “febre do enxaimel”, críticas a respeito de autenticidade destas construções, por parte de espaços interessados na construção de discursos de identificação. Dali em diante, porém, começaria a surgir, a partir de arquitetos locais e do espaço que a imprensa lhes proporcionava (como JSC), críticas aos prédios construídos. Lembremos que, de acordo com a definição de Veiga (2000), o enxaimel é uma “técnica construtiva”. Essa definição, dominante entre arquitetos que se debruçam sobre o tema (Günter Weimer, talvez o pesquisador de maior reputação no estudo do tema no Brasil, é a referência de Veiga nessa delimitação da categoria), liga o enxaimel ao “como” do processo de construção, e não à estética. Talvez por isso, a reforma incentivada pela Prefeitura em Blumenau tenha motivado críticas dos defensores deste paradigma arquitetônico. Na cidade, o foco era, nos parece seguro afirmar, a estética das construções,

pois esta é que garantiria a realização do principal objetivo, a fixação da imagem de “cidade europeia” . Veiga chama o que foi criado em Blumenau de neo-enxaimel, que, para ele, nada mais era do que uma imitação não autêntica de uma técnica construtiva que havia caído em desuso. Ele, inclusive, usa duas palavras, com teor pejorativo, para definir o que chama de neo-enxaimel: kitsch e pastiche. As duas, por sua vez, batem na tecla da não conformidade com um modelo original, verdadeiro. Ou seja, o neo-enxaimel é rebaixado como um tipo de arquitetura inferior, falso.

Veiga (2013), porém, não foi o primeiro a chamar os prédios típicos de Blumenau de “kitsch”. Ainda na matéria do JSC, Claudio Horbe, arquiteto local, afirma que “esta arquitetura, na tentativa de se aproximar de sua origem, acaba por se afastar dela cada vez mais”⁹. O mesmo, porém, destaca pontos positivos, ao afirmar que, num mundo que tendia a homogeneização cultural, a valorização de elementos regionais e particular deveria ser valorizada.

Ainda em 1980, Roberto Burle Marx, paisagista conhecido nacionalmente, teceu duras críticas à arquitetura que se tentava implantar na cidade, em estilo típico germânico, eram “imitações, um aborto da arquitetura”¹⁰(JSC, 04/12/80). Lindolf Bell, que, lembremos, era o poeta que tecera críticas à história dominante da cidade, era quem havia mobilizado esforços para a vinda de Burle Marx à cidade. Na ocasião, o paisagista viera para construir um “jardim suspenso” na Companhia Hering (que existe até hoje), como parte das festividades do centenário da empresa, comemorado naquele ano. Bell, portanto, era crítico da história hegemônica endossada pela prefeitura (adiante falaremos disso), e trouxe Burle Marx que, através de outros referenciais, também criticava as ações da Prefeitura. A crítica, porém, não passou despercebida. O JSC deu voz às críticas de dois comerciantes da área central e a do prefeito Vianna. Geraldo Jaeger afirmou que Burle Marx era “esclerosado”, e que a imitação do enxaimel de Blumenau agradava os turistas, e era isso que importava. Afonso Heusser, por sua vez, disse que a crítica do paisagista era de “extremo mau gosto” e que não se devia dar atenção às palavras de alguém que “vem a Blumenau somente para levar o dinheiro do blumenauense, sem trazer alguma coisa de útil para a nossa comunidade. Vianna, por sua vez, o chamou de “sem sensibilidade e grosseiro”, e afirmou que “estamos trabalhando com a intenção de embelezar nossa cidade e não para agradar um

⁹ Jornal de Santa Catarina, 10/05/1980, s/p.

¹⁰ Jornal de Santa Catarina, 04/12/1980, p.09.

paisagista que nada contribuiu para o destaque nacional que Blumenau hoje desfruta”¹¹. Segundo Rolf Herwig, os projetos de seu pai Henrique eram criticados por “vários” arquitetos locais.

O grande agente deste processo, neste período, foi a Prefeitura Municipal. Podemos perceber, também, uma mudança no perfil de atuação neste período. Se, na geração da SAB, embora houvesse um grupo organizado com estratégias de ação coerentes, os agentes individuais tinham mais importância (o que pode ser atestado pela permanência de vários deles no bojo dos processos durante cerca de duas décadas), o que vimos com a “re-germanização” turística de Blumenau foi diferente. E isso porque, apesar de podermos delinear um rumo, uma estratégia geral a ser seguida (grosso modo, utilizar a suposta origem germânica da cidade como elemento de promoção turística), não há continuidade de agentes neste período. Quer dizer, nem membros do órgão responsável pelo turismo (primeiro departamento, depois comissão, e finalmente secretaria), nem políticos, nenhum deles permaneceu do começo ao fim atuando diretamente sobre esses assuntos de maneira determinante.

Esmiuçando: temos, por um lado, a criação de uma paisagem típica, e, do outro, a criação da festa típica, a *Oktoberfest*. Há um agente que esteve envolvido com cada um dos projetos de maneira ininterrupta: Henrique Herwig com o primeiro, e Antonio Pedro Nunes com o segundo. Mas nenhum deles esteve envolvido com o outro. O projeto de “re-germanização”, portanto, envolveu mais agentes, e passou por várias mãos dentro da prefeitura municipal.

O enxaimel, porém, viria a ganhar todas as manchetes locais, novamente, com a inauguração do novo edifício da Prefeitura Municipal. Segundo Veiga, existia um projeto com “arquitetura moderna” para o prédio, que viria para substituir aquele localizado no começo da rua XV de Novembro, ao lado do Mausoléu, que fora inaugurado na gestão anterior. A antiga sede, lembremos, era aquela na qual funcionava a administração da então Colônia Blumenau, projetada por Henrique Krohberger, tio de José Deeke.

Henrique Herwig entregou, segundo o filho Rolf, o projeto completo da prefeitura para Renato de Mello Vianna, e a escolha foi, portanto, em construir de acordo com a estética enxaimel, em harmonia com a reforma paisagística em curso há quase uma década. Nas

¹¹ Jornal de Santa Catarina, 04/12/1980, p. 09.

comemorações do aniversário da cidade, em Setembro de 1982, e edifício era inaugurado:

Sede da Prefeitura Municipal de Blumenau



Disponível em: <http://blumenauantigo.blogspot.com/2013/12/>.

Vianna alegou em entrevista ao jornal A Notícia de Joinville, que a escolha pela estética enxaimel significava que o novo prédio “era uma demonstração de que os blumenauenses procuram preservar as lições do passado e uma reverência aos que aqui vieram para fecundar no nobre chão de Santa Catarina as sementes de uma civilização ativa e trabalhadora”¹². Além disso, a prefeitura foi promovida como a “única” enxaimel em todo o país, o que seria motivo de orgulho para os blumenauenses.

A legitimação social do uso planejado da estética enxaimel, portanto, residia na alegação de que este era um elemento do passado da cidade, e preservá-lo significava preservar a memória dos imigrantes germânicos, “pioneiros” da fundação da cidade. Como podemos perceber, apesar de não lidar diretamente com a escrita da história da cidade, as ações da Prefeitura, até a criação da *Oktoberfest*, pelo menos, não discordam daquelas diretrizes que nortearam a produção historiográfica de José Ferreira da Silva e seus contemporâneos. A história que legitima a existência do enxaimel (e depois da *Oktoberfest*)

¹² A Notícia, 02/09/1982, p. 15

é uma história de uma Blumenau de origem alemã, ainda que o perfil social das vozes que propagam essa história tenha mudado (e se diversificado), elas se contentam em reproduzir os referenciais produzidos pela antiga elite intelectual, de perfil muito específico (descendente de alemães, fluente em alemão, ligado à elite econômica e luterano).

A partir de 1982, a última fase da reforma arquitetônica típica: pela primeira vez, as antigas casas enxaimel começam a ganhar destaque na discussão. Quer dizer, as duas leis de incentivo estavam preocupadas apenas com edifícios novos. Nos bairros da cidade, porém, ainda existiam casas mais antigas construídas em enxaimel. Em 1982, meses antes da inauguração da nova prefeitura, Sueli Petry concedeu entrevista ao JSC¹³, como representante de um grupo engajado em preservar as casas construídas no início da colonização alemã. A proposta consistia em isentar os proprietários do pagamento do IPTU, tal como a lei de 1977 fazia com os prédios novos: “Já que está se dando grande valor às construções em estilo típico, nada mais justo que preservar aquilo que existe a muito tempo, de acordo com as ideias originais dos colonizadores”¹⁴.

Em 1984, o grupo conseguiu atingir este objetivo: A Lei 3.134/1984 modificou o texto da 2262/1977, retirando duas restrições que esta impunha. Em primeiro lugar, foi retirada a expressão “perímetro urbano”, o que fez com que os benefícios fiscais fossem estendidos a casas construídas em áreas rurais de Blumenau. E também foi adicionado um parágrafo único, que estende os mesmos benefícios a edificações que forem reformadas de acordo com os estilos arquitetônicos em questão. O movimento de preservação não afetou, diretamente, a construção da paisagem típica no centro da cidade. Mas modificou o processo por um motivo: fez com que, com uma reforma, algo muito mais simples do que construir um prédio novo, a isenção fiscal fosse possível. Dessa maneira, o movimento de preservação das casas antigas acabou tornando a legislação mais flexível, e isso deu brechas legais para que alguns prédios conseguissem os benefícios apenas colocando madeiras na parte externa da fachada, tal como a prefeitura o fez (o prédio da prefeitura não conta com madeira estrutural). Indiretamente, portanto, o grupo que visava à preservação contribuiu para reformas simplificadas, que visassem alcançar à estética enxaimel.

¹³ Jornal de Santa Catarina, 11/02/1982.

¹⁴ idem

No JSC, porém, teve início, a partir de 1986, uma campanha que se utilizava dos conceitos de “autentico” e “falso”. Por um lado, denunciava a demolição de “enxaiméis autênticos”, alegando falta de apoio da Prefeitura para preservar e reformar estas casas, e, em comparação, criticava a proliferação de “enxaiméis falsos”. Em 11 de Janeiro de 1986, o jornal trazia a seguinte manchete: “Mais um enxaimel autentico demolido. O falso prolifera”. Hasso Muller, na época vereador na cidade, declarou em 14 de Janeiro do mesmo ano, no JSC:

Não são festividades como a bem sucedida *Oktoberfest* e nem as falsas fachadas de enxaimel premiadas com isenção de tributos que identificam a nossa cultura. As construções em estilo enxaimel e outros prédios antigos têm que ser preservados. Destruí-los é romper com o passado¹⁵.

Henrique Herwig, que projetou vários prédios enxaimel no centro de Blumenau (todas as agências bancárias, o Frohsinn, a prefeitura, a Moellmann, etc.), mudou de postura a respeito do uso do enxaimel, tomando por base o movimento de defesa das construções antigas nos bairros cidade. Chamado de “pai da conservação do enxaimel”, Herwig afirma, em entrevista concedida em Abril de 1986 ao JSC¹⁶, que não era viável investir mais no estilo, devido ao alto custo de manutenção e falta de segurança. Convém lembrar que, mais cedo naquele ano, acontecera um incêndio numa empresa local, construída em enxaimel, na rua XV de Novembro. Segundo Herwig, isso só acontecera porque a empresa em questão construiu um edifício enxaimel apenas visando à isenção fiscal. Quando lhe era solicitado construir no estilo, ele alega que projetava paredes de alvenaria, cabendo a estética única do enxaimel apenas a um revestimento na parte externa. Herwig afirma que, nesse sentido, não era justo conceder o benefício fiscal a estes prédios, pois estes não retratariam a importância histórica do estilo. Ao invés disso, ele propõe que fosse investido na preservação daquelas casas antigas, cujas demolições provocavam as críticas citadas anteriormente. Apesar de ser um dos agentes centrais no processo de transformação da paisagem da rua XV de Novembro, portanto, Herwig passa a defender, publicamente, os seus prédios como não tendo o mesmo “valor histórico” do que aquelas casas antigas.

¹⁵ Jornal de Santa Catarina, 11/01/1986, s/p.

¹⁶ Jornal de Santa Catarina, 17/04/1986, p.13.

Hasso Muller apareceu novamente nas páginas do JSC, na edição de cinco de Maio de 1986, para criticar os enxaiméis “falsos” e lutar pelos “verdadeiros”. Ele afirmou, na ocasião, que pretendia revisar a Lei 2262/77, que concedia as isenções fiscais, pretendendo com isso “premiar os que fazem enxaimel puro, preservando e garantindo uma receita mais justa.”¹⁷, e garantia que “há a necessidade de preservar o verdadeiro enxaimel”, que seria aquele do interior da cidade, segundo o texto. O argumento do apelo turístico dessa imagem foi resgatado, na mesma matéria, por Constantino Magno, na época Diretor da Assessoria de Planejamento da Prefeitura (responsável por decidir quais prédios iriam se beneficiar da isenção, lembremos), que afirmava que as críticas ao “enxaimel de fachada” eram “absurdas”, e que as construções só ofereciam perigo se não se adequassem ao sistema de proteção contra incêndios, afirmando que o incêndio no Caça e Pesca (a empresa cuja sede pegara fogo mais cedo naquele ano) houve negligência ao se estocar materiais inflamáveis.

De qualquer maneira, as críticas ao enxaimel tiveram certo efeito. Hoje, construções deste tipo não são viáveis, especialmente após a revogação da Lei 2262/77. A transformação que a paisagem do centro da cidade sofreu durante este período, porém, perdura até hoje, com os grandes símbolos da “febre do enxaimel” sendo algumas das imagens mais associadas à cidade. O enxaimel, portanto, foi um elemento fundamental para “re-germanizar” a imagem da cidade, através da “paisagem típica”, símbolo de uma ideologia ainda germânica, mas que se assenta muito mais sobre um tipo de imagem exótica (o castelinho da XV, a bandinha típica, a *Oktoberfest*, etc.) do que sobre práticas (o uso cotidiano do idioma alemão, as qualidades naturais do povo alemão, etc.). É bom lembrar também que, se a proposta do enxaimel demorou mais de dez anos para se consolidar, num projeto que passou, com maior ou menor interesse, pelo gabinete de quatro prefeitos, a *Oktoberfest*, por sua vez, foi um projeto relâmpago de dois meses, a cereja do bolo da “Blumenau alemã”, uma cidade que cultivava sua origem germânica através da festa.

4.2 A CIDADE ALEMÃ EM FESTA

A *Oktoberfest*, a festa de Outubro, tem sua origem na Baviera, região que hoje pertence ao sul da Alemanha. Em 1810, porém, antes

¹⁷ Jornal de Santa Catarina, 05/05/ 1985, p. 04-05.

que o colono alemão pusesse os pés no Brasil, o lugar era um pequeno reino, sediado na cidade de Munique. Para comemorar o casamento de um herdeiro do trono¹⁸, realizado em Outubro, foi oferecida uma grande festa nos campos em frente aos portões da cidade. A celebração fez sucesso, e, no ano seguinte, foi repetida- sendo incorporada ao calendário anual da Baviera. Houve vinte e quatro ocasiões, nesses mais de duzentos anos, nos quais ela não foi realizada, seja por guerras ou epidemias nas quais a região esteve envolvida. O curioso é que, já nos primeiros anos, ela foi estendida e antecipada. Ou seja, a festa de Outubro é realizada, em sua cidade natal, quase toda em Setembro, para aproveitar o calor do período. Hoje, atrai milhões de pessoas ao sul da Alemanha. O recorde de público registrado aconteceu em 1985: 7,1 milhões de visitantes¹⁹. O seu mito de origem, portanto, narra a gênese da festa como uma celebração regional bávara, e não à “cultura alemã” ou algo do tipo, muito menos ao consumo de chopp/cerveja. O seu sucesso, porém, inspirou várias cidades ao redor do mundo a criarem suas próprias *Oktoberfests*, revestindo-as com o aspecto de tradição, de herança dos descendentes de alemães.

Assim foi em Blumenau. Hoje, a cidade é amplamente conhecida como lar de uma das maiores *Oktoberfests* do mundo, realizada anualmente no Parque Vila Germânica, e organizada pela Secretaria Municipal de Turismo. Segundo o *website* do evento:

A festa acabou fazendo de Blumenau o principal destino turístico de Santa Catarina no mês de outubro. Mas a *Oktoberfest* não é só cerveja. É folclore, memória e tradição. Durante 19 dias de festa os blumenauenses mostram para todo o Brasil a sua riqueza cultural, revelada pelo amor à música, à dança e à gastronomia típica, que preservam os costumes dos antepassados vindos da Alemanha²⁰

¹⁸ História da Oktoberfest, disponível em <https://www.oktoberfest.net/historia-da-oktoberfest/>, acessado em 09/01/2018.

¹⁹ Os números da Oktoberfest 2015, disponível em <http://www.destinomunique.com.br/oktoberfest-2015-dados/>, acessado em 09/01/2018.

²⁰ História, disponível em <http://www.oktoberfestblumenau.com.br/oktoberfest/historia/>, acessado em 09/01/2018.

A festa, portanto, é vendida como um festival de “cultura alemã”, uma cultura que seria “típica” dos blumenauenses. Ou seja, a música, a dança e a gastronomia de Outubro seriam heranças dos cidadãos de Blumenau (assim mesmo, sem distinguir entre as várias origens étnicas existentes na cidade). A sua construção, portanto, é voltada para lhe conferir um aspecto de repetição de permanência de costumes imemoriais. É a construção de uma tradição, assim como a arquitetura enxaimel, tida como uma técnica construtiva “típica” alemã.

Soa supérfluo, mas convém lembrar: a ideia geral da *Oktoberfest* não foi trazida pelos colonos, que atravessaram o Atlântico para viver numa nova pátria, apesar de toda a aparência que a reveste e a vende como tradicional. É claro, o evento em si e a tal “cultura alemã” incluem muitos detalhes. Certamente, algumas coisas foram e continuam sendo herdadas pelas mais novas gerações de descendentes de alemães de Blumenau. Mas, na medida contrária, outras não foram. A imagem de “cidade alemã” é composta de várias pequenas frações individuais. Ela é nada mais do que uma grande mistura de elementos, cada um com sua origem, muitas vezes bastante diferente entre si. Mas, grosso modo, “*Oktoberfest*” sequer era uma palavra citada em registros sobre a cidade, ou no desfile que comemorou o centenário da Colônia Blumenau. Ou seja, mais até do que o enxaimel, que existiu em bom número nas primeiras décadas do povoado, “*Oktoberfest*” parece ter sido algo desconhecido aos descendentes de alemães dali. Hoje, porém, a festa tem grandes dimensões, atraindo milhares de visitantes aos pavilhões da “Vila Germânica”, Antes de chegar neste ponto, entretanto, vamos buscar a gênese da ideia de se realizar uma “festa típica” na cidade jardim, bem como resgatar o perfil social do principal idealizador do evento e o suporte propiciado.

Nascido em 1940, Antonio Pedro Pereira Nunes vinha de uma família de “brasileiros”, distantes, em todos os sentidos, do topo da estrutura de distribuição de autoridade e poder. Casou-se, em 1965, com Marga Holzman, filha de abastada família luterana local (o pai era engenheiro). Naquela altura, ela já era proprietária da Holzman Turismo, empresa aberta pelo seu pai nove anos antes, e a “primeira agência de viagens de Blumenau, e uma das primeiras do sul do país”, segundo a proprietária.

Os dois se casaram de pós-guerra, e o destino da lua de mel foi a Alemanha Ocidental. Ali, naquela viagem, segundo Marga, seu jovem marido se encantou pelo país europeu. Ela, que já visitara o país europeu anteriormente, afirmou que só conheceu o lugar de origem de seus ascendentes quando “o viu através dos olhos de Antonio”. Ou seja, o

olhar admirado, aquele que se buscou despertar nos turistas, ocorreu ao na época agente de turismo já na primeira vez que visitou a Alemanha, enquanto que a esposa, criada numa família de descendentes de alemães, que cultuavam elementos culturais germânicos (Marga fala alemão fluentemente até hoje), tomava aquelas imagens como indiferentes. De certa maneira, as criações do turismo blumenauense na época eram feitas para pessoas com origem étnica mais próxima à de Antonio, e não para descendentes de imigrantes favorecidos economicamente, tal como Marga. Mas a Alemanha não era o que mais admirava ele.

A agência, nas mãos de Antônio e Marga, tinha como carro-chefe de suas atividades viagens em grandes grupos para o parque “*Disneyland*”, no estado da Califórnia, EUA, repleto de construções que não tinham preocupação com categorias como “autenticidade”. A construção da entrada do parque deixa clara que a preocupação de Walt Disney e sua equipe era expor uma estética exótica, que agradasse como bela, sem maiores preocupações com fidelidade a estilo arquitetônicos ou à alguma tradição cultural específica.

Entrada da Disneyworld na Califórnia, EUA.



Disponível em: <http://www.viajandoemfamilia.com.br/wp-content/uploads/2015/02/disneyland-california.jpg>

Podemos perceber que, a despeito da Disney ser uma empresa norte-americana, criada já no século XX, a feição da construção lembra um prédio medieval europeu. Segundo a viúva Marga, a *Disneyland* significava do que um trabalho, para Antonio: era um local que o

impressionava, a grande obra de uma pessoa que lhe inspirava muito: Walt Disney. Era também um grande kitsch, segundo Marga, tal como a paisagem baseada no enxaimel que Blumenau tentava construir por volta dessa época.

A conclusão, portanto, é bastante simples: Antonio sempre se colocou como um grande fã da paisagem “típica” que foi construída em Blumenau a partir dos anos 1970. Kitsch ou não, pouco importava, segundo Marga: o importante, para ele, era que fosse agradável e bonito. Ela, por sua vez, atribui o desgosto com esses prédios aos “alemães” (coletivo no qual se inclui), que não podiam aceitar o kitsch como belo, por conta de sua suposta falta de autenticidade.

Num dia, em 1969, Antonio chegou à casa e avisou à esposa: havia negociado a compra de um prédio de uma associação composta por mulheres luteranas (das quais Marga era parte, inclusive). Ali, na esquina da Alameda Rio Branco com a Rua 7 de Setembro, o casal abriu o Restaurante Cavalinho Branco (Zum Weissen Rossel), que funcionou até meados dos anos 1990, demonstrando a admiração de ambos pelo “turismo típico alemão”, o suficiente para que investissem nele. Segundo ela, o negócio não fora fechado pensando no dinheiro: “administradores não éramos”, lembrou mais de uma vez Marga, durante a entrevista.

Antiga sede do Restaurante Zum Weissen Rossel



Disponível em: <http://www.aquinacozinha.com/jantar-alemao-com-o-chef-heiko-grabolle-no-senac-bistro-restaurant-escola-em-blumenau/>, acessado em 04/02/2019.

Depois de atravessar os anos 1970 se dividindo entre o restaurante e a agência, bem como participações nas primeiras formações da Comissão de Turismo, Antonio viveria uma mudança brusca a partir de 1982. Ele, que nunca participara do espaço político, foi convidado por Dalto dos Reis, emedebista eleito para suceder Renato de Mello Vianna, para ocupar o cargo de Secretário de Turismo na cidade.

A proposta, num primeiro momento, iria ser recusada. E isso porque a Holzman Turismo tinha grande parte de sua clientela formada pela elite industrial local- membros da ARENA, portanto. Temendo represálias, Nunes foi procurar conselhos com duas pessoas que foram classificadas por Marga como as mais importantes para se pedir conselhos, duas que, é claro, já apareceram em nossa história: Carlos Curt Zadrozny e Ingo Hering. Ambos, para surpresa do casal, recomendaram que o convite fosse aceito. “Devo à Dalto dos Reis os melhores anos de nossas vidas”, foi como Marga Nunes definiu a passagem do marido pela pasta do turismo blumenauense. O novo secretário de turismo, “herdando” uma cidade em pleno processo de “re-germanização” turística, tinha vários planos para a cidade. A *Oktoberfest*, desde o primeiro ano de atuação, 1983, já estava nos planos.

Antonio já havia frequentado, pelo menos, a *Oktoberfest* em dois lugares diferentes: Munique e Montreal, na Alemanha e no Canadá, respectivamente. De maneira um tanto curiosa, a festa, tal como ela era realizada na Alemanha, não o agradava. E isso porque lá o consumo de bebidas alcoólicas era muito elevado, o que fazia com que a festa virasse “uma grande bebedeira”, no qual não se vendiam “copos menores que meio litro de chope”. O secretário de turismo buscava, então, mais emular a paisagem alemã e sua organização do que as práticas da *Oktoberfest* daquele país.

Apesar do projeto, que já tinha o nome de *Oktoberfest* (definido após consulta a Hans Prayon, que era ligado à administração da Companhia Hering), estar já em andamento, permaneceu latente naquele ano de 1983. E isso porque, em cinco de Julho, começou uma chuva que faria o Rio Itajaí-Açu transbordar, chegando a mais de 15 metros, e alagando a cidade por trinta e dois dias consecutivos. A enchente, então, paralisou qualquer planejamento que houvesse para a cidade, redirecionando todos os esforços para a limpeza da cidade e ajuda aos mais afetados pelo evento.

Em 1984, uma nova cheia do Rio Itajaí-Açu devastou a cidade, no começo do mês de Julho. Dessa vez, porém, apesar de ter alcançado

um nível mais alto, o rio também voltou ao normal mais rápido. As perdas, entretanto, foram grandes, e até hoje é comum encontrar referências não sobre a enchente de 1983 ou de 1984, mas sobre as enchentes de 1983/1984, tratando-as como um só acontecimento.

Dias depois das águas baixarem, deitados na cama de sua casa (o qual estivera alagada dias antes), Antonio chamou a esposa e lhe disse: vamos fazer a *Oktoberfest*! Apesar do receio demonstrado por Marga, o secretário levou a ideia à Dalto dos Reis, e o prefeito aceitou organizar o evento, ainda que eles tivessem apenas dois meses para organizar os preparativos.

No dia 18 de Julho, o Jornal de Santa Catarina já avisava os tomadores de chope em metro: “se preparem, a *Oktoberfest* vem aí”²¹. Além do concurso em questão, foram citadas outras atrações da festa, todas enquadradas como atividades “germânicas” pela reportagem. Além disso, o texto frisa o incentivo que “os empresários” davam ao evento. Ou seja, além incentivar a festa significava, também, promover a própria imagem na mídia local. Apesar do desejo de, na prática, se distanciar da homônima de Munique, a justificativa alegada no jornal era exatamente de que a PROEB (Promotora de Eventos Blumenauense, ligada a Secretaria de Turismo), a ACIB e o CDL e empresas ligadas ao setor turístico estavam engajados em criar uma festa igual à alemã. Uma justificativa que faz todo o sentido, considerando a necessidade, para os organizadores, para se legitimar uma “*Oktoberfest*” numa cidade que nunca cogitara realizar tal festa.

Em 19 de Setembro, o florianopolitano “A Notícia” anunciava²² que Blumenau preparava a sua *Oktoberfest*. No corpo do texto, afirma-se que Antonio Nunes voltara do Rio De Janeiro com a certeza de que várias agências do “eixo Rio-São Paulo” estariam engajadas para vender pacotes para a festa blumenauense, o que nos mostra um fator importante para explicar a viabilidade do sucesso de festa: o prestígio atribuído a Antonio Nunes, visto como alguém capaz de mobilizar agentes das maiores cidades do Brasil para visitar a *Oktoberfest* que planejava.

“As flores foram colocadas e a cidade foi limpa”, disse Marga Holzman: dia cinco de Outubro, então, tinha início a *Oktoberfest* 1984 em Blumenau. Os organizadores buscaram inserir na programação do evento atrações oriundas da Alemanha: um amistoso entre um time de futebol local contra um time de veteranos do Hamburger SV, clube

²¹ Jornal de Santa Catarina, 18/07/1984, s/p.

²² A Notícia, 19/09/1984, s/p.

profissional que na época era campeão europeu de futebol, sediado na cidade de Hamburgo, na à época Alemanha Ocidental. Por coincidência e no improviso, segundo Marga, havia uma banda alemã, que tocava apenas “músicas alemãs”, em turnê pelo Brasil naqueles dias. Isso chegou ao conhecimento de Antonio, ao qual foi oferecida a participação da banda na festa, desde que a organização se encarregasse da hospedagem. Esta providenciada, Marga classificou o show dos alemães como um enorme sucesso, que ajudou a moldar o modelo performático das “bandas típicas” locais.

A festa, portanto, foi um enorme sucesso. Segundo Marga, não apenas entre “os alemães”: “os brasileiros vieram com trajes típicos”. A explicação da agente de turismo para isso é que, apesar de ser uma festa que se denominava como inspirada em elementos culturais alemães, ela tinha sua realização e promoção ligada a dois agentes de sobrenomes luso-brasileiros: o prefeito Dalto dos Reis e o Antonio Pedro Nunes. Fosse a festa idealizada por “alemães”, a entrevistada acha que os “brasileiros” a teriam boicotado, tendo em vista a tensão que, segundo ela, ainda existia na época. Mas, deixando de lado as situações hipotéticas, poderíamos enxergar a presença de sobrenomes luso-brasileiros entre os idealizadores como um sinal do declínio da importância do domínio de elementos classificados como “alemães” ou “germânicos”. As entrelinhas da história da criação da *Oktoberfest* Blumenau, porém, nos indicam que não era bem assim. Se Felix Theiss, que apesar da ascendência germânica não falava alemão, precisou de um vice-prefeito que dominasse o idioma para atingir uma parcela do eleitorado, Antonio precisou da esposa e seu domínio do idioma alemão para conversar com determinadas pessoas (como os alemães que vieram à festa, provavelmente). Ou seja, no processo de re-germanização turística da cidade, embora houvesse maior abertura a agentes com ascendência luso-brasileira, nada foi feito sem a presença de práticas associadas à origem étnica, como o domínio do idioma, ou os conhecimentos técnicos ligados a práticas específicas de uma fração de classe, como os necessários para que Henrique Herwig projetasse os prédios da febre do enxaimel.

Ainda que o sucesso da festa não possa ser atribuído a isto, segundo Marga, “a enchente ajudou”. E assim, nascida na ressaca de uma das supostas “maiores enchentes” da história da cidade, a *Oktoberfest* 1984 seria a primeira das mais de trinta edições da festa que alçou Blumenau a outro patamar como destino turístico, através de sua imagem de “cidade alemã”. Antonio Nunes, apesar de ser responsável por organizar a festa nos anos subsequentes, nunca mais teve função na

Prefeitura Municipal. Mas isso, como dito, não diminuiu o papel do evento, chamada no seu próprio website de “uma das maiores *Oktoberfests* do mundo”.

Junto com a paisagem enxaimel, a festa foi fundamental para modificar a imagem de Blumenau, e fazer emergir um novo discurso de identificação germânico sobre a cidade, no qual são mobilizados referenciais festivos e estéticos classificados como “típicos”. Essa nova germanidade, que emergiu, principalmente, das ações de setores da Prefeitura Municipal, enfrentou resistência de um espaço que, na geração anterior, fora determinante para construir a imagem da cidade: o espaço intelectual, praticamente ignorado durante esta reforma discursiva. Vamos, portanto, fornecer um panorama da fração do espaço intelectual encarregado de falar sobre Blumenau.

4.3 O SESQUICENTENÁRIO DE COLONIZAÇÃO

Podemos perceber que os intelectuais locais foram pouco atuantes durante o processo de implantação daquele discurso que temos chamado de “germanismo turístico”, ou semelhante, com exceção do movimento que pretendia preservar as antigas edificações construídas em enxaimel no interior do município, cuja porta-voz na mídia local fora Sueli Petry. Mas, em linhas gerais, não havia uma narrativa que houvesse superado as de José Ferreira da Silva, no que diz respeito à história local, cuja última publicação a esse respeito fora “História de Blumenau” compêndio publicado antes de sua morte. É justo dizer que, depois de Ferreira da Silva, os intelectuais e suas narrativas perderam muito da autoridade que possuíam quando eram o principal coletivo interessado em falar sobre a cidade. Intencionalmente ou não, as políticas turísticas da prefeitura mudaram o rumo desta história, ao tirar o foco dos intelectuais e atribuir a si mesma a autoridade para falar sobre Blumenau. Isso não significa, contudo, que a prefeitura tenha parado de ter relação com os intelectuais. E isso porque, pouco antes de Ferreira da Silva falecer, eles reformaram a Casa Dr. Blumenau, incorporando-a a seu patrimônio, tendo em vista o desaparecimento da Sociedade dos Amigos de Blumenau. Na prática, porém, a nova “Fundação Casa Dr. Blumenau” foi deixada de lado neste período, ao menos no que diz respeito à construção de narrativas sobre a cidade.

Mas, de maneira semelhante a 1950, a chegada do sesquicentenário de Blumenau, em 2000, ajudou a mobilizar agentes para a tarefa de falar sobre a cidade. Mas, se naquela época havia apenas a Sociedade dos Amigos de Blumenau, com um comando unificado,

disposta a investir nestas narrativas, os 150 anos trouxeram um panorama distinto. Nesta época, podemos destacar dois eventos: a criação do Instituto Blumenau 150 Anos, com o apoio direto da Prefeitura Municipal, para organizar os festejos, tal como fora feito no centenário de 1950. Mas a Fundação Cultural de Blumenau, também com o apoio da prefeitura, investiu na publicação de vários livros sobre temas da história da cidade. Ali, porém, veríamos investimentos numa história diferente daquela que se conhecia até então. Vamos começar, porém, com uma breve retrospectiva política...

Depois da gestão de Dalto dos Reis, a qual criou a *Oktoberfest*, o MDB perdeu o domínio da prefeitura, que havia estabelecido desde a gestão de Evelásio Vieira. O então deputado federal Vilson Kleinübing foi eleito pelo PFL (um dos partidos que sucedeu à divisão da ARENA). Só dois anos de seu mandato foram cumpridos, porém, já que ele assumiu o cargo de governador de Santa Catarina em 1991, cabendo a seu vice, Victor Sasse, completar o mandato. Depois disso, Renato Vianna foi eleito novamente prefeito municipal, abdicando de seu 3º mandato como deputado federal para isso. Já nesta segunda gestão de Vianna, porém, Décio Nery de Lima, fundador do Partido dos Trabalhadores (PT) em Blumenau, foi eleito vereador na cidade, e foi eleito, em 1997, prefeito municipal. Isso significou uma grande novidade na política local, pois Lima não era ligado nem a um partido herdeiro da ARENA, nem ao MDB, que se tornara tão importante durante o regime militar. Licenciado em Ciências Sociais e bacharel em direito, Lima investiu muito no espaço intelectual, especialmente em seu primeiro mandato, no qual foram comemorados os 150 anos da colonização da cidade.

Em dez de Abril de 1999 reuniu-se, num evento aberto, a Comissão Especial dos 150 anos da cidade de Blumenau, nomeada pela portaria 4.660, para debater assuntos relativos às comemorações que seriam realizadas na cidade nos anos seguintes. Ali, nas primeiras linhas da ata da primeira reunião, os presentes já deixaram claro como os modelos circulam entre um local e outro. Joinville, que preparava uma estrutura para comemorar seus 150 anos em 2001, foi o principal espelho, segundo o Secretário de Planejamento e coordenador da reunião, José Garcia. Além disso, seria lembrado o centenário da morte do “Dr. Blumenau”. Diferentemente do centenário da cidade, quando agentes ligados às instituições religiosas tinham expressiva representação, não há ninguém pertencente a essa fração de classe ali. Há agentes como Ricardo Stodieck (empresário ligado à ACIB, que desde a *Oktoberfest*, quando era um jovem voluntário, esteve envolvido

com o turismo local, sendo Secretário de Turismo e Lazer da gestão de Napoleão Bernardes [2011-2018]), Sueli Petry, Braulio Schloegel (na época presidente da Fundação Cultural de Blumenau) e o próprio José Garcia, estes vinculados à prefeitura municipal. Estes, porém, eram minoria, mas ocupavam cargos-chave dentro do grupo. Schloegel era secretário e Garcia era diretor da comissão executiva e, por conta disso, estavam envolvidos em todos os movimentos do Instituto. Petry, por sua vez, era coordenadora da comissão de cultura, o que lhe dá grande importância, já que era a encarregada de comandar a área do Instituto que elaborava desfiles e livros comemorativos sobre a história da cidade, que foram as duas principais formas através das quais o Instituto pôde materializar suas narrativas sobre Blumenau e sua história. Vamos, portanto, analisar a trajetória de Petry e entender porque a ela foi dada tal atribuição.

“Meu interesse pela leitura começou observando meu pai” foi como Sueli Petry definiu seu primeiro contato com produtos da atividade intelectual/artística. Filha de um funcionário de Estrada de Ferro Santa Catarina, que ligava o Vale do Itajaí ao porto de Itajaí, no litoral. A escolha por uma formação escolar superior fortemente ligada à atuação acadêmica (historiadora), cursada na atual UNIVALI, na vizinha Itajaí, foi narrada por Petry com naturalidade, quase como uma passagem esperada entre a infância regada a revistas (como “O Cruzeiro” e “Seleções”) à rotina de diretora de patrimônio histórico-museológico da Fundação Cultural de Blumenau.

Na sua graduação, salta aos olhos uma influencia marcante: foi aluna de Walter Piazza, historiador que, considerando as diferenças de escopo e peculiaridades da trajetória, é um homólogo para Santa Catarina do que José Ferreira da Silva fora para Blumenau. Ou seja, o principal mentor de sua carreira enquanto historiadora foi um dos agentes mais lembrados no espaço intelectual catarinense como autor de grandes compilações sobre grandes períodos de tempo, nos quais a estratégia narrativa era a de manter um afastamento em relação aos temas. Ela, inclusive, defendeu que, apesar de ser criticado hoje (ela não especificou quais seriam tais críticos) Piazza era um autor que escrevia de acordo com os cânones exigidos pelo contexto historiográfico de sua época. Neste sentido, Sueli está localizada entre duas gerações que, grosso modo, estão baseadas em paradigmas bastante distintos.

Em 1972, quando cursava o segundo ano, ela narra que começou o seu interesse pela história do Vale do Itajaí, quando observava o desfile, no centro de Blumenau, no dia do aniversário da cidade, em dois de Setembro. Os membros dos clubes de caça e tiro (que

seriam tema da sua dissertação de mestrado futuramente), desfilando, ostentando símbolos em suas mãos calejadas, roubaram a atenção da jovem estudante.

. Ao concluir a graduação, recebeu o convite de, junto a outros formandos, participar de uma especialização na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no que viria a se tornar, ainda antes da sua conclusão por parte de Sueli, no Mestrado em História do Brasil. Formada no “espírito da Revolução de 1964”, ela fez questão de afirmar que, naquela época, “não se falava em Gramsci”. Considerando que o autor em questão é amplamente associado ao pensamento de esquerda (BOBBIO, 2001), se consideramos o binômio “esquerda-direita” (e Petry parece assumir que essa informação é compartilhada por nós com ela, haja vista que ela conhecia a nossa formação acadêmica), ela nos indicou que veio de uma formação que lembrasse o conservadorismo (tanto é que, em determinado momento, ela afirmou que, caso perguntássemos à seus alunos, eles nos teriam dito que ela é “conservadora”).

Nessa época, ela já frequentava a Biblioteca Fritz Muller e conhecia José Ferreira da Silva. Ele, porém, já em idade avançada e numa posição de chefia, e ela, uma jovem estudante, pouco contato tiveram: “ele não me dava atenção”, segundo ela. Isso não impede, porém, que ela busque se inserir numa espécie de descendência intelectual, como veremos adiante. Já na sua pesquisa relativa ao mestrado, quando Ferreira da Silva já havia falecido, ela lembra que a pesquisa no arquivo (na época restrito a uma pequena sala) era difícil, devido à desordem no qual este se encontrava. Portanto, ela fez críticas à condição de manutenção do local. Professora concursada, suas reclamações chegaram aos ouvidos do secretário de educação, que a transferiu para o arquivo, lhe dando o trabalho de cuidar daquele material cuja organização ela criticara.

Depois de realizar uma especialização em administração de arquivos, e contar com a ajuda de duas instrutoras, com experiência no Arquivo Público do Estado de São Paulo, Sueli começou a desenvolver sua reputação no âmbito cultural/intelectual blumenauense. O arquivo era muito pequeno, naquela época, devido à demora do processo de reconstrução deste após o incêndio de 1958. Ainda assim, ela afirma que Ferreira da Silva começou a reconstruir o acervo através de seus próprios documentos pessoais, processo o qual ela tem dado seguimento ao longo de mais de quatro décadas. É possível perceber, também, que ela busca se inserir numa espécie de descendência intelectual, especialmente em relação à Ferreira da Silva. Quando comenta sobre a

Revista Blumenau em Cadernos, fundada pelo autor, ela cita detalhes da estruturação do periódico, afirmando que o esforço da equipe editorial, presidida por ela, fez com que a revista continue cumprindo sua “missão original”, tal como esta fora proposta por Ferreira da Silva. Tanto que, logo após afirmar que ela continuava o trabalho que este realizava, ela citou os elementos que, supostamente, garantiriam a sua legitimidade para agir sobre a memória local através do arquivo. Ou seja, era importante, pra ela, expor suas credenciais enquanto responsável pela documentação sobre a cidade. Ela reivindica, também, a primazia e o conhecimento sobre o acervo que têm construído ao longo destas quatro décadas: “conheço o acervo peça por peça”, ela afirma, complementando que, em relação aos demais funcionários do Arquivo, possuiria um “olhar diferente” sobre os documentos.

Ela esteve à frente, como vimos anteriormente, do movimento visando a preservação das casas construídas em enxaimel no interior do município. Sobre isso, ela se posiciona claramente contra o que chamou de “enxamelóide”, se referindo aos prédios construídos na febre do enxaimel, no centro da cidade, apesar de reconhecer a importância turística destas construções. Quando o Arquivo Histórico Professor José Ferreira da Silva e a Biblioteca Fritz Muller ganharam um prédio novo, com apoio de vários empresários locais, Sueli nada pôde fazer para evitar a fachada com madeira aparente. De acordo com ela, a pressão gerada pelo “contexto da época” fez com que o edifício não tivesse as condições tidas por ela como ideais para um acervo documental, em favor de uma estética típica. O projeto fora elaborado, novamente, por Henrique Herwig, como uma doação; Isso, segundo a diretora, fez com que fosse impossível para ela rejeitá-lo.

Como diretora do Arquivo Histórico (e hoje diretora de Patrimônio Histórico-Museológico da FCBlu, o que lhe dá autoridade sobre outros espaços físicos, como o Museu da Família Colonial e o Mausoléu Dr. Blumenau), Sueli esteve envolvida em vários trabalhos relativos à história da cidade. Foi co-autora, por exemplo, de um livro sobre José Ferreira da Silva, de dois livros comemorativos sobre a história da ACIB, de um livro, publicado no sesquicentenário, sobre o SINTEX. “Nunca gostei de trabalhar sozinha”, foi a justificativa alegada pela autora, para defender que seus trabalhos sempre sejam em co-autoria. Além disso, o que chama a atenção, é que ela é citada em muitas pesquisas publicadas (talvez em todas) sobre Blumenau, a partir dos anos 1990 até hoje, na página reservada a agradecimentos. Isso demonstra o quão importante é, para um acadêmico que escreve sobre a cidade, mostrar que Sueli Petry tem relação com sua narrativa.

Neste sentido, a diretora defende que, ao invés de dedicar seus esforços para escrever sobre a cidade por si mesma, definiu como sua missão organizar a documentação para o pesquisador. Convém lembrar que a preservação, sempre um processo seletivo, pressupõe uma orientação de qual o rumo ideológico que será seguido pelo pesquisador. Daí a importância da diretora, ainda que ela não escrevesse as linhas si mesma. Além disso, ao classificar a sua atuação profissional como missão, ela se autoatribui uma posição na estrutura intelectual local semelhante aquela que os intelectuais interessados em falar sobre o Brasil na Primeira República fizeram (PÉCAUT, 1990), ao justificarem sua atuação como “construtores da nação” como uma missão de vida, a qual deveria guiar todos os seus investimentos individuais, cujos próprios interesses deveriam ser sacrificados, se necessário fosse, em favor da tarefa para com a nação. “Investi nisso aqui [o acervo do Arquivo Histórico] para a história, não para mim”: Sueli deixa claro, portanto, que considera que os investimentos na sua missão particular têm uma finalidade coletiva, como uma condição para a “preservação” das condições para o trabalho dos historiadores que pesquisam sobre a região. Em outras palavras, ela vê sua função como atrelada à possibilidade de existência de construção de discursos de identificação a partir da historiografia.

Apesar de ter sido criado por portaria do prefeito Décio Lima, a Comissão dos Festejos acabou se transformando no Instituto, o qual era definido como uma “sociedade civil, sem finalidade lucrativa, religiosa e política” por seu Estatuto Social. De fato, haviam poucos agentes ligados ao poder público, mas estes tiveram papéis-chave. Isso nos indica que havia a intenção, por parte dos envolvidos, de revestir o Instituto com a imagem de que este era mantido e organizado pela elite comercial e empresarial, talvez para fins de marketing para suas empresas, talvez para desvincular o grupo da imagem de um prefeito que buscava a reeleição nas eleições daquele ano, a fim de evitar acusações de uso político dos festejos. Hans Prayon, que, apesar de não estar diretamente envolvido no Instituto, era diretor da ACIB na época, posição de prestígio perante tal elite, disse, na época das comemorações, que “quem está pagando boa parte da festa são as famílias que cresceram e se deram bem em Blumenau”, o que endossa a intenção daquele grupo em tomar para si a imagem de “realizadores” dos festejos. Seja como for, apesar dessa imagem de privatização, fica claro que as narrativas que foram adotadas foram gestadas na FCBlu, o que consolidou a posição de Sueli Petry como a principal agente a canalizar o discurso de diferentes intérpretes da cidade.

Apesar da presença e alegado apoio de agentes ligados ao comércio e a indústrias locais, há controvérsias sobre quem, de fato, financiou a maior parte das comemorações. Garcia, em entrevista a Sasse (2013), afirmou que o maior investimento financeiro foi da Prefeitura, e não dos patrocínios oferecidos pela elite empresarial.

Vamos, portanto, analisar o discurso reproduzido no desfile de dois de Setembro de 2000, data no qual foi comemorado o sesquicentenário da colonização de Blumenau. A começar pelos coletivos que foram convidados a participar do evento. Em primeiro lugar, foram convidados órgãos da administração pública, como os vinculados à segurança (polícia militar, bombeiros e exército) e prefeitura (autarquias e secretarias, por exemplo). Depois, os órgãos vinculados à elite empresarial, como a ACIB, CDL, Rotary Clube e Lions Clube, por exemplo. Algumas associações diversas, como de “jeepeiros” e “motociclistas”, também foram convidadas. Foram chamadas apenas as duas igrejas que já influenciavam Blumenau cinquenta anos antes: a Católica e a Luterana. Também houve representações de cinco colégios: o Santo Antonio, o Sagrada Família e o Dom Pedro II, os quais já haviam participado do desfile em 1950, o Barão do Rio Branco, colégio particular fundado em 1953, vinculado à Igreja Luterana, e a escola Fernando Ostermann, tida como a mais antiga da cidade. Também foram convidadas associações que são representadas como possuindo certo vínculo com a “cultura alemã”, como as associações de caça e tiro e o Clube 25 de Julho.

Mas o que chama a atenção é que foram convidadas associações que remetem a categorias de identificação distintas. Em primeiro lugar, foi convidado o “Lira Circolo Italiano”, clube dedicado a “resgatar, preservar e divulgar as tradições culturais, gastronômicas e familiares de seus antepassados”²³. Lembremos que, em 1950, os imigrantes italianos, embora citados na história da cidade, foram os responsáveis por trazer os primeiros sinais de perturbação na ordem pública. A presença do Lira, porém, talvez pode ser atribuída a presença de Décio Moser, ex-presidente da ACIB e presidente da PROEB na época, ou seja, um agente bem posicionado na hierarquia do espaço empresarial, entre seus fundadores, o que tende a facilitar a sua inclusão no desfile, haja visto a importância e a relação de dependência que o espaço cultural/intelectual

²³ “Histórico”, disponível em:

<http://circoloitalianodiblumenau.com.br/home/lira-circolo/>, acessado em 04/02/2019.

(que organizou o desfile) tem com relação ao empresarial. Todavia, temos que considerar também que, a despeito da escolha pelo Lira ter presumível relação com seu fundador bem posicionado, convém notar que, nos anos 2000, havia um descendente de “italianos” bem posicionado na elite empresarial local, o que não existia em 1950. Ou seja, não havia agente com autoridade que se pudesse supor interessado em defender algum tipo de “italianismo”. Todavia, a escolha por dar lugar a um grupo de capoeiristas (a capoeira, convém lembrar, nunca foi associada a categorias nacionais de origem europeia, sendo uma prática normalmente associada à nações africanas) no desfile é o que mais chama a atenção, pois é um indicativo de que a Comissão de Cultura buscava mostrar que Blumenau, mesmo com sua origem alemã e o culto ao Dr. Blumenau mantidos, era uma cidade aberta à diversidade cultural, para além do binômio “alemães-brasileiros” que norteou a geração do centenário. Aí está, portanto, a primeira grande marca da história que se pretendia para Blumenau pelos intelectuais vinculados à FCB, o qual coordenavam a comissão de cultura do Instituto: uma história mais diversa, que defende a participação de diversas origens étnicas na constituição do município.

O desfile, por sua vez, deixou isso muito claro. A programação traz a informação de que este foi organizado cronologicamente. Os índios, neste momento, eram elencados como os primeiros moradores das florestas do Vale do Itajaí. Após rápida descrição de seus hábitos, é dito que, com a chegada dos “povoadores e imigrantes”, os nativos se deslocaram para o planalto, sem mencionar os conflitos que perpassaram todo esse processo. Além disso, convém notar que eles estão situados antes do começo da linha temporal. Quer dizer, é aberto um espaço para afirmar que os indígenas estavam naquelas terras antes de todos os outros, mas eles próprios não estavam incluídos na história antes do tempo registrado, ou seja, de fora da própria história temporal, situados num passado que não pertence à Blumenau, assim como os habitantes da atual Gaspar, localidade que sempre foi distinta da nossa cidade. Eles, porém, eram “índios”, e não “povoadores” ou “colonizadores” como o foram chamados os imigrantes e luso-brasileiros que viviam na atual Gaspar. O investimento numa memória lúdica e harmoniosa da presença indígena na região fica completo com a escolha de um grupo de dança para representá-los no desfile, escolha incomum, já que a organização priorizou a escolha de grupos que tivessem ligação direta com as categorias representadas, nas demais escolhas.

Depois disso, o desfile seguiu as convenções gerais estabelecidas por Ferreira da Silva sobre a história da cidade, dando destaque a elementos como as “primeiras famílias”, a presença de “Fritz Muller”, a “Igreja”, a “primeira escola”, “Sociedade dos atiradores” e “Vapor Blumenau”, todos temas comuns à *doxa* historiográfica da cidade. A primeira diferença na linha temporal do sesquicentenário foi a maneira como o evento classificado como “A chegada dos italianos” foi tratado. Aqui, os imigrantes de origem itálica foram classificados como “trabalhadores” e responsáveis pela diversificação da produção agrícola e pelo aumento do número de católicos na colônia, e não pelo aumento da insegurança, como em 1950.

A partir de 1950, as incidências de referências à origem germânica da cidade diminuem muito no roteiro do desfile. São destacados temas que pouco dizem respeito à categorias de identificação sobre a cidade, com poucas exceções.

A atuação do Instituto Blumenau 150 Anos, portanto, embora tenha aberto brechas a grupos com identificação étnica diversa da germânica ou luso-brasileira, continuou a manter uma narrativa predominantemente germânica dos primeiros cem anos da colônia. Sobre aqueles últimos cinquenta anos, é suficiente dizer que o desfile se resumiu a narrar alguns aspectos da cidade, como associações esportivas, elencar alguns agentes de “cultura em Blumenau” que se dividiam, quase todos, em três grandes grupos: ou eram vinculados à prefeitura municipal (FCBlu, FURB), eram agentes ligados ao grupo familiar Hering (Paul Hering, Elke Hering e Lindolf Bell) ou associações destinadas à “manutenção” de elementos culturais “germânicos” (Centro Cultural 25 de Julho, grupos folclóricos e clubes de caça e tiro). Em suma, ele se limita a legitimar agentes individuais e coletivos com posições ou referenciais simbólicos de ações bem estabelecidos na hierarquia de poder municipal há décadas. Na parte referente ao turismo, o texto defende que Blumenau tinha características germânicas, que a distinguiam de outras cidades, e atribui a isso um suposto “potencial turístico” da cidade. Ou seja, define a cidade como “cidade alemã”, ainda nos anos 1970, deixando subentendido que a cidade nunca perdera tal característica, que a acompanha desde sua origem.

Apesar das mudanças que aconteceram no espaço de construção de discursos de identificação durante todas estas décadas que foram nosso objeto de pesquisa (praticamente toda a extensão do século XX), alguns pontos-chaves permaneceram inalterados. O primeiro é a relação de tutela e dependência que o espaço político estabelece em relação a

quem se proponha a construir discursos de identificação dominantes. Mesmo na geração que fez o sesquicentenário, com a delimitação mais clara das fronteiras (Sueli Petry não é uma agente de destaque no espaço político, ainda que seja dominante no intelectual/cultural). Mas, aí mesmo, reside outro ponto. A capacidade de circulação de um agente local pelos diferentes espaços sociais diminuiu muito. Ou seja, se décadas antes um prefeito, como Hercílio Deeke, escrevia regularmente e participava das reuniões da Sociedade dos Amigos de Blumenau, Décio Lima, cinco décadas depois, não conseguia sequer participar das reuniões do Instituto Blumenau 150 Anos, ainda que suas diretrizes fossem fundamentais para estabelecer os rumos de atuação da instituição. Ou seja, o político está muito mais “preso” ao espaço político, assim como o intelectual se concentra quase que exclusivamente no espaço correspondente.

A grande marca da Blumenau na últimas cinco décadas do século XX, portanto, foi a mobilização de um caráter “alemão”, supostamente herança dos imigrantes colonizadores. Essa germanidade, porém, é baseada na estética das construções enxaimel, por um lado, e no espetáculo e alegria da *Oktoberfest*, por outro, de maneira muito distinta da que perdurou até a geração da SAB, que defendia uma hierarquia das diferentes categorias étnicas que são tidas como presentes na cidade. O uso do idioma alemão, embora exista nesse período, ocorre muito mais de maneira lúdica do que anteriormente, quando rivalizava com o português como idioma de uso corrente do cotidiano local.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pierre Bourdieu, em *As Regras da Arte* (1996), tenta demonstrar como os romances de Gustave Flaubert podem explicar a configuração do campo artístico e, em menor medida, outros campos específicos parisienses de meados do século XIX, contexto no qual foram produzidos. Ou seja, ele mobiliza a “ficção” para explicar a “realidade” de Flaubert. Fazer isso é questionar a linha que separa ficção e realidade:

Objetivar a ilusão romanesca, e sobretudo a relação com o mundo dito real que ela supõe, é lembrar que a realidade com a qual comparamos todas as ficções não é mais que o referente reconhecido de uma ilusão (quase) universalmente partilhada. (BOURDIEU, 1996, p.50)

Ao partirmos do pressuposto em questão, de que a realidade é uma ilusão legitimada como “verdade”, veremos que, mesmo numa concepção mais rígida de espaço estruturado de disputas as lógicas de estruturação interna podem ser comuns a uma pluralidade destes. A memória sobre a cidade, da mesma maneira, é um pouco assim. Em certa medida, são ficções sobre um passado que nunca poderá ser vivido na sua plenitude. Legitimar tais escritos como “reais”, retratos de eventos que ocorreram em algum ponto específico do tempo, é uma tarefa que está diretamente ligada ao contexto temporal no qual tal discurso foi produzido. Ou seja, só puderam dar o “salto” de uma ficção sobre a cidade para “a história da cidade” aqueles discursos que foram apoiados por agentes que tinham poder para conferir autoridade aos que imortalizaram os heróis locais.

Outra característica do poder de construção da crença do qual um discurso de identificação dominante como os que analisamos é que, apesar de falarem sobre o passado, as suas características narrativas ou seus referenciais simbólico-ideológicos versam sobre o presente:

[...] é na correspondência de estrutura a estrutura que se realiza a função propriamente ideológica do discurso dominante, intermediário estruturado e estruturante que tende a impor a apreensão da ordem estabelecida como natural (ortodoxia) por meio da imposição mascarada (logo, ignorada como tal) de sistemas de classificação e de estruturas mentais

objectivamente ajustadas às estruturas sociais.
(BOURDIEU, 1989, p.14)

Falar sobre o passado de Blumenau, portanto, durante todo o período que analisamos, foi falar sobre o espaço político, altamente relacionado com o espaço produção de discursos de identificação. Essa conclusão, por sinal, é muito semelhante às relações de interdependência entre espaços semelhantes encontradas por Grill & Reis (2016). Se estabelecer como porta-voz e intérprete, portanto, é um trabalho que envolve atuação e/ou notabilidade em diferentes espaços, num processo que envolve a reconversão do prestígio acumulado em esferas específicas ou na chancela atribuída por espaços dominantes. No nosso caso específico, portanto, isso significa dizer que os mediadores da existência simbólica de Blumenau tiveram dois caminhos nos períodos temporais analisados: ou acumulavam prestígio nos espaços político e intelectual, numa espécie de multinotabilidade (GRILL & REIS, 2016), ou agiam com notabilidade atrelada ao espaço intelectual ou cultural, mas com a sua autoridade legitimada por agentes políticos dominantes no contexto municipal.

Dessa tese central, derivamos nossas conclusões específicas. Apesar das restrições relativas ao trabalho de campo sobre esse período, pudemos desenvolver algumas conclusões a respeito das primeiras décadas do século XX. Com a ida de Hermann Blumenau para sua Alemanha natal, em 1884, começaram as instabilidades políticas em Blumenau, que culminariam na ascensão dos republicanos ao poder político municipal, com José Bonifácio da Cunha, e o apoio de Hercílio Luz, político que se tornou influente no cenário estadual na mesma época. A partir dali, começaria a ser gestado o discurso da Blumenau teuto-brasileira, através do domínio de três espaços, por parte de agentes interessados (na sua maior parte descendentes de alemães): o empresarial (que se materializava na nascente ACIB), o político (a Prefeitura Municipal) e o incumbido do trabalho social de narrar o discurso, o cultural/intelectual (os periódicos, especialmente o “*Der Urwaldsbote*” e o livros autorais e comemorativos). Para participar desse círculo teuto-brasileiro, portanto, era necessário, ao menos, o domínio do idioma germânico falado em Blumenau, mesmo para os escassos “lusobrasileiros”. Esse período, portanto, seria mais ou menos uniforme, no que diz respeito ao domínio político republicano, até 1930. Com o suporte político/empresarial consistente, o discurso de identificação teuto-brasileiro pôde ser constituído, especialmente na década de 1920, quando foi comemorado o centenário da imigração

alemã em Santa Catarina, e o Vale do Itajaí é tratado como a “colônia alemã” modelo.

Nesse contexto, para ser um autor, era necessária a ligação com a *heimat*: só os que tinham o *deutschtum* no sangue tiveram autoridade para falar sobre Blumenau, como José Deeke e Eugen Fouquet, por exemplo. A quantidade de agentes autorizados, por sua vez, ainda era muito pequena, se restringindo a alguns escritores legitimados pela elite político-empresarial. Assim como seria até meados de 1970, esse período foi marcado por um baixo grau de especialização dos autores dominantes em relação a seu trabalho intelectual, já que, além deles estarem divididos entre este e outras funções sociais, o próprio trabalho como escritor era muito fluido. Ou seja, o mesmo autor que escrevia textos sobre história também escrevia poesias e contos, demonstrando que a fonte de legitimidade consistia no domínio da atividade de escritor, independente de capital cultural materializado na forma de diplomas ou passagens por instituições de ensino, ou de domínio de uma linguagem técnica específica.

Em termos de conteúdo discursivo, foi um período de grande celebração da ideologia “teuto-brasileira”. Grosso modo, a principal característica narrativa deste discurso era o de que os descendentes de alemães tinham direito à cidadania brasileira, pelo nascimento, e à nacionalidade alemã, pelo sangue herdado dos antepassados. Em suma, consistia numa ideologia que defendia que o descendente de imigrantes deveria trabalhar em prol do Brasil, contribuindo para a pátria que lhe acolheu, mas sem esquecer nem modificar a cultura alemã herdada dos que fizeram a travessia do Atlântico, representada pela alcunha “*deutschtum*”.

A figura do “Dr. Blumenau” está presente já nos primeiros escritos de José Deeke. O abnegado fundador da colônia, que deixava sua satisfação pessoal de lado em prol da prosperidade da colônia e dos seus moradores, o homem culto que vivia com a simplicidade de um colono em prol de um objetivo maior, já era, neste momento, o grande herói da Blumenau republicana.

O centenário da imigração alemã em Santa Catarina, em 1929, foi o ponto alto da ideologia chamado por Seyferth (1982) de “pangermanismo”, centrada na narrativa de superioridade alemã sobre as outras “raças”. Autores blumenauenses promoveram, durante, esta época, a ideia de que o suposto sucesso da colonização local se dera devido ao isolamento cultural que levou à manutenção do *deutschtum*. Cuidar da herança alemã, portanto, seria cuidar da superioridade em relação aos demais, como os “italianos”, os “polacos” e os “brasileiros”.

Os alemães que não cultivaram suas tradições, nesse ponto de vista, não teriam obtido sucesso em seus empreendimentos coloniais. O “pangermanismo”, portanto era uma ideologia que associava sucesso econômico à manutenção do *deutschtum*, o que, dito em outros termos, significava isolamento cultural.

De 1930 a 1945, porém, tivemos um cenário com diferente na cidade, por conta da influencia que o espaço político estadual exerceu sobre os discursos de identificação em Blumenau. Fruto de uma diretriz estabelecida pelo governo federal, o governo estadual, antes do Estado Novo, teve uma mudança importante: se antes agentes ligados ao grupo familiar “Ramos”, oriundo de Lages, batalhavam por espaço com os relacionados ao sobrenome “Konder”, que tinham em Blumenau um forte reduto eleitoral, o governo de Getúlio Vargas contribuiu, progressivamente, para a perda da relevância destes últimos no cenário estadual. A elite político-empresarial da cidade, portanto, perdeu sua base de sustentação perante o governo estadual. O outro grupo, por sua vez, não via o Vale do Itajaí com simpatia. Em 1934, o desmembramento do grande território blumenauense foi recebido com críticas pela elite empresarial local. A nascente Aliança Integralista conquistou muitos adeptos neste momento de declínio republicano. Nas eleições estaduais seguintes, a divisão do eleitorado local entre os dois partidos só contribuiu para a vitória de um terceiro partido, o PLC, de Nereu Ramos. Este, por sua, seria tornado interventor no ano seguinte pelo governo federal. A AIB, em 1936, foi a grande vencedora nas eleições municipais, pois saiu delas com o prefeito e o vereador mais votado.

Alijada do seu poder político, tanto em âmbito estadual como municipal, a elite republicana tentou salvar o ameaçado discurso de uma Blumenau teuto-brasileira através da criação de um instituto histórico e geográfico para o Vale do Itajaí. Em tempos nos quais o vento parecia que ia soprar contra os habitantes da região, a iniciativa não prosperou. O Estado Novo e a Segunda Guerra Mundial em 1937 colocariam não só a cidade, mas toda a região de colonização ítalo-germânica no mapa da agora interventoria de Ramos. Com a nacionalização do ensino e a proibição de referencias que lembrassem a Alemanha, inimiga brasileira quando da entrada do país no conflito armado, defender o discurso teuto-brasileiro e o *deutschtum* começou a se tornar um investimento de muito risco.

Para combater esse suposto “quisto étnico” existente na cidade, parte da estratégia foi a de importar agentes de sobrenome luso-brasileiro, colocando-os em cargos de destaque na estrutura de poder

municipal. José Ferreira da Silva foi nomeado prefeito, e rapidamente adotou o discurso de defender os esforços empreendidos pelo governo estadual visando a “nacionalização”. Os agentes autorizados a escrever sobre Blumenau, neste período, foram os de sobrenome luso-brasileiro, seja os que foram trazidos para trabalhar na administração pública neste período, como Theobaldo Jamundá e Paulo Malta Ferraz, ou Ferreira da Silva, que houvera ensaiado uma parceria com a antiga elite republicana anos antes. O espaço intelectual foi completamente fechado, até o final do Estado Novo, em 1945, para agentes identificados como “teuto-brasileiros”. Além disso, convém notar que dois dos principais construtores de discursos de identificação (José Deeke e Eugen Fouquet) do período anterior faleceram nos primeiros anos do governo Vargas, o que certamente facilitou a transição em favor dos agentes patrocinados pela interventoria estadual.

Esta, como já se pôde inferir, foi a responsável direta pela ação destes porta-vozes “luso-brasileiros”, ao enviar parte deles, garantindo meios de subsistência e suporte para a produção bibliográfica de alguns, caso de Ferreira da Silva e Jamundá, por exemplo, os quais tiveram monografias publicadas pela imprensa oficial da interventoria.

Pela única vez, portanto, Blumenau teve um discurso de identificação construído sob medida para agradar agentes externos à estrutura de poder local, mas que se sobrepuseram a esta, legitimando tais narrativas através do qualificador de “oficial” conferido aos escritos, se aproveitando do privilégio de controlar a administração pública estadual.

Desfazer a influencia de referenciais que lembrassem a Alemanha, em qualquer sentido, portanto, foi o grande objetivo deste período, tal como nos incidentes envolvendo a força policial, narrados por Marlene de Fáveri (2002). Jamundá, nestes primeiros anos, adota um tom mais agressivo em relação à influência germânica em Blumenau, criticando veementemente o isolamento cultural e buscando uma versão da origem da cidade que valorize o “caboclo” na formação da cidade, através da figura do canoeiro Ângelo Dias, criticando, inclusive, antigas obras de Ferreira da Silva, que desqualificavam tal personagem da história local. Este, por sua vez, também critica o isolamento cultural na cidade, obra de “elementos mal-intencionados”. Foi um período, portanto, marcado por discursos que pretendiam minimizar uma suposta influencia germânica no passado e presente da cidade.

Com o final do Estado Novo, porém, em 1945, e a reabertura política, o governo estadual perdeu a influencia sobre a política

municipal. Com isso, a Prefeitura rapidamente foi controlada pelos sucessores dos antigos republicanos, agora vinculados à UDN. O integralismo perdeu a relevância no cenário municipal. Como seus antecessores (e muitas vezes pais), os udenistas eram simpáticos ao discurso teuto-brasileiro e à valorização do *deutschtum*. Mas os anos do Estado Novo deixaram consequências no espaço intelectual local. Este período possuiu algumas características marcantes. Em primeiro lugar, este período foi marcado por uma grande interdependência entre os espaços político e intelectual. Ou seja, os principais agentes encarregados de escrever sobre a cidade eram vinculados, de alguma maneira, ao espaço político, como Hercílio Deeke, Ingo Hering e José Ferreira da Silva. Acumular capital político era acumular autoridade para participar do grupo que controlava os discursos de identificação.

O centenário de colonização da cidade, em 1950, foi a conjuntura na qual o imaginário sobre Blumenau foi reorganizado, e surgiu a ortodoxia que nortearia as produções narrativas dominantes sobre a cidade pelos próximos cinquenta anos. O livro comemorativo em alusão aos cem anos foi a principal obra a condensar os elementos narrativos que a geração udenista pretendeu falar sobre a sua cidade. O formato escolhido foi o de uma grande compilação de textos de diferentes autores, versando sobre diversos temas relativos à cidade. Houve espaço, portanto, para as vozes de diferentes autores, aos quais foi permitido escrever sob a chancela da Prefeitura.

É curioso notar, porém, que a configuração do espaço intelectual não consistiu em se opor à configuração do período do Estado Novo, da maneira que este se opôs aos teuto-brasileiros. Àqueles escritores trazidos no período, em vez de serem expulsos, foram dadas possibilidades para que continuassem escrevendo sobre Blumenau. Isso exigiu, contudo, uma adaptação dos referenciais defendidos. Theobaldo Jamundá, por exemplo, tem um artigo no livro do centenário. Mas, em vez das críticas que fez anos antes, ele adotou uma temática mais distante das polêmicas sobre integração nacional (agricultura, vinculada à sua formação como agrônomo), e, com isso, não falou nenhuma palavra que remetesse a caracterizar a cidade como um “quisto étnico”. Além destes, a restrição aos sobrenomes germânicos foi eliminada, sendo possível a autores que pouco fizeram nos anos anteriores, como Ingo Hering e Frederico Kilian, retomar escritos.

Apesar desta expansão da oferta de agentes autorizados, foi Ferreira da Silva (único autorizado a agir em todas as configurações do espaço intelectual local) o grande articulador intelectual da história local neste período, ainda que não morasse na cidade naqueles anos. Por

convite do presidente da comissão de organização do livro comemorativo do centenário, Ernesto Emmendoerfer, o autor assinou as linhas que contavam a origem da cidade, que pouco seriam contestadas de maneira contundente, em seus pontos centrais, até o sesquicentenário. Para falar sobre integração nacional e a importância dos luso-brasileiros na história da colônia, foram escolhidos Max Tavares D'Amaral (cunhado de Ingo Hering) e Paulo Malta Ferraz, respectivamente, em escolhas que demonstram que a intenção era ter um espaço intelectual plural em sua composição. Além disso, podemos notar que o período em questão não foi marcado pela entrada de novos agentes no processo de composição das narrativas. A legitimação enquanto construtor de discurso neste período passa, aparentemente, a ser vinculada muito mais a um capital cultural que se materializa no domínio de uma linguagem acadêmica específica, e muito menos a características como a origem étnica.

Foi nesse período, também, que surgiu, efetivamente, uma instituição voltada à “proteção” dos intelectuais locais. A Sociedade dos Amigos de Blumenau foi idealizada e fundada pelos udenistas, em parceria com agentes que haviam idealizado o Instituto Histórico e Geográfico de Vale do Itajaí quinze anos antes, como Ferreira da Silva e Frederico Killian. A SAB reuniu, em seus quadros, as elites política e empresarial, além de agentes vinculados às igrejas católica e luterana. A Casa Dr. Blumenau, seu principal projeto, até foi saiu do papel, mas de maneira mais modesta do que os idealizadores gostariam. Dessa maneira, os anos de controle da SAB foram anos sem mudanças no que diz respeito aos discursos de identificação, já que esta se limitou à versão divulgada no centenário da cidade.

O discurso de identificação elaborado no centenário da cidade, porém, é caracterizado por um tipo de hibridismo, fruto da conjuntura política local. Quer dizer, seria impossível entendê-lo sem que tivéssemos compreendido os dois períodos anteriores. A história narrada por José Ferreira da Silva é, em todas as suas linhas, uma história de uma Blumenau de colonizadores alemães. Não há espaço para elogios à contribuição de agentes identificados com outras categorias étnicas. Além do próprio espaço concedido aos imigrantes alemães, o autor critica a ideia de que a cidade, em qualquer momento de sua história, não tenha pretendido se integrar plenamente ao Brasil. Ele critica, portanto, aquilo que os agentes autorizados falaram durante o Estado Novo (como ele mesmo quando fora prefeito). Isso nos mostra que a sua produção sempre se adaptou às mudanças políticas.

O “pangermanismo” que Eugen Fouquet defendia, porém, não encontrou mais espaço no centenário. Quer dizer, o isolamento cultural não foi mais defendido em lugar algum. Ao contrário, a palavra de ordem em todo o livro é integração e assimilação, aos moldes do discurso teuto-brasileiro: Blumenau, apesar de ser uma cidade criada por germânicos, sempre buscou ser parte plena do país no qual seus limites estavam situados.

Houve espaço, entretanto, para autores que valorizavam a contribuição do “elemento brasileiro” na construção da cidade. Paulo Malta Ferraz escreveu um artigo dedicado exclusivamente a isto, onde elenca agentes, muitas vezes anônimos, que dedicaram seus esforços a construir a cidade centenária. O tom, contudo, segue a diretriz editorial de conciliação entre as duas categorias étnicas: os imigrantes, colonizadores, não têm sua importância diminuída, muito menos criticados devido à algum tipo de isolamento

Max Tavares D’Amaral, por sua vez, escreveu diretamente sobre o tema mais polêmico: aculturação e assimilação entre os descendentes de imigrantes da região. E o autor tenta conciliar dois pontos de vista, dentro de uma perspectiva teórica que enxergava a “cultura alemã” e a “cultura brasileira” como dois polos distintos. Para ele, os imigrantes que foram “bem-sucedidos” (O autor não especifica, mas dá a entender que estes eram a elite político-empresarial de descendência germânica, com a qual era relacionado) são aqueles que buscaram amar a terra que lhes acolheu. As tensões que ocorrem nesse processo, segundo ele, são devidas às complexidades do processo de adaptação cultural, especialmente quando este é acelerado. Para ser eficiente, segundo ele, é necessário que este seja lento e gradual, para não exigir que o descendente seja forçado a abandonar uma de suas “culturas” em favor da outra. O autor, talvez por conta de sua posição (ele era bem visto pela interventoria estadual, tendo inclusive sido escolhido para dirigir a Cia. Hering quando Curt Hering fora impedido de fazê-lo, como inteventor do estado na empresa), não hesita em tecer críticas (ainda que indiretas) à campanha de nacionalização e à maneira como os “brasileiros” trataram a questão da assimilação cultural dos descendentes de alemães. Ele suaviza a crítica, porém, ao atribuir tais ações à falta de conhecimento teórico sobre o processo em questão, e não a qualquer outra questão de ordem político pessoal. Estas passagens, porém, foram as únicas críticas encontradas no Livro do Centenário referentes às duas categorias étnicas. Talvez por isso, o artigo estivesse localizado entre os últimos do livro, longe das primeiras impressões das páginas iniciais.

No começo dos anos 1970, porém, o país vivia outra época. A nacionalização já não era uma questão relevante. A geração udenista, com a migração para a ARENA, acabou, por algum motivo, se afastando do espaço político municipal. Tanto que o único prefeito do partido em questão foi Carlos Curt Zadrozny, que, antes de 1964, era vinculado ao rival PSD. Depois disso, porém, o MDB, oposição à nível nacional, ganhou as quatro eleições seguintes para o cargo de prefeito, estabelecendo um domínio político de cerca de quinze anos. Foi justamente nesse período, quando foram consolidadas novas lideranças políticas na cidade, que foi adotado um novo tipo de “germanismo”, que, ao contrário do mais antigo, vinculado ao *deutschum* e ao direito de nacionalidade herdada pelo sangue, se baseava muito mais no folclore e no culto de elementos estéticos e comportamentos festivos supostamente “germânicos”, com objetivos turísticos. Neste período, a forma através do qual a cidade passa a ser identificada deixa de ser sua história, para virar sua paisagem arquitetônica e sua festa realizada anualmente em Outubro, a *Oktoberfest*, com a história voltando ao foco apenas no ano 2000, quando foi comemorado o sesquicentenário de colonização de Blumenau, num contexto político diferente.

Neste sentido, é muito mais difícil atribuir a autoria de tais processos a agente individuais, pois estes são processos que envolvem grandes grupos de agentes responsáveis por materializar planos e ideologias. Apesar disso, podemos identificar algumas características nos que foram reconhecidos como líderes dessas mudanças. Aqui, não era necessário que o agente viesse de origem social privilegiada ou que fosse aliado a estes grupos para influir no processo de construção de discursos de identificação, como fora comum na cidade em décadas passadas. O que aproxima os três agentes que foram classificados como possuindo papel de liderança nestes projetos é que, em primeiro lugar, os três tiveram origens familiares razoavelmente modestas. Além disso, convém notar que, devido ao aumento da especialização no espaço cultural e no intelectual, todos estes líderes tiveram ações vinculadas às suas principais ocupações profissionais. Acabara a era, portanto, dos homens de letras de atuação generalista. Neste período, os idealizadores agiam sobre o tema à qual suas profissões estavam vinculadas.

A base de apoio, contudo, apesar da modificação na sua composição, continuou sendo a elite política e a empresarial. As nomeamos em separado, porque, a partir dessa época, vimos um distanciamento, ao menos em termos de multinotabilidade, dos dois espaços, que estiveram amalgamados por tantas décadas em Blumenau. À Prefeitura coube executar tais propostas, através de agentes

interessados posicionados no seu grupo dirigente. Aos empresários, coube apoiar tais propostas, seja através de auxílios financeiros, logístico e ideológico (caso da *Oktoberfest* e das comemorações do sesquicentenário) ou adequando seus prédios à proposta arquitetônica desenvolvida pela Prefeitura (caso do enxaimel).

Discursivamente, fica claro que, com as reformas do enxaimel, o turismo, atividade econômica que tinha começado a se enraizar no organograma da Prefeitura Municipal, deveria se valer da herança típica da cidade, que, no caso em questão, eram as construções antigas edificadas em estilos antiquados no começo dos anos 1970. Ou seja, prédios que, claramente, não pertenciam àquela época. Mas existiam poucos destes exemplares, especialmente no centro da cidade. Era necessário, portanto, criar uma paisagem com prédios que remetessem ao passado. Através dos incentivos fiscais concedidos pela Prefeitura, que engajou os proprietários de imóveis da área central do município e campanhas de marketing em revistas de circulação nacional, foi difundida a imagem de Blumenau como uma cidade exótica, pitoresca, uma paisagem descolada da realidade brasileira, uma “cidade alemã” em pleno país tropical. Esse passado ao qual as construções típicas se referem, todavia, é aquele mesmo narrado por Ferreira da Silva no livro do centenário. Ou seja, uma construção típica blumenauense era uma construção típica alemã.

Depois de atingir o auge e seu declínio, o processo de implantação do enxaimel modificou a paisagem das ruas centrais da cidade. Em 1984, já com sua paisagem típica estruturada, foi criada a *Oktoberfest*. A festa, que se pretendia um festival de cultura germânica, trouxe a tona um lado pouquíssimo explorado nos discursos do *deutschtum*: a “cultura alemã” vista sob um aspecto festivo. Lembremos, é claro, que apesar de ser divulgada como uma celebração de elementos culturais “típicos”, as práticas em questão não estão relacionadas com a origem da cidade (não há qualquer menção à festas na história de Ferreira da Silva), mas sim com um conjunto de tradições criadas com base em versões “folclóricas”. O evento, contudo, foi classificado como um sucesso, a partir de ampla campanha midiática de circulação nacional, e é repetido até hoje, anualmente, atraindo milhares de turistas para celebrar uma cultura exótica, tal como as edificações típicas. A “cidade alemã”, portanto, silenciou completamente sobre temas que provocavam tensão, como integração cultural e rivalidade “alemães x brasileiros”, e se revestiu de uma aura de alegria e harmonia, para vender uma cidade diferente, exótica, que valia a pena visitar.

Depois disso, o sesquicentenário de colonização, em 2000, foi o principal momento no qual a história da cidade voltou a estar em evidência, mobilizando diferentes elites municipais. Neste momento, Décio Nery de Lima, político fundador do Partido dos Trabalhadores (alternativa aos herdeiros do MDB e da ARENA, que se distribuíram por partidos como o PMDB, o PSDB e o PFL), exercia seu primeiro mandato como prefeito de Blumenau. Por sua iniciativa, foi reunido um grupo de interessados em compor uma comissão para organizar os festejos relativos ao sesquicentenário de colonização. Entre as atividades dessa, as organizadas pela Comissão de Cultura do Instituto Blumenau 150 anos, dirigida por Sueli Petry, foram as que tiveram mais relevância no que diz respeito à construção de discursos de identificação. E a principal forma utilizada para se contar a história da cidade foi um desfile realizado na área central da cidade, no dia 2 de Setembro, no qual foi estabelecida uma linha do tempo que falava sobre eventos e agentes que “marcaram” a história da cidade.

Em linhas gerais, o desfile preservou os antigos parâmetros da história local, reservando a maior parte de seu espaço para a contribuição germânica e de seus descendentes para a criação e crescimento da colônia, sempre com o Dr. Blumenau como o grande líder que dava o exemplo de como os colonos deveriam trabalhar por um objetivo maior. Porém, a diferença do perfil social dos ideólogos do desfile (com uma especialização acadêmica muito maior que as gerações anteriores) produziu um espaço maior para que fossem referenciadas outras categorias, que supostamente teriam alguma ligação à Blumenau. Os índios, por exemplo, foram incluídos no começo do desfile, mas não entraram na cronologia que partia de 1850. Num certo sentido, portanto, eles foram considerados como a “pré-história” da cidade, desconsiderando mais de meio século de tensões entre estes e os colonizadores, as quais só seriam atenuadas a partir de 1914, com a reserva de terras para os índios no norte do Vale do Itajaí. Os luso-brasileiros quase não foram mencionados, cabendo apenas uma menção à sua presença em Gaspar, ainda antes de 1850. Já os italianos, por sua vez, foram citados e elogiados, diferentemente da versão de Ferreira da Silva em 1950, que permite inferir que teriam sido estes os responsáveis por trazer desordem para a Colônia. O esforço, portanto, foi em citar, de maneira breve, grupos minoritários, com a intenção de naturalizar o caráter alemão de Blumenau, com o enxaimel e a *Oktoberfest* (também citados no desfile) sendo apenas consequências lógicas e esperadas dessa característica intrínseca à cidade. Toda a atuação do Instituto Blumenau 150 Anos, porém foi supervisionada pela ACIB, a qual ainda

era bastante influenciada por descendentes da antiga elite político-empresarial udenista, como agentes ligados à Cia. Hering e às Lojas Moellmann, por exemplo. É razoável pressupor que Sueli Petry e toda a Comissão de Cultura, formada por intelectuais, não podia fugir de certas diretrizes que os descendentes de alemães da elite empresarial viam com bons olhos, como a imagem de “cidade alemã” (a qual incentivava o turismo, que lhes trazia benefícios financeiros). E assim, portanto, Blumenau ingressou nos seus 150 anos, onde termina o nosso recorte temporal de pesquisa.

Não custa lembrar, é claro, que nosso objeto geral de pesquisa foram os processos de construção de discursos de identificação dominantes. Como qualquer espaço estruturado de interação social, a existência de dominantes (ou de hegemonia), que são autorizados como porta-vozes legítimos, pressupõe a existência de dominados. Não era diferente em Blumenau. Mas, para tratar deste aspecto marginal na nossa pesquisa (mas muito relevante em pesquisas de estrutura teórico-metodológica de matriz bourdieusiana), precisamos antes nos ater ao problema da forma.

Um discurso de identificação, a rigor, pode ter várias formas. Le Goff (1990) caracterizou a “memória” (a memória de uma categoria social, lembremos, é um discurso de identificação sobre ela) em oral e escrita. Mas gostaríamos de ir um pouco além deste binômio. E isso porque entendemos que as formas que um discurso pode tomar vão muito além de uma narrativa registrada com letras ou com palavras faladas. Algumas formas, porém, são mais suscetíveis a terem sua importância diminuída e sumirem, devido às dificuldades para sua reprodução nas gerações que seguem, como é o caso de discursos transmitidos apenas oralmente. Estes têm, normalmente, pouca relevância no processo de disputa pela verdade legítima relativa à criação de discursos de identificação. Desta maneira, é muito difícil apreendê-los e perceber sua passagem em espaços estruturados de disputa, já que sua existência fica restrita à pessoas interessadas em propagá-los. Até os anos 1970, não foram encontrados registros de qualquer versão sobre a história da cidade que fosse crítica à versão dominante. Essas críticas apareceriam, de maneira Lindolf Bell, poeta que arquitetara a visita de Roberto Burle Marx (o paisagista que criticou o “falso” enxaimel de Blumenau), criticou as bases da história hegemônica sobre a cidade, questionando a relação que os imigrantes estabeleceram com índios que habitavam a região quando da sua chegada daqueles ao Vale do Rio Itajaí:

Se um índio xokleng
 Subjaz
 no teu crime branco
 limpo depois de lavar as mãos

Se a terra
 de um índio xokleng
 alimenta teu gado que
 alimenta teu grito
 de obediência ou morte

Se um índio xokleng
 dorme sob a terra
 que arrancaste debaixo de seus pés,
 sob a mira de tua espingarda
 dentro de teus belos olhos azuis

Se um índio xokleng
 emudeceu entre castanhas, bagas e conchas
 de seus colares de festa
 graças a tua força, armadilha, raça:
 cala a tua boca de vaidades
 e lembra-te de tua raiva, ambição, crueldade

Veste a carapuça
 e ensina teu filho
 mais que a verdade camuflada
 nos livros de história (BELL, 2001, p.40)

O poema em questão foi escrito em 1984, quando Bell desfrutava de grande prestígio localmente como artista, já que era um dos donos da Galeria Açú-Açú (a primeira instituição do tipo em Santa Catarina). A crítica declarada aos “livros de história”, contudo, não lhe custou nenhum tipo de censura no espaço intelectual ou cultural. E isso porque, depois disso, ele seria escolhido como presidente da Fundação Cultural de Blumenau, assim como sua esposa, Elke Hering. A crítica do poeta, porém, parece isolada, pois não existiu um movimento robusto entre os artistas locais para criticar as bases da história defendida pela geração udenista.

Mas foi o espaço intelectual que, nos últimos vinte anos, aproximadamente, tem tentado reformular os cânones da historiografia local de forma mais consistente. A origem disso começa na atuação de Sueli Petry como professora de história, com a criação do curso de

história da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB) em 1987. Mas a grande explosão da produção historiográfica só aconteceria durante o sesquicentenário, época no qual os recursos financeiros disponibilizados pela Prefeitura foram mais vultuosos do que em outras épocas, ajudando a financiar a publicação de várias obras. Neste período, segundo Sueli Petry, a fundação contava com mais de cem funcionários (hoje conta com menos de vinte, a título de comparação).

Em primeiro lugar, essa nova geração de pesquisadores retiravam sua legitimidade para serem ouvidos no espaço intelectual de um diploma e de uma competência reconhecida por seus pares, ligada a um ramo de atuação (a disciplina acadêmica História), e não de uma competência no domínio da atividade de escritor, por parte de agentes oriundos de espaços com uma posição hierárquica privilegiada no município.

Essa especialização na produção de um tipo específico de escrita, aliado a mudanças no perfil social dos novos pesquisadores que dominavam uma linguagem bastante distinta daquela de Ferreira da Silva, resultou numa produção diferente. A tendência geral era a redução do escopo que as obras pretendiam obter em relação à temática. Ou seja, não se faziam mais compêndios sobre a “história de Blumenau” (note-se que, no sesquicentenário, a única obra promovida exaustivamente pelo Instituto Blumenau 150 Anos era referente a uma tradução de um conjunto de cartas do Dr. Blumenau), mas sim textos que selecionavam temas específicos relativos à história da cidade.

Outra característica das palavras destes intelectuais, formados de acordo com preceitos da *La Nouvelle Histoire* francesa (BURKE, 1992) era a sua crítica à história hegemônica sobre Blumenau estabelecida a partir da obra de Ferreira da Silva. E isso porque a produção desse autor vai frontalmente contra os princípios da *Ecole des Annales* (movimento que defendia a nova história). Vamos ressaltar dois aspectos que explicam essa oposição. O primeiro é a generalidade da obra, que se pretende uma reunião de toda a história local, indo contra o preceito de uma história setorizada em diferentes temas. Em segundo lugar, podemos destacar que a história de Ferreira da Silva era uma história dos vencedores, feita sobre medida para agradar grupos dominantes política e economicamente na cidade. Já esses novos historiadores, frutos de um espaço intelectual mais autônomo em relação ao espaço empresarial (nem tanto no sesquicentenário, muito mais depois deste, quando revistas acadêmicas passaram a ser seu principal meio de publicação). Como consequência de todo o contexto da produção dessa história ortodoxa dos vencedores, estes nunca eram criticados, como

vimos anteriormente. Já entre esses novos historiadores, críticas são muito mais comuns. Hoje, são especialmente notadas as objeções a respeito do processo de germanização empreendido durante os governos do MDB. O enxaimel é classificado como “inautêntico, falso, kitsch” (VEIGA, 2013; BIELCHOWSKY, 2014) e a Oktoberfest é tratada como “tradição inventada”, categoria inspirada em Eric Hobsbawn (1984), que, apesar de se vender como inspirada nas festas dos imigrantes germânicos tem poucos elementos que de fato persistiam no tempo (FROTSCHER, 2000; FLORES, 1997)

De certa maneira, a nossa pesquisa, ao tentar mostrar como foram construídas as classificações do mundo social, acaba por romper com uma ilusão de naturalidade que aquelas pressupõem. Se esta ignorância em relação à arbitrariedade das classificações é um requisito para sua eficácia como categoria de construção do mundo social, estamos, a rigor, contribuindo, em alguma medida, para a diminuição de sua eficácia. Isso nos aproxima, portanto, daqueles que criticam o processo de constituição de discursos.

Logo, a nossa pesquisa representa, de certa maneira, um complemento em relação à pesquisa desenvolvida por Frotscher (2003), se esforçando para entender quem e como se falava em nome de Blumenau, buscando captar a origem das classificações sociais. O grande problema, porém, consiste em intelectuais falando sobre intelectuais, o que exige um trabalho redobrado de vigilância epistemológica. É o grande desafio proposto pela sociologia dos intelectuais: produzir um conhecimento válido sobre nós mesmos, sabendo que nossas palavras estão, no mesmo tempo em que falam sobre o que foi escrito, sendo postas nas mesmas “caixas” onde ficam depositadas tais palavras. Nesta perspectiva, entendemos que, de tijolo em tijolo, cada um de nós dá a sua contribuição para uma compreensão mais profunda do mundo social, e, com isso, podemos até entender um pouco mais de nós mesmos como intérpretes de comunidades imaginadas... (ANDERSON, 2008)

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo. Cia das Letras, 2008.

BELL, Lindolf. **O Rio Itajaí-Açu e outras águas**. São Paulo: Global, 2001.

BIELSCHOWSKY, Bernardo Brasil. As sucessivas políticas públicas de desvalorização da história da cidade de Blumenau (SC). **Cadernos NAUI**: Vol. 3, nº 5, julho- dezembro de 2014.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda**. São Paulo: UNESP, 2001.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas linguísticas. In: ORTIZ, Renato (org.). **Bourdieu – Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Lições da aula**. São Paulo: Ática, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Lisboa: Fim de século, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRUBAKER, Rogers & COOPER, Frederick. **Beyond “identity”**. Theory and society, 29: Kluwer academic publishers, 2000.

BURKE, Peter. A nova história: seu passado e futuro In: BURKE, Peter. **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

BURKE, Peter. **Cultura popular na idade moderna: Europa, 1500-1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DALLABRIDA, Norberto. A fabricação escolar das elites: o Ginásio Catarinense na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002.

FÁVERI, Marlene de. **Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2002.

FERREIRA, Cristina. **Cidadania e identidade na sociedade teuto-brasileira: José Deeke e os embates culturais interétnicos no Vale do Itajaí**. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, 204 p. Florianópolis, 1998.

FLORES, Maria Bernardete Ramos Flores. **Oktoberfest - Turismo, Festa e Cultura**. Florianópolis: Letras contemporâneas, 1997

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso- Aula inaugural no Collège de France. Pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. São Paulo: Ed. Loyola, 2014.

FROTSCHER, Méri. Blumenau e as enchentes de 1983 e 1984: memória, identidade e poder. In: FERREIRA, Cristina e FROTSCHER, Méri. (org.) *Visões do Vale: perspectivas historiográficas recentes*. Blumenau: Nova Letra, 2000.

FROTSCHER, Méri. **Da celebração da etnicidade teuto-brasileira à afirmação da brasilidade: Ações e discursos das elites locais na esfera pública de Blumenau**. 2003. 279 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

GERTZ, René Ernaini. **Influência Política Alemã no Brasil na década de 1930**. In *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe*, v. I, n. 7, 1996.

GILL, Rosalind. Análise de discurso. In: **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. BAUER, Martin W. & GASKELL, George (org.). Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.

GOMES, Angela de Castro. **História e historiadores: a política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GRILL, Igor Gastal & REIS, Eliana Tavares dos. Mirada reflexiva e esforços propositivos às pesquisas sobre elites. In: GRILL, Igor Gastal & REIS, Eliana Tavares dos. **Estudos sobre elites políticas e culturais: volume 2**. São Luís: EDUFMA, 2016.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: EdUFMG; Brasília: Representação, 2003.

HOBSBAWN, Eric. Introdução. In: HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MELO, Hugo Freitas de. **“O ofício de sacerdote”: mediação cultural, atuação política e produção intelectual de padres no Maranhão**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2013.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, n.10, Dez. 1993, p.7-28.

PANOFSKY, Erwin. **Significado nas artes visuais**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

PÉCAUT, Daniel. **Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.

PEREIRA, Carlos da Costa. **A Revolução Federalista de 1893 em Santa Catarina**. Florianópolis: IOESC, 1976.

PINTO, Louis. “Experiência vivida e exigência científica de objetividade”. In: MERLLIÉ, Dominique et. al. **Iniciação a prática sociológica**. Petrópolis: Vozes, 1996.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos história, vol. 5, nº 10: Rio de Janeiro, 1992.

SAINT MARTIN, M. de. Da reprodução às recomposições das elites: as elites administrativas, econômicas e políticas na França. São Cristóvão: **REVISTA TOMO (UFS)**. Dossiê sociologia do poder e das elites, n. 13, p.43-73, 2008.

SASSE, Fernanda. **O Instituto Blumenau 150 Anos: comemorando e monumentalizando a memória dos blumenauenses**. I Simpósio de Patrimônio Cultural de Santa Catarina. Florianópolis (SC): Novembro de 2013.

SCHMITT, Darlan Jevaer. **Revista Blumenau em Cadernos: passado e presente para o Vale do Itajaí- Santa Catarina (1957-1973)**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

SERPA, Élio Cantalício. A identidade catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. **Revista de Ciências Humanas**, v.14, nº20, p.63-79. Florianópolis, 1996.

REIS, Eliana Tavares dos. Em nome da “cultura”: porta-vozes, mediação e referenciais de políticas públicas no Maranhão. In: **Revista Sociedade e Estado**, vol. 25, n. 3. 2010.

SEIDL, Ernesto. “Intérpretes da história e da cultura”: carreiras religiosas e mediação cultural no Rio Grande do Sul. In: **Anos 90**, v.14, n.26, p. 77-110. Porto Alegre, 2007.

SEIDL, Ernesto. Estudar os poderosos: a sociologia do poder e das elites. In: SEIDL, Ernesto & GRILL, Igor Gastall. **As ciências sociais e os espaços da política no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

SEYFERTH, Giralda. Etnicidade, política e ascensão social: um exemplo teuto-brasileiro. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 61-88, Outubro, 1999.

VEIGA, Mauricio Biscaia. **Arquitetura neo-enzaimel em Santa Catarina: a invenção de uma tradição estética**. Dissertação (mestrado) Programa de Pós-Graduação em Estética e História da Arte, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo**. Revista de Sociologia e política, nº9, 1997

FONTES

1) Arquivo Histórico Professor José Ferreira da Silva

Pastas:

Fundo Memória da Cidade/ Instituto Blumenau 150 anos

Fundo Memória da Cidade/Coleção Famílias/Deeke

Fundo José Ferreira da Silva/ caixa 1.1

Fundo José Ferreira da Silva/ caixa 1.2

Fundo José Ferreira da Silva/ caixa 2.2

Fundo José Ferreira da Silva/ caixa 4.01

Fundo José Ferreira da Silva/ caixa 4.02

Fundo Memória da Cidade/Coleção Famílias/Kilian

Periódicos

A Notícia, 02/09/1982.

A Notícia, 19/09/1984.

Jornal de Santa Catarina, 10/05/1980.

Jornal de Santa Catarina, 04/12/1980.

Jornal de Santa Catarina, 11/02/1982.

Jornal de Santa Catarina, 18/07/1984.

Jornal de Santa Catarina, 05/05/ 1985.

Jornal de Santa Catarina, 11/01/1986.

Jornal de Santa Catarina, 17/04/1986.

Correspondência: órgão da Sociedade dos Amigos de Blumenau. Ano I, nº 1. Blumenau, Julho de 1953.

Correspondência: órgão da Sociedade dos Amigos de Blumenau. Ano I, nº 2. Blumenau, Outubro de 1953.

Correspondência: órgão da Sociedade dos Amigos de Blumenau. Ano I, nº 3. Blumenau, Janeiro de 1954.

Correspondência: órgão da Sociedade dos Amigos de Blumenau. Ano I, nº 5. Blumenau, Fevereiro de 1955.

Correspondência: órgão da Sociedade dos Amigos de Blumenau. Ano II, nº 6. Blumenau, Março de 1955.

Correspondência: órgão da Sociedade dos Amigos de Blumenau. Ano II, nº 7. Blumenau, Agosto de 1956.

Correspondência: órgão da Sociedade dos Amigos de Blumenau. Ano II, nº 8. Blumenau, Outubro de 1956.

Outros

DEEKE, José. **O município de Blumenau e a história de seu desenvolvimento.** Blumenau: Nova Letra, 1995.

EMMENDOERFER, Ernesto (org.). **Centenário de Blumenau (1850-1950).** Blumenau: Edição da comissão dos festejos, 1950.

SILVA, José Ferreira da. **História de Blumenau.** Florianópolis: Edeme, 1972.

SIEBERT. Wiegand. **Diretoria eleita da Sociedade dos Amigos de Blumenau para o triênio 1970/1972.** S/D.

SOCIEDADE DOS AMIGOS DE BLUMENAU. **Assembléia constitutiva da Sociedade dos Amigos de Blumenau.** Abril de 1952.

SOCIEDADE DOS AMIGOS DE BLUMENAU. **Ata da assembleia geral extraordinária da Sociedade dos Amigos de Blumenau.** Julho de 1973.

SOCIEDADE DOS AMIGOS DE BLUMENAU. **Diretoria eleita.**
Dezembro de 1966.

SOCIEDADE DOS AMIGOS DE BLUMENAU. **Estatutos da Sociedade dos Amigos de Blumenau.** s/d.

SOCIEDADE DOS AMIGOS DE BLUMENAU. **Relação dos contribuintes: ano de 1952.**

SOCIEDADE DOS AMIGOS DE BLUMENAU. **Relação dos membros efetivos do Conselho Deliberativo.**

SOCIEDADE DOS AMIGOS DE BLUMENAU. **Relatório da Diretoria apresentado ao Conselho Deliberativo. Novembro de 1960.**

SOCIEDADE DOS AMIGOS DE BLUMENAU. **Termo do contrato celebrado entre a Prefeitura Municipal de Blumenau e a Sociedade dos Amigos de Blumenau.** Julho de 1952.

2)Arquivo Histórico Theobaldo Costa Jamundá

Pastas

Fundo Theobaldo Costa Jamundá/ Pasta documentos pessoais.

Outros

JAMUNDÁ, Theobaldo Costa. **Entrevista concedida a Altair Pimpão em 27 de Novembro de 1993.** Arquivo Histórico Theobaldo Costa Jamundá, acervo de história oral, HO183.

JAMUNDÁ, Theobaldo Costa. **Um alemão brasileiríssimo: o Dr. Blumenau.** Curitiba: Paranaense, 1966.

3)Legislação Municipal de Blumenau (SC)

Decreto 757/1967.

Lei 1909/1972.

Lei 2262/1977.

4) Entrevistas

HERWIG, Rolf. **Entrevista concedida a Eduardo Luiz Formagi.** 24 de Outubro de 2017. 42 minutos.

HOLZMAN, Marga. **Entrevista concedida a Eduardo Luiz Formagi.** 07 de Novembro de 2017. 2 horas e 46 minutos.

PETRY, Sueli Maria Vanzuita. **Entrevista concedida a Eduardo Luiz Formagi.** 23 de Fevereiro de 2018.

THEISS, Félix Christiano. **Entrevista concedida a Eduardo Luiz Formagi, parte 1.** 23 de Fevereiro de 2018.

THEISS, Félix Christiano. **Entrevista concedida a Eduardo Luiz Formagi, parte 2.** 07 de Maio de 2018.